glintt

RELATÓRIO E CONTAS 2016

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO

1.1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

1.2. A GLINTT

1.3. EMPRESAS DO GRUPO

1.4. PRINCIPAIS INDICADORES

1.5. ÓRGÃOS SOCIAIS

2. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

2.1. CONTEXTO MACRO ECONÓMICO

2.2. DESEMPENHO EM 2015 E PERSPETIVAS PARA 2016

2.3. MODELO DE GOVERNAÇÃO

2.4. INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA – SUMÁRIO

2.5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

2.6. DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

2.7. AGRADECIMENTOS

ANEXOS AO RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

3. GOVERNO DA SOCIEDADE

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

4.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

4.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

5. ANEXOS

5.1. CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA

5.2. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

5.3. DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

1 ENQUADRAMENTO

1.1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Glintt terminou o ano de 2016 com um volume global de negócios de 66 milhões de euros e um resultado operacional bruto (EBITDA) de 6,7 milhões de euros.

A consolidação da nossa atividade e a reorientação estratégica foram o nosso grande objetivo e comparativamente com o ano anterior, não crescemos em receitas, mas melhorámos significativamente a nossa performance operacional, tendo o resultado operacional bruto crescido 19,3%, o que significa que, em termos absolutos, gerámos mais 1 milhão de euros de rentabilidade operacional.

O crescimento do resultado operacional bruto refletiu essencialmente a implementação das seguintes medidas estratégicas:

1. Investimento no sector da saúde- em especial Farmácias e Hospitais – onde o capital intelectual e humano da nossa equipa, juntamente com a notoriedade e reconhecimento da Glintt neste mercado, nos permite continuar a fazer mais e melhor pelos nossos clientes e em conjunto com eles, em Portugal e internacionalmente;
2. Implementação de um novo modelo operacional da empresa, construindo um conceito de "UmaSóGlintt" e investindo na melhoria continua dos processos de trabalho.
3. Aumento do foco comercial em atividades de consultoria/tecnologia com potencial para maior libertação de margem, desconsiderando oportunidades com reduzido potencial de geração de valor para a Glintt;
4. Restruturação das estruturas corporativas e de backoffice com significativos ganhos de eficiência.
5. Investimento em talento, quer em recrutamento, quer em formação dos recursos humanos.

Estes resultados reforçam a nossa convicção de que este é o caminho que queremos percorrer, para nos assumirmos como empresa líder no nosso mercado e com capacidade para investir no nosso crescimento.

Se em 2016, todo o processo de mudança e reestruturação da sociedade se centrou em torno do lema "UmaSóGlintt", e foi a partir desse lema que refundámos a sociedade alterando os seus pilares base, em 2017 acreditamos ter iniciado um novo ciclo. Um novo ciclo ao qual atribuímos o lema "MaisGlintt".

"MaisGlintt" porque queremos apostar e investir mais na capacitação dos nossos recursos, na captação e retenção de talento, na investigação e desenvolvimento de produtos e soluções, na dinamização das vendas e consolidação dos resultados e na entrega de valor aos nossos Clientes.

"MaisGlintt" porque queremos ir mais longe, reforçando e dinamizando o nosso processo de internacionalização, alargando a oferta naquelas geografias onde temos já uma maior penetração no mercado (Espanha), e promovendo o crescimento naquelas geografias onde a oferta principal no sector da saúde ainda vai crescer (por exemplo, Reino Unido e Irlanda).

"MaisGlintt" porque é este o nosso compromisso para com as nossas pessoas, os nossos clientes, e os nossos acionistas, a quem gostaria de aproveitar para agradecer toda a confiança e apoio prestado no cumprimento da nossa missão.

Muito obrigado.

Nuno Vasco Lopes
Presidente da Comissão Executiva

1.2.
A GLINTT

A Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A. é uma sociedade emitente de ações, as quais se encontram admitidas à negociação no mercado regulamentado da Euronext de Lisboa.

Estabelecida em Portugal, a Glintt é uma multinacional de Consultoria e Tecnologias de Informação, que conta já com escritórios em 5 países, designadamente Espanha, Reino Unido, Irlanda, Angola e Brasil, a partir dos quais operam mais de 900 colaboradores.

A sua equipa reúne fortes competências em Saúde, com colaboradores formados em Farmácia, Enfermagem e Biomédica, e também nas áreas das Tecnologias e Sistemas de Informação, Matemática e Gestão, garantindo assim um amplo saber, que lhe permite responder com competência e confiança aos desafios dos seus clientes e parceiros de negócio.

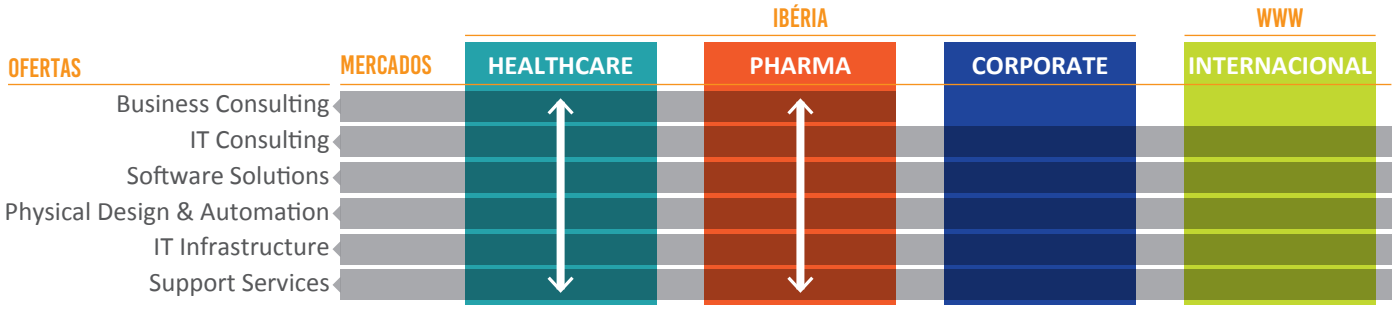
Ao saber da Glintt somam-se mais de 20 anos de experiência em Consultoria e Serviços Tecnológicos para o Sector da Saúde, tornando-se líder nesta área de atuação. Com efeito, no setor farmacêutico mais de 12.000 farmácias ibéricas utilizam o software de gestão da Glintt, e no setor hospitalar as nossas soluções estão presentes em mais de 200 hospitais e clínicas. O portfolio de soluções para o sector da saúde engloba ainda, um vasto leque de outras ofertas, onde destacamos a conceção e projeção de espaços de lojas, automação, infraestruturas, consumíveis, entre outros.

Nos Serviços Financeiros, Telecomunicações e Administração Pública, atuamos nas maiores e mais competitivas entidades públicas e privadas, presentes em vários países da Europa, executando projetos transformacionais de elevada complexidade e serviços de gestão aplicacional e de infraestruturas.

Em resultado do compromisso com a excelência e o significativo investimento em I&D, promovido não só por iniciativas autónomas, como em parceria com universidades e consórcios internacionais, orgulhamo-nos de deter um notável portfólio de propriedade intelectual, a qual é reconhecida pelo Sistema Científico e Tecnológico Português e certificada por várias entidades nacionais e estrangeiras.

OFERTA E MERCADOS

Com mais de 20 anos de experiência, somos uma multinacional de consultoria e tecnologias de informação, focada essencialmente em três mercados e seis linhas de oferta.



O mercado Healthcare engloba nomeadamente as unidades de saúde, clinicas, unidades de cuidados continuados, unidades de cuidados domiciliários, entidades pagadoras e tutela.

Neste universo a Glintt encontra-se presente com as suas soluções em mais de 200 hospitais e clínicas, com soluções tecnológicas de A-Z, que respondem na íntegra aos requisitos de praticamente todos os serviços de uma unidade hospitalar, desde nomeadamente a admissão do utente, a prescrição e registo de atos e medicamentos, a sua faturação, até inclusive à relação do utente com a unidade de saúde a partir da sua residência.

O mercado Pharma engloba essencialmente as farmácias, sendo prioridade da nossa equipa pensar e conceber espaços de saúde e bem-estar, onde a arquitetura comercial e a rentabilidade coexistem com as novas tecnologias. Somos líderes a nível internacional em soluções globais para espaços de saúde, e a nossa oferta inclui nomeadamente projetos de Arquitetura, Construção, Obras, Robótica e Imagem e fornecimento e manutenção de *Software*, *Hardware*.

A nossa equipa pensa e executa as Farmácias de hoje, tornando-as Farmácias do futuro.

O mercado Corporate engloba nomeadamente o sector financeiro, telecomunicações e administrações públicas.

Com uma experiência de mais de 20 anos neste mercado, contamos com profissionais qualificados e com conhecimento não só das diversas indústrias como de produtos e soluções tecnológicas inovadoras, o que nos permite oferecer soluções diferenciadas e adaptadas necessidades e à altura dos principais desafios dos nossos clientes.

UNIDADES DE SAÚDE . CLÍNICAS . FARMÁCIAS . INDÚSTRIA FARMACÊUTICA
ENTIDADES PAGADORAS . TUTELA . ADMINISTRAÇÕES PUBLICAS
ENTIDADES FINANCEIRAS . INDÚSTRIA . TELECOMUNICAÇÕES

MISSÃO E VISÃO

Contribuir com inovação tecnológica para a melhoria dos níveis de saúde e bem-estar na sociedade global em que vivemos.

Liderar o mercado de serviços profissionais e tecnológicos para os agentes que constituem o sistema alargado da saúde, respondendo aos seus desafios com inovação e com as melhores práticas das diversas indústrias.

CULTURA E VALORES

- **Talento e Conhecimento** – Apostamos no talento e na especialização do conhecimento dos nossos colaboradores como premissas chave para a execução de soluções de excelência
- **Mudança e Melhoria continua** – Acreditamos na revisão e melhoria contínua dos processos como premissas chave para a promoção do aumento da produtividade e competitividade da nossa organização
- **Confiança e Proximidade** – Acreditamos em relações duradouras assentes em confiança e proximidade, quer junto dos nossos acionistas, quer junto dos demais stakeholders como que colaboramos
- **Iniciativa e Inovação** – Agimos com iniciativa e inovação para aportar valor às áreas em que atuamos.

OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

- **Sustentabilidade** – Investir em modelos de negócios que permitam crescimentos sólidos e com aportação de valor para os diversos stakeholders, garantindo robustez do balanço das sociedades.
- **Competitividade e Eficiência** – Garantir utilização eficaz e eficiente dos recursos, com vista à maximização da competitividade da organização e maximização do resultado operacional
- **Previsibilidade e Controlo de Risco** – Introdução de ferramentas e medidas claras para efetuar adequada gestão e controlo de risco operacional, diminuindo o grau de incerteza e aumentando níveis de previsibilidade dos resultados.

INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

O Grupo promove uma cultura de inovação e empreendedorismo, a qual se traduz em três compromissos essenciais:

- Incentivar a procura ativa e a partilha do conhecimento com vista ao desenvolvimento de soluções que incorporem experiência e resultados de uma vigilância de mercado, tecnológica e organizacionalmente eficiente;
- Criar um ambiente de valorização e desenvolvimento profissional, onde a cada colaborador lhe seja dada oportunidade de explorar a sua criatividade e experiencia pessoal em prol de iniciativas que criem valor nas mais diversas atividades do dia-a-dia, contribuindo desta forma na melhoria contínua e nos processos de inovação do Grupo.
- Participar ativamente em projetos de investigação e desenvolvimento aplicáveis às Tecnologias de Informação, quer ao abrigo de iniciativas nacionais, quer internacionais.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E CORPORATIVA

A Glintt possui e incentiva uma cultura de responsabilidade social e corporativa, tendo publicado na sua Politica "Glintt Responsável", um conjunto de oito compromissos assumidos pelo Grupo para dar resposta às suas preocupações de cariz responsável em matéria social, económica e ambiental, os quais se resumem na presente figura.

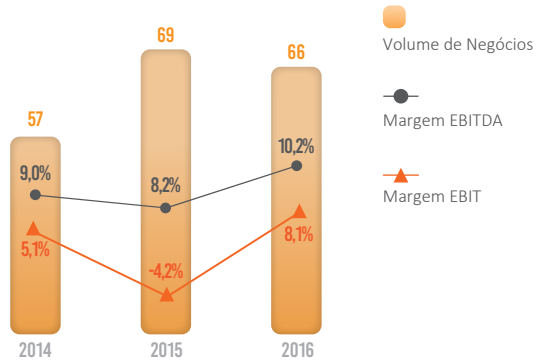
1.3.
EMPRESAS DO GRUPO

O Grupo Glintt engloba dentro da sua estrutura, um conjunto de 16 empresas.

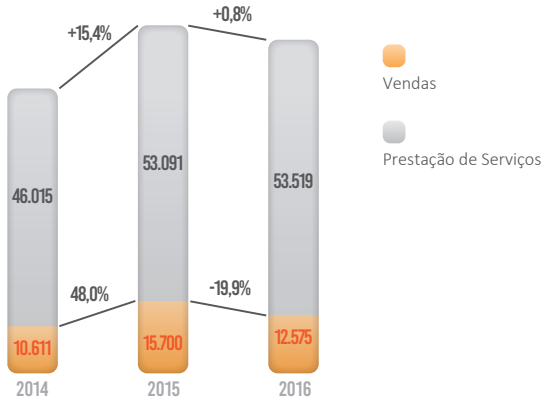
1. Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A., Sociedade Aberta (empresa mãe)
2. Glintt – Business Solutions, Lda. (BS)
3. Glintt – Healthcare Solutions, S.A. (HS)
4. RHM – Management de Recurso Humanos, Sociedade Unipessoal, Lda. (RHM)
5. SOL-S e Solsuni – Tecnologias de Informação, S.A.
6. Glintt Energy, S.A.
7. Glintt Inov, S.A.
8. Pulso Informática, S.L., Unipersonal
9. Consoft, S.A.U
10. Farmasoft Informatica y Servicios, S.L.
11. Glintt España, Sociedade Limitada (Unipersonal)
12. GLINTT POLSKA Sp. Z o.o
13. SolServices Angola, Lda.
14. Glintt Angola, Lda.
15. Glintt Brasil Ltda.
16. Glintt Ireland Solutions, Limited
17. Glintt UK, Limited

1.4. PRINCIPAIS INDICADORES

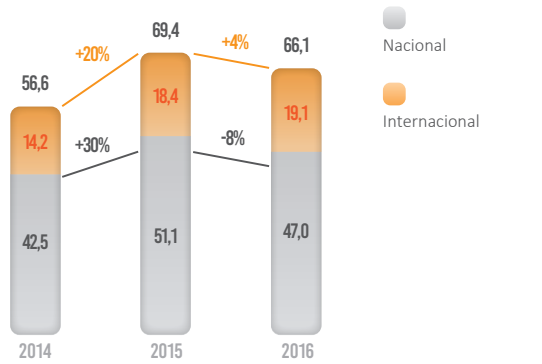
VOLUME VENDAS/EBITDA/EBIT
EM MILHÕES €



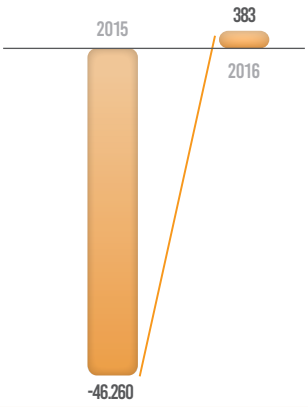
VENDAS VERSUS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
EM MILHARES €



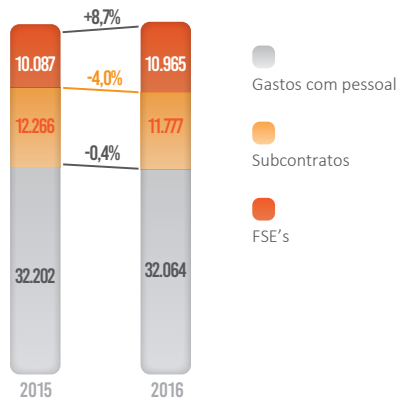
VENDAS POR MERCADO
EM MILHÕES €



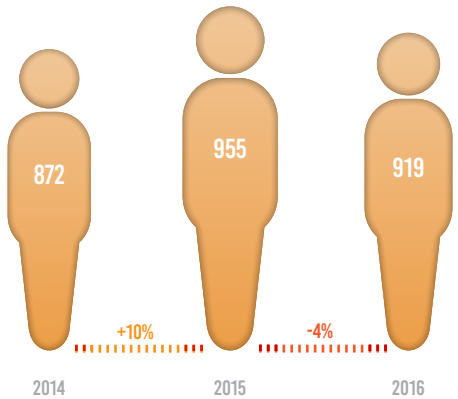
EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO
EM MILHARES €



GASTOS COM PESSOAL E FSE'S
EM MILHARES €



EQUIPA DE PROFISSIONAIS



1.5. ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Presidente	Luís Carlos Alves Rodrigues Matias
Vogal	Vítor Manuel Lopes Segurado
Vogal	Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes
Vogal	Henrique Augusto Pereira Moreira
Vogal	Luís Paulo Reis Cocco
Vogal	Pedro Manuel de Barros Inácio
Vogal	José Luís Bonifácio Lopes
Vogal	Miguel Jorge Belpho da Silva Lança
Vogal	Ana Cristina Clarkson Gaspar

Comissão Executiva

Presidente Executivo	Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes
Administrador Executivo	Henrique Augusto Pereira Moreira
Administrador Executivo	Luís Paulo Reis Cocco

Conselho Fiscal

Presidente	Luís Manuel Pereira da Silva
Vogal	João Gaspar Lopes Ribeiro
Vogal	João Carlos Tovar Jalles
Suplente	Avelino Azevedo Antão

Revisor Oficial de Contas

Efetivo	Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada por Joaquim Oliveira de Jesus
Suplente	Carlos Alberto Domingues Ferraz

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira
Secretário	José António da Ponte Zeferino

Secretário da Sociedade

Efetivo	Raul Miguel Lampreia Corrêa Teles Lufinha
Suplente	Raquel Rocha e Silva

Comissão de Vencimentos

Presidente	Rui Manuel Assoreira Raposo
Vogal	Jorge de Brito Pereira
Vogal	Victor Réfega Fernandes

Representante para as Relações com o Mercado

Raul Miguel Lampreia Corrêa Teles Lufinha

2 RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

2.1.
CONTEXTO MACRO ECONÓMICO

A economia mundial voltou a crescer em 2016, em linha com a trajetória de recuperação verificada nos últimos anos. Em termos globais, a economia mundial cresceu cerca de 3,1%, ligeiramente a baixo do crescimento verificado em 2015, que foi de 3,2%. Este crescimento foi, em maior medida, suportado pelas economias emergentes e em desenvolvimento que cresceram na casa dos 4,1%, enquanto que as economias avançadas cresceram cerca de 1,6%.

De acordo com as projeções avançadas pelo FMI, a atividade económica mundial deverá acelerar em 2017 e 2018, para valores na ordem dos 3,4% e 3,6%, respetivamente. As economias avançadas deverão crescer 1,9% e 2,0% nesses mesmos anos, o que significa que deverão ser, novamente, as EMDEs as principais responsáveis pelo crescimento das projeções do próximo biénio. Nas economias avançadas, as condições financeiras favoráveis, a melhoria do mercado de trabalho e os estímulos em termos de politica orçamental deverão constituir os principais fatores de apoio ao crescimento, enquanto que nas economias em desenvolvimento e emergentes, o crescimento resiliente em algumas economias conjugado com um abrandamento progressivo das recessões profundas em alguns dos países exportadores de matérias-primas, deverão ser os principais motores de crescimento das mesmas.

Por sua vez, o crescimento verificado em 2016 na Zona Euro foi de 1,7%, ligeiramente acima do verificado nos EUA, 1,6% e na globalidade das economias avançadas. É expectável que este crescimento continue a ganhar robustez, uma vez que os dados de 2016 revelam não só uma maior generalização da retoma entre os diversos sectores e as diferentes economias, como também se verificam estar mais assentes na procura interna, o que torna o seu processo de recuperação menos vulnerável a fatores externos.

Em Portugal, o Produto Interno Bruto de 2016 atingiu cerca de 185 mil milhões de euros em termos nominais, tendo registado um aumento de 1,4% em volume, menos 0,2 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no ano anterior. O contributo da procura interna para a variação do PIB diminuiu, situando-se em 1,5 p.p. em 2016 (2,6 p.p. em 2015), refletindo, sobretudo a redução do Investimento e, em menor grau, o ligeiro abrandamento do consumo privado.

Para o triénio 2017-2019, e de acordo com as projeções avançadas pelo Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá manter uma trajetória de recuperação, apresentando o PIB uma variação de 1,8% em 2017, 1,7% em 2018, e 1,6% em 2019. Esta evolução deverá ser suportada essencialmente pelo crescimento das exportações e da procura interna, neste caso, devido a um maior dinamismo da formação bruta de capital fixo.

Relativamente ao mercado das TI, e depois de 5 anos de crescimento negativo e de uma inversão de tendência em 2014 e 2015, o ano de 2016 de veio confirmar a tendência de crescimento do sector, o qual se deve sobretudo ao arranque da 3ª Plataforma Tecnológica. Com efeito, e segundo dados avançados pela IDC no início do corrente ano, o sector das Tecnologias da Informação, terá crescido em 2016 na ordem dos 2%.

A Terceira Plataforma Tecnológica, caracterizada pela introdução de soluções móveis, redes sociais, soluções cloud, big data e analítica de negócios, tem sido de facto o motor de crescimento do sector das tecnologias da informação nos últimos anos, mas mais do que isso, veio alterar a lógica de fazer negócios, introduzindo novos algoritmos nas metodologias de desenvolvimento do sector empresarial, educacional, governamental etc. O uso das tecnologias de informação deixa de servir essencialmente para suportar operações de back-office e front-office (1º e 2º Plataforma Tecnológicas, respetivamente) das empresas, para se entrar numa era onde o uso das tecnologias passa a ser transversal à vida das pessoas, não só do ponto de vista profissional como também pessoal. Os agentes económicos alteram significativamente os seus papeis, e os ecossistemas, cliente, empresa, mercado, sofrem, igualmente, alterações profundas.

Globalmente, entre 2016 e 2020, é expectável que mais de metade do investimento em TIC em Portugal, seja devido a investimentos na terceira plataforma e nos aceleradores de inovação, onde os primeiros deverão representar cerca de 1/3 do valor global e os segundos os restantes 2/3. Relativamente aos investimentos em TIC dirigidos ao sector da saúde, e relatório das principais previsões do IDC, é expectável que a disponibilização de uma plataforma de cloud computing específica para os requisitos das organizações de saúde seja uma das principais estratégias de entrada no mercado para os diversos fornecedores de TIC, a par com temas de segurança, das redes de IoT, da consolidação da despesa de TITIC.

2.2.
DESEMPENHO EM 2016 E PERSPETIVAS FUTURAS

Durante o ano de 2016 a Glintt deu continuidade à implementação das medidas estratégicas anteriormente comunicadas, nomeadamente as que diziam respeito à Reorganização das Áreas Corporativas e Operacionais, a saber:

i. Especialização da atividade, recursos e investimentos, no sector da saúde e em áreas de maior valor acrescentado.
ii. Afastamento da esfera exclusiva de interesse da Glintt aquelas áreas ou operações que não se enquadrem no ponto i) supra,
iii. Reestruturação das estruturas de backoffice e apoio ao negócio, com vista ao aumento da produtividade e obtenção de ganhos de eficiência.

Com efeito, no ano de 2016, em termos de mercado, o sector da saúde reforçou a sua posição relativa no volume de negócios global do grupo, passando de 66,9% em 2015 para 72,7% em 2016, o que representou um crescimento de negócios de 1,3%. Por sua vez, o segmento "Outros mercados" apresentou um decréscimo do seu volume de negócios de 22,8%, passando a representar menos de 30% do volume global de negócios do grupo.

Em termos operacionais, o sector da saúde é já responsável por cerca de 92% do Resultado Operacional do Grupo, representando uma rentabilidade de 10,2%.

A acrescida especialização e foco no sector da Saúde – em especial Farmácias e Hospitais – permite uma utilização de recursos mais eficiente, sendo assim possível desenvolver, investir e adaptar de forma mais eficaz a oferta comercial às novas tendências e necessidades dos clientes deste sector.

A Glintt continuará a investir noutros setores de mercado onde o seu know-how e competências, sobretudo em consultoria aplicacional e de negócio, aliado ao domínio de soluções próprias e diferenciadoras, lhe permite apresentar aos clientes soluções ágeis e de elevado valor acrescentado.

Ainda enquadrado no plano de reestruturação das áreas de negócio, foi concluído em dezembro último, a alienação dos ativos fixos, tangíveis e intangíveis que compõem a Central Fotovoltaica da Horta das Figueiras, em Évora, bem como a posição contratual em contratos relativos à exploração desses ativos e as licenças de produção e exploração, que pertenciam à filial Glintt Energy, S.A.

Em 2016 foi já totalmente implementado o Novo Modelo Organizativo, o qual dotou a companhia de uma estrutura mais eficiente nas vertentes societária, dirigente e operacional, permitindo em simultâneo, alavancar o crescimento da atividade e aumentar a competitividade no mercado, com menores custos de funcionamento e suporte.

O conjunto destas medidas é já visível nos Resultados Líquidos do ano, que foram positivos em 383 mil euros, e na performance operacional, que apresentou um crescimento de 19,3% face a 2015, o que representa um EBITDA de 6,7 Milhões de Euros. Verificou-se igualmente um crescimento da margem EBITDA de 2 p.p. relativamente a 2015.

Para 2017, a Glintt identifica como relevante a prossecução dos seguintes objetivos estratégicos:

» Dar continuidade à estratégia de especialização e foco no sector da saúde, estando previsto acrescido investimento na melhoria de soluções tecnológicas já comercializadas em clientes, como seja por exemplo o software de gestão hospitalar – Globalcare.
» Tornar mais robusto o processo de internacionalização, reforçando nomeadamente a oferta nos mercados onde já opera, pois entende ser este um dos pilares no novo modelo operativo e um dos mais importantes objetivos de curto e médio prazo. A criação, no 2º semestre de 2016, das filiais UK e Ireland foram já o arranque deste objetivo, que visa o reforço da atividade da empresa nestas duas geografias, em especial no sector financeiro e saúde.
» Investir na captação, desenvolvimento e retenção de talento, nomeadamente aquele que diz respeito aos quadros técnicos, dinamizando uma 2ª academia para contratação de novos talentos e colocando em prática ambicioso plano de formação de quadros técnicos e diretivos.

2.3.
MODELO DE GOVERNAÇÃO

A Glintt é uma holding cotada na Euronext Lisbon e adotou um modelo de governação onde o Conselho de Administração desempenha um papel ativo no acompanhamento da gestão operacional de cada uma das sociedades participadas. O modelo de governação da sociedade é detalhadamente descrito no Relatório de Governo da Sociedade, o qual é parte integrante do presente relatório (vide por favor, capítulo 3).

2.4.
INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA – SUMÁRIO

Durante o exercício de 2016, foi divulgada pela Sociedade a seguinte informação privilegiada:

- **30-12-2016** - Alienação de ativos em área de negócio Não-Core
- **20-12-2016**- Calendário Financeiro 2017
- **22-11-2016 -** Resultados Consolidados 3º Trimestre 2016
- **28-10-2016**- Alienação de ativos em área de negócio Não-Core
- **09-09-2016 -** Constituição da Glintt UK e da Glintt Ireland
- **26-07-2016 -** Resultados Consolidados 1º Semestre 2016
- **20-07-2016 -** Cooptação de Vogal do Conselho de Administração
- **24-05-2016 -** Resultados Consolidados 1º Trimestre 2016
- **17-05-2016 -** Deliberações da Assembleia Geral Anual
- **22-04-2016 -** Composição do Conselho Fiscal
- **21-04-2016**- Renúncia de Administrador Executivo
- **14-04-2016**- Atualização do Calendário Financeiro 2016
- **15-03-2016** Resultados Consolidados 2015

2.5
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração da Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A., nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o Relatório de Gestão propõe que ao resultado líquido positivo da Sociedade no exercício de 2016, no montante de 4.287.707 Euros (contas separadas), seja transferido para a rubrica de Resultados Retidos de Exercícios Anteriores.

2.6.
DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

De acordo com o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A. declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e os demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da emitente Glintt e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da emitente Glintt e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Beloura, 10 de Abril de 2017.

Luis Carlos Alves Rodrigues Matias
(Presidente do Conselho de Administração)

Henrique Augusto Pereira Moreira
(Administrador Executivo)

José Luís Bonifácio Lopes
(Administrador)

Vítor Manuel Lopes Segurado
(Administrador)

Luís Paulo Reis Cocco
(Administrador Executivo)

Miguel Jorge Belpho da Silva Lança
(Administrador)

Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes
(Presidente da Comissão Executiva)

Pedro Manuel de Barros Inácio
(Administrador)

Ana Cristina Clarkson Gaspar
(Administradora)

2.7
AGRADECIMENTOS

A Glintt agradece aos seus Acionistas e Clientes, a confiança demonstrada durante o ano de 2016. Agradece também aos seus Parceiros Estratégicos a colaboração prestada no desenvolvimento de projetos comuns, bem como a capacidade de criação de novos negócios. Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores pelo empenho e compromisso manifestados em 2016, em especial no apoio à prossecução das medidas estratégicas definidas, as quais têm sido fundamentais para que a Glintt se continue a afirmar como empresa de referência no mercado das TI.

Beloura, 10 de abril de 2017
O Conselho de Administração

Anexos ao Relatório Consolidado de Gestão

Ações detidas pelos membros dos órgãos sociais

Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização na Sociedade e em Sociedades em relação de domínio ou de grupo (Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais) e Transações de Dirigentes (nº 7 do Artigo 14º do Regulamento da CMVM).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Nº TÍTULOS 31-12-2015	Nº TÍTULOS 31-12-2016	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PREÇO UNIT.€	DATA
Luis Carlos Alves Rodrigues Matias	-	-	-	-	-	-
Vítor Manuel Lopes Segurado	-	-	-	-	-	-
Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes	-	-	-	-	-	-
Henrique Augusto Pereira Moreira	-	-	-	-	-	-
Luís Paulo Reis Cocco	-	-	-	-	-	-
Pedro Manuel de Barros Inácio	-	-	-	-	-	-
José Luis Bonifácio Lopes	-	-	-	-	-	-
Miguel Jorge Belpho da Silva Lança	-	-	-	-	-	-
Ana Cristina Clarkson Gaspar	-	- (a)	-	-	-	-
Alexandre Miguel da Cruz Machado Pereira Gomes	-	- (b)	-	-	-	-
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Luís Manuel Pereira da Silva	-	-	-	-	-	-
João Gaspar Lopes Ribeiro	-	-	-	-	-	-
João Carlos Tovar Jalles	- (c)	-	-	-	-	-
Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha	-	- (d)	-	-	-	-

(a) À data de inicio de funções- 20 de julho de 2016
(b) Cessou funções em 21 de abril de 2016
(c) À data de inicio de funções- 22 de abril de 2016
(d) Cessou funções em 22 de abril de 2016

Participações Qualificadas

Para efeitos da alínea c) do nº 1 do artigo 9º do Regulamento 5/2008 da CMVM, apresenta-se a lista de titulares de participações qualificadas comunicadas à Sociedade até 31 de Dezembro de 2016 e calculadas nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.

	Nº DE AÇÕES	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Associação Nacional das Farmácias			
Diretamente	-	-	-
Através da Farminveste 3- Gestão de Participações SGPS, Lda (a)	66.075.974	75,9818%	75,9818%
Através do Dr. António Nuno de Jesus Ribeiro de Barros, membro do Conselho de Administração da Farminveste- SGPS, S.A., sociedade dominante da Farminveste 3- Gestão de Participações, SGPS, Lda. e dominada pela Associação Nacional das Farmácias	1.000	0,0011%	0,0011%
Total Imputável	**66.076.974**	**75,9829%**	**75,9829%**
José Ribeiro Gomes			
Diretamente	2.600.000	2,98%	2,98%
Total Imputável	**2.600.000**	**2,98%**	**2,98%**

Transações de ações próprias

No exercício de 2016, não se realizaram transações de ações próprias.

3 GOVERNO DA SOCIEDADE

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO - 2016
GLINTT – GLOBAL INTELLIGENT TECHNOLOGIES, S.A.
SOCIEDADE ABERTA

Advertências:

- Salvo indicação em contrário ou quando do contexto resulte diferentemente, as informações são prestadas por referência ao *último dia do exercício económico* a que o relatório diz respeito, ou seja, a 31 de Dezembro de 2016;
- Consideram-se feitas para o Código dos Valores Mobiliários todas as referências a artigos sem indicação do respetivo diploma legal.

PARTE I – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

O capital social da Glintt é de € 86.962.868, sendo composto por 86.962.868 ações, todas da mesma categoria, com o valor nominal de € 1, e encontrando-se totalmente disperso em bolsa, na Euronext Lisbon.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Não existem restrições à transmissibilidade das ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

A Glintt tem zero ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j).

A Glintt não é parte em acordos que refiram a mudança de controlo na sequência de uma oferta pública de aquisição.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Na Glintt não existem medidas defensivas, bem como não existe qualquer regime para a sua renovação ou revogação, caso existissem.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. g).

A Glintt não tem conhecimento de acordos parassociais.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

	Nº DE AÇÕES	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Associação Nacional das Farmácias			
Diretamente	-	-	-
Através da Farminveste 3- Gestão de Participações SGPS, Lda (a)	66.075.974	75,9818%	75,9818%
Através do Dr. António Nuno de Jesus Ribeiro de Barros, membro do Conselho de Administração da Farminveste- SGPS, S.A., sociedade dominante da Farminveste 3- Gestão de Participações, SGPS, Lda. e dominada pela Associação Nacional das Farmácias	1.000	0,0011%	0,0011%
Total Imputável	**66.076.974**	**75,9829%**	**75,9829%**
José Ribeiro Gomes			
Diretamente	2.600.000	2,98%	2,98%
Total Imputável	**2.600.000**	**2,98%**	**2,98%**

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização na Sociedade e em Sociedades em relação de domínio ou de grupo (Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais) e Transações de Dirigentes (n.º 7 do Artigo 14.º do Regulamento da CMVM).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Nº TÍTULOS 31-12-2015	Nº TÍTULOS 31-12-2016	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PREÇO UNIT.€	DATA
Luis Carlos Alves Rodrigues Matias	-	-	-	-	-	-
Vítor Manuel Lopes Segurado	-	-	-	-	-	-
Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes	-	-	-	-	-	-
Henrique Augusto Pereira Moreira	-	-	-	-	-	-
Luís Paulo Reis Cocco	-	-	-	-	-	-
Pedro Manuel de Barros Inácio	-	-	-	-	-	-
José Luis Bonifácio Lopes	-	-	-	-	-	-
Miguel Jorge Belpho da Silva Lança	-	-	-	-	-	-
Ana Cristina Clarkson Gaspar	-	- (a)	-	-	-	-
Alexandre Miguel da Cruz Machado Pereira Gomes	-	- (b)	-	-	-	-
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Luís Manuel Pereira da Silva	-	-	-	-	-	-
João Gaspar Lopes Ribeiro	-	-	-	-	-	-
João Carlos Tovar Jalles	- (c)	-	-	-	-	-
Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha	-	- (d)	-	-	-	-

(a) À data de inicio de funções- 20 de julho de 2016
(b) Cessou funções em 21 de abril de 2016
(c) À data de inicio de funções- 22 de abril de 2016
(d) Cessou funções em 22 de abril de 2016

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º dos Estatutos, o Conselho de Administração poderá, quando o julgar conveniente e obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal, aumentar o capital social da sociedade por entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, até ao limite máximo global de € 10.000.000.

Porém, durante o exercício de 2016, o Conselho de Administração não entendeu ser necessário aumentar o capital social, pelo que não solicitou qualquer parecer ao Conselho Fiscal para o efeito.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.
As relações de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade, são as que se divulgam no ponto 92.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL*
*ao longo do ano de referência

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).
A Mesa da Assembleia Geral da Glintt é constituída por um Presidente e um Secretário:

- José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira (Presidente);
- José António da Ponte Zeferino (Secretário).

Os membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos a 22 de Maio de 2014 para um mandato de 3 anos, 2014/2016.

Através da coordenação do Secretário-Geral Raul Lufinha, a Glintt – tendo em conta a situação económica da Sociedade – disponibiliza ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral todos os recursos humanos e logísticos de apoio por este considerados adequados ao desempenho independente e competente das suas funções e às respetivas necessidades.

b) EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f).
Na Glintt não existem restrições em matéria de direito de voto.

A cada ação corresponde um voto.

Na Assembleia Geral de 2016, os Acionistas puderam votar presencialmente – pessoalmente ou representados – e também por correspondência.

Não foi adotada qualquer medida que tivesse por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.
100%.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.
Para além das legalmente previstas, não existem deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só possam ser tomadas com maioria qualificada.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) COMPOSIÇÃO*
*ao longo do ano de referência

15. Identificação do modelo de governo adotado.
A Glintt é governada por um Conselho de Administração, que delegou a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).
Não existem regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração.

17. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Nos termos dos Estatutos da Glintt, a Sociedade é administrada por um Conselho de Administração composto por um número, par ou ímpar, de membros, no mínimo de dois e no máximo de onze, conforme deliberação dos acionistas que designará igualmente o respetivo Presidente.

Os membros do Conselho de Administração podem ser acionistas ou não e são eleitos por períodos de três anos, sendo permitida a sua reeleição por triénios sucessivos, sem qualquer limitação.

A 31 de Dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Glintt, eleito para o mandato 2014/2016, era composto por nove membros efetivos, nos seguintes termos:

- Presidente Luís Carlos Alves Rodrigues Matias
- Vogal Vítor Manuel Lopes Segurado
- Vogal Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes
- Vogal Henrique Augusto Pereira Moreira
- Vogal Luís Paulo Reis Cocco
- Vogal Pedro Manuel de Barros Inácio
- Vogal José Luís Bonifácio Lopes
- Vogal Miguel Jorge Belpho da Silva Lança
- Vogal Ana Cristina Clarkson Gaspar

Foi a seguinte a data da primeira designação de cada um dos membros do Conselho de Administração:

- Presidente Luís Carlos Alves Rodrigues Matias: 2013-03-12
- Vogal Vítor Manuel Lopes Segurado: 2008-06-11
- Vogal Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes: 2015-04-15
- Vogal Henrique Augusto Pereira Moreira: 2014-09-16
- Vogal Luís Paulo Reis Cocco: 2011-01-21
- Vogal Alexandre Miguel da Cruz Machado Pereira Gomes: 2011-01-01
- Vogal Pedro Manuel de Barros Inácio: 2004-04-30
- Vogal José Luís Bonifácio Lopes: 2013-09-26
- Vogal Miguel Jorge Belpho da Silva Lança: 2015-05-21
- Vogal Ana Cristina Clarkson Gaspar : 2016-07-20

A data do termo do mandato de todos os membros do Conselho de Administração é 2016/12/31.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes.

18.1. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente e, quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

a. **Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo, nos últimos três anos;**

b. **Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;**
c. **Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo, além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;**
d. **Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;**
e. **Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.**

No Conselho de Administração da Sociedade, a 31 de Dezembro de 2016, estão em funções:

- Três membros executivos:
  - Vogal Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes (Presidente da Comissão Executiva)
  - Vogal Henrique Augusto Pereira Moreira
  - Vogal Luís Paulo Reis Cocco
- Seis membros não executivos:
  - Presidente Luís Carlos Alves Rodrigues Matias
  - Vogal Vítor Manuel Lopes Segurado
  - Vogal Pedro Manuel de Barros Inácio*
  - Vogal José Luís Bonifácio Lopes
  - Vogal Miguel Jorge Belpho da Silva Lança
  - Vogal Ana Cristina Clarkson Gaspar

  * Independente, nos termos do n.º 18.1 *supra*

Tendo em conta o modelo de governação adotado e a dimensão da Sociedade, bem como a sua estrutura acionista e o respetivo free float, a Glintt considera adequado contar com 1/6 de independentes entre os Administradores Não Executivos.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração.

Luís Carlos Alves Rodrigues Matias

- Qualificações profissionais:
  Licenciado em Ciências Farmacêuticas
- Percurso profissional nos últimos 5 anos:
  Presidente do Conselho de Administração da Glintt desde 2013
  Vice-Presidente da Associação Nacional das Farmácias até 2013
  Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Nacional das Farmácias
  Administrador da Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. até 2016
  Administrador da Farminveste – SGPS, S.A.
  Administrador da Dose Exacta – Farmácia, S.A.
  Gerente da Farminveste 3 – Gestão de Participações, SGPS, Lda. até 2016
  Gerente da FDM- Farmácia Domus Massamá, Sociedade Unipessoal, Lda.
  Gerente da Ana Lourenço & Filhos, Lda.
  Sócio Gerente da Farmácia Véritas, Lda.
  Sócio Gerente da Newfar – Agrupamento Complementar de Farmácias A.C.E.

Vítor Manuel Lopes Segurado

- Qualificações profissionais:
  Licenciado em Ciências Farmacêuticas
- Percurso profissional nos últimos 5 anos:
  Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional das Farmácias
  Proprietário e Diretor Técnico da Farmácia Nova, em Setúbal
  Presidente da Direção da FARMACOOPE – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL.
  Gerente do Infosaúde – Instituto de Formação e Inovação em Saúde, Unipessoal, Lda. até 2016
  Administrador da Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.
  Administrador da Farminveste – SGPS, S.A.

Gerente da Farminveste 2 – SGPS, Unipessoal, Lda.
Gerente da Farminveste 3 – Gestão de Participações, SGPS, Lda. até 2016
Administrador da Finanfarma – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.
Gerente da SRCF – Sociedade de Consultoria a Farmácias, Unipessoal, Lda até à sua dissolução em 2015
Presidente do Conselho de Administração da Farminveste 4 – Serviços, S.A.
Administrador da hmR – Health Market Research International, S.A.
Gerente da hmR – Health Market Research Portugal, Unipessoal, Lda.
Administrador da Health Market Research España, S.L.
Administrador da Alliance Healthcare, S.A.

Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes

» Qualificações profissionais:
Licenciado em Ciências Farmacêuticas, PAGEF UCP, MBA ISG, INSEAD Strategic Leadership Programme
» Percurso profissional nos últimos 5 anos:
CEO da Glintt desde 2015.
Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional das Farmácias
Membro da Mesa da Assembleia Geral da FARMACOOPE – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL
Administrador Executivo da Alliance Healthcare, S.A. até 2015
Administrador da Alliance Healthcare Participações SGPS Unipessoal, Lda. até 2015
Gerente da Almus, Lda. até 2015
Gerente da Alloga Portugal, Lda. até 2015
Administrador da Farminveste – Investimentos, Participação e Gestão, S.A., desde 2013
Secretário-Geral da Ordem dos Farmacêuticos de 2001 a 2003

Henrique Augusto Pereira Moreira

» Qualificações profissionais:
Curso de Administração Tributária
» Percurso profissional nos últimos 5 anos:
Administrador Executivo da Glintt desde 2015
Adjunto do Coordenador Geral da Associação Nacional das Farmácias
Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Clínica CUF Belém, S.A.
Diretor da Glintt Farma até 2015

Luís Paulo Reis Cocco

» Qualificações profissionais:
Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa. Master em Business Administration, pela Harvard Business School, EUA
» Percurso profissional nos últimos 5 anos:
Administrador Executivo da Glintt desde 2011. Anteriormente, Administrador Executivo da Portugal Telecom Investimentos Internacionais, S.A.

Pedro Manuel de Barros Inácio

» Qualificações profissionais:
Licenciado em Engenharia Informática pelo COCITE
» Percurso profissional nos últimos 5 anos:
Administrador Executivo da Espírito Santo Informática

José Luís Bonifácio Lopes

» Qualificações profissionais:
Licenciatura em Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa e Executive MBA ISG
» Percurso profissional nos últimos 5 anos
Diretor Financeiro da Associação Nacional das Farmácias
Administrador da Finanfarma – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.
Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.

Administrador da Luso-Atlântica, Corretor de Seguros, S.A. até 2015.
Administrador da MAISFIN – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, S.A.
Gerente do A Ver Navios em Santa Catarina – Sociedade de Restaurantes, Unipessoal, Lda. até 2015
Gerente da Farminveste 3 – Gestão de Participações, SGPS, Lda. até 2015.
Vogal do Conselho Fiscal da José de Mello Saúde, S.A.

Miguel Jorge Belpho da Silva Lança

- Qualificações profissionais:
  Economia 3.º ano ISEG, MBA Executivo ISG, PAGE UCP
- Percurso profissional nos últimos 5 anos:
  Membro da Comissão Executiva da Associação Nacional das Farmácias desde 2013
  CIO do Grupo ANF desde 2013
  Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.

Ana Cristina Clarkson Gaspar

- Qualificações profissionais:
  Licenciada em Ciências Farmacêuticas
- Percurso profissional nos últimos 5 anos:
  Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional das Farmácias
  Administradora da Farminveste 4 – Serviços, S.A.
  Administradora da Farminveste – SGPS, S.A.
  Administradora da Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.
  Gerente da Farbiowell – Suplementos Alimentares, Lda.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Presidente Luís Carlos Alves Rodrigues Matias
Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Nacional das Farmácias

Vogal Vítor Manuel Lopes Segurado
Vice-Presidente da Direcção da Associação Nacional das Farmácias
Administrador da Farminveste, SGPS, S.A.
Administrador da Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Farminveste 4 – Serviços, S.A.
Administrador da hmR – Health Market Research International, S.A.
Gerente da hmR – Health Market Research Portugal, Unipessoal, Lda.
Administrador da Health Market Research España, S.L.
Administrador da Alliance Healthcare, S.A.

Vogal Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes
Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional das Farmácias

Vogal Henrique Augusto Pereira Moreira
Adjunto do Coordenador Geral da Associação Nacional das Farmácias
Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Clínica CUF Belém, S.A.

Vogal Luís Paulo Reis Cocco
Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.

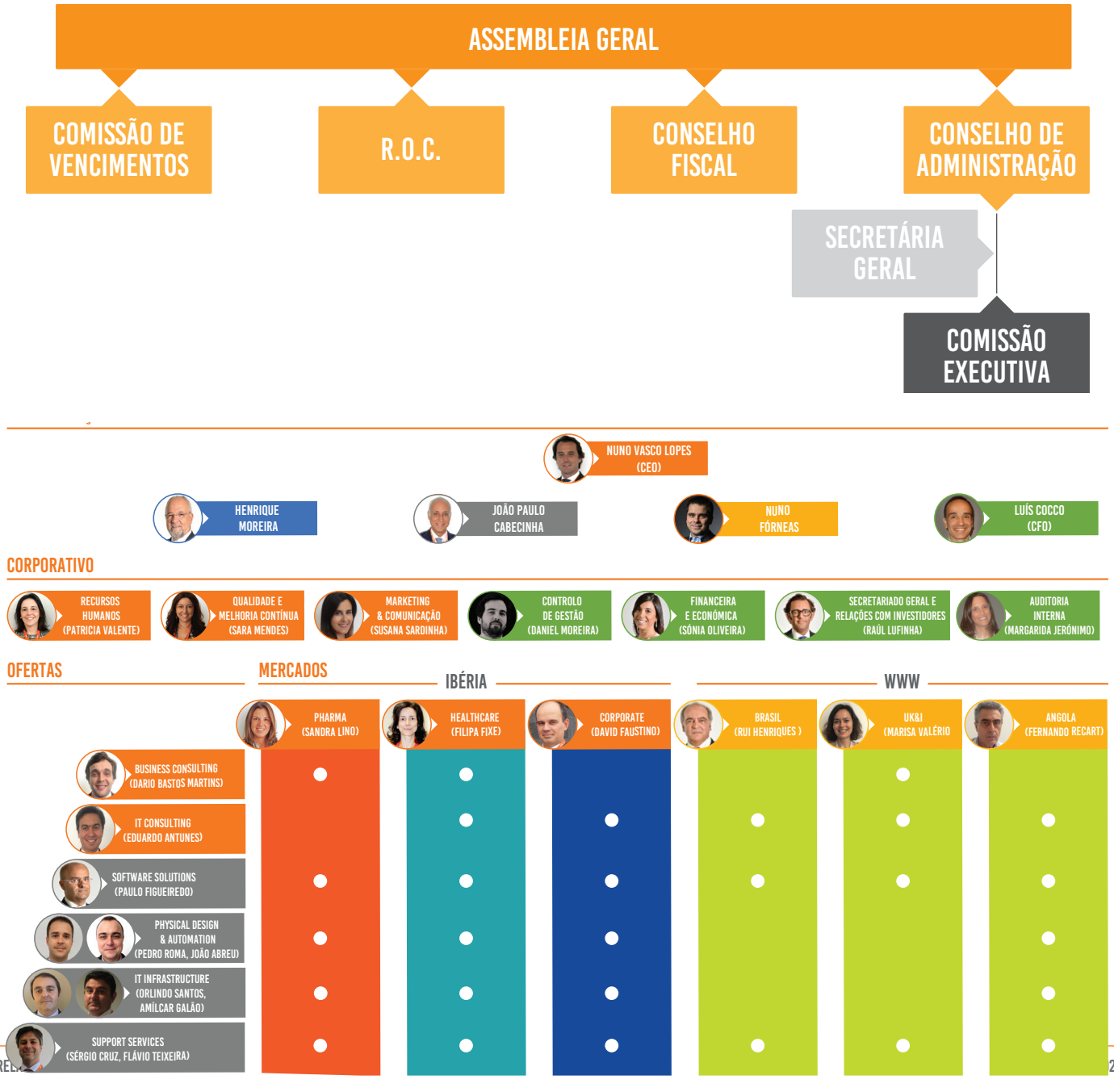
Vogal Pedro Manuel de Barros Inácio
Nada a registar

Vogal José Luís Bonifácio Lopes
Diretor Financeiro da Associação Nacional das Farmácias
Gerente da Farminveste 3 – Gestão de Participações, SGPS, Lda.

Vogal Miguel Jorge Belpho da Silva Lança
Membro da Comissão Executiva da Associação Nacional das Farmácias
CIO do Grupo ANF
Administrador da Farminveste 4 – Serviços S.A.

Vogal Ana Cristina Clarkson Gaspar
Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional das Farmácias
Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.
Administradora da Farminveste – SGPS, S.A.
Administradora da Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.
Gerente da Farbiowell – Suplementos Alimentares, Lda.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.



b) FUNCIONAMENTO

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.
O Conselho de Administração da Glintt tem um regulamento de funcionamento, que pode ser consultado no site da Sociedade.

http://www.glintt.com/documents/10228/18382/REGULAMENTO+DO+CONSELHO+DE+ADMINISTRA%C3%87%C3%83O20140522.pdf/79ca56fc-4661-49c0-bb13-22add91c0c6a

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração às reuniões realizadas.
O Conselho de Administração realizou sete reuniões, com uma assiduidade de 100%.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.
O Conselho de Administração assegura uma competente e independente avaliação do desempenho dos Administradores Executivos e do seu próprio desempenho global.

O desempenho do Conselho de Administração é avaliado pelos Acionistas, a todo o tempo e também nomeadamente quando reunidos na Assembleia Geral Anual.

Deste modo e atendendo igualmente à dimensão da Sociedade, bem como à escassez dos recursos postos pelos Acionistas à sua disposição, a Glintt entende que não se mostra necessária nem prioritária a criação adicional de comissões destinadas especificamente à avaliação dos Administradores Executivos.

Para além de efetuarem a referida avaliação dos Administradores Executivos, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e também os Acionistas reunidos em Assembleia Geral refletem sobre o sistema, a estrutura e as práticas de governo adotadas, verificando a sua eficácia e, se necessário, propondo aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria. Deste modo e atendendo igualmente à dimensão da Sociedade, bem como à escassez dos recursos postos pelos Acionistas à sua disposição, a Glintt entende que não se mostra necessária nem prioritária a criação adicional de comissões destinadas especificamente a refletir sobre a estrutura e as práticas de governo adotadas.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.
O atingir dos objetivos fixados no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Luís Carlos Alves Rodrigues Matias

- No Grupo Glintt:
  - Não exerce outras funções.
- Extra Grupo Glintt:
  - Mesa da Assembleia Geral da Associação Nacional das Farmácias: Vice-Presidente.
  - Dose Exacta- Farmácia, S.A.: Administrador.
  - FDM- Farmácia Domus Massamá, Sociedade Unipessoal Lda.: Gerente
  - Ana Lourenço & Filhos, Lda.: Gerente.
  - Sócio Gerente da Farmácia Véritas, Lda.: Sócio Gerente.

Vítor Manuel Lopes Segurado

- No Grupo Glintt:
  - Não exerce outras funções.
- Extra Grupo Glintt:
  - Farmácia Nova: Diretor Técnico.
  - Associação Nacional das Farmácias: Vice-Presidente da Direção.
  - FARMACOOPE – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL: Presidente da Direção.
  - Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - Farminveste – SGPS, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.

- Farminveste 2 – SGPS, Unipessoal, Lda.: Gerente.
- Finanfarma – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.: Administrador.
- Farminveste 4 – Serviços, S.A.: Presidente do Conselho de Administração.
- hmR – Health Market Research International, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
- hmR – Health Market Research Portugal, Unipessoal, Lda.: Gerente.
- Health Market Research España, S.L.: Vogal do Conselho de Administração.
- Alliance Healthcare, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.

Vogal Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes

- No Grupo Glintt:
  - Glintt – Business Solutions, Lda.: Presidente do Conselho de Gerência.
  - Glintt – Healthcare Solutions, S.A.: Presidente do Conselho de Administração.
  - Glintt MSV – Conceção, Integração e Gestão de Infraestruturas Tecnológicas, S.A.: Presidente do Conselho de Administração.
  - Glintt Energy, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - Glintt Inov, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - RHM – Management de Recursos Humanos, Sociedade Unipessoal, Lda.: Gerente.
  - SOL-S e Solsuni – Tecnologias de Informação, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - Glintt España, S.L.: Administrador.
  - Farmasoft – Informática y Servicios, S.L.: Presidente.
  - Glintt UK, Limited: Presidente.
  - Glintt Ireland Solutions, Limited: Presidente.
- Extra Grupo Glintt:
  - Associação Nacional das Farmácias: Vice-Presidente da Direção.
  - FARMACOOPE – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL: Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
  - INFARMA: Membro da Mesa da Assembleia Geral.
  - Revista Farmácia Portuguesa: Subdiretor.

Henrique Augusto Pereira Moreira

- No Grupo Glintt:
  - Glintt – Business Solutions, Lda.: Vogal do Conselho de Gerência.
  - Glintt – Healthcare Solutions, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - Glintt MSV – Conceção, Integração e Gestão de Infraestruturas Tecnológicas, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - Glintt Energy, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - Glintt Inov, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - RHM – Management de Recursos Humanos, Sociedade Unipessoal, Lda.: Gerente.
  - SOL-S e Solsuni – Tecnologias de Informação, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - Glintt España, S.L.: Administrador.
  - Farmasoft – Informática y Servicios, S.L.: Administrador.
  - Glintt UK, Limited: Administrador.
  - Glintt Ireland Solutions, Limited: Administrador.
- Extra Grupo Glintt:
  - Associação Nacional das Farmácias: Adjunto do Coordenador Geral.
  - Farminveste 4 – Serviços, S.A.: Administrador.
  - Clínica CUF Belém, S.A.: Administrador.

Luís Paulo Reis Cocco

- No Grupo Glintt:
  - Glintt – Business Solutions, Lda.: Vogal do Conselho de Gerência.
  - Glintt – Healthcare Solutions, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - Glintt MSV – Conceção, Integração e Gestão de Infraestruturas Tecnológicas, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - Glintt Energy, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - Glintt Inov, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - RHM – Management de Recursos Humanos, Sociedade Unipessoal, Lda.: Gerente.

- SOL-S e Solsuni – Tecnologias de Informação, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
- Glintt España, S.L.: Administrador.
- Farmasoft – Informática y Servicios, S.L.: Administrador Delegado.
- Consoft, S.A.: Administrador.
- Pulso Informática, S.L.: Administrador Delegado.
- Glintt Polska Sp. Z o.o: Vogal.
- Glintt UK, Limited: Administrador.
- Glintt Ireland Solutions, Limited: Administrador.

» Extra Grupo Glintt:
- Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.

Pedro Manuel de Barros Inácio

» No Grupo Glintt:
- Não exerce outras funções.

» Extra Grupo Glintt:
- Novo Banco Informática, ACE: Administrador Executivo.

José Luís Bonifácio Lopes:

» No Grupo Glintt:
- Não exerce outras funções.

» Extra Grupo Glintt:
- Associação Nacional das Farmácias: Diretor Financeiro.
- Finanfarma – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.: Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva.
- MAISFIN – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, S.A.: Administrador.
- José de Mello Saúde, S.A.: Vogal do Conselho Fiscal.
- Farminveste 4 – Serviços, S.A.: Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva.

Miguel Jorge Belpho da Silva Lança

» No Grupo Glintt:
- Não exerce outras funções.

» Extra Grupo Glintt:
- Associação Nacional das Farmácias: Chief Information Officer.
- Farminveste 4 – Serviços, S.A.: Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Ana Cristina Clarkson Gaspar

» No Grupo Glintt:
- Não exerce outras funções.

» Extra Grupo Glintt:
- Associação Nacional das Farmácias: Vice-Presidente da Direção.
- Farmácia Saraiva, em Avintes, Vila Nova de Gaia: Directora-Técnica.
- Farminveste 4 – Serviços, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
- Farbiowell – Suplementos Alimentares, Lda.: Gerente.

C) COMISSÕES NO SEIO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRADORES DELEGADOS

27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Existe uma comissão criada no seio do Conselho de Administração: a Comissão Executiva.

O seu regulamento de funcionamento não é disponibilizado para consulta externa porque, no entendimento da Glintt, não tem relevância substantiva, dado ser um conjunto de regras meramente instrumental.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

A Comissão Executiva tem a seguinte composição:

- Presidente Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes
- Vogal Henrique Augusto Pereira Moreira
- Vogal Luís Paulo Reis Cocco

Não existe qualquer Administrador Delegado.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

O Conselho de Administração da Glintt delegou na Comissão Executiva os seguintes poderes:

a. Gestão corrente da Sociedade.
b. Implementação do Plano Estratégico CIPE2020.
c. Preparação e elaboração da proposta de orçamento a ser submetido à aprovação do CA.
d. Controlo da execução do orçamento aprovado pelo CA.
e. Constituição de mandatários e procuradores.
f. Contratação e dispensa de pessoal (efetivo, a prazo, *outsourcing* ou qualquer outro regime), aplicação das políticas remunerativas: remuneração (fixa, variável, despesas motivacionais, atribuição de viaturas, outros *fringe benefits* e prémios), plano de carreiras e promoções, sempre de acordo com o orçamento aprovado e com as políticas previamente aprovadas pelo CA.
g. Representação da Sociedade, em juízo e fora dele.
h. Comunicação, imagem e *marketing* da Sociedade.
i. Organização interna, incluindo a elaboração e aprovação de regulamentos internos relativos ao funcionamento da Empresa e do Grupo, de acordo com os princípios definidos pelo CA, no âmbito da competência reservada prevista nas respetivas alíneas o) e p) *infra*.
j. Abertura e movimentação de contas.
k. Gestão financeira, administrativa e patrimonial.
l. Realização de pagamentos e de recebimentos, emissão de cheques, quitações.
m. Contratos de arrendamento, locação financeira, *leasing*, aluguer de longa duração e renting de bens móveis de acordo com os respetivos regimes jurídicos.
n. Contratação de seguros relativos à atividade do Grupo.
o. Aquisição e alienação de bens móveis e contratação, junto de terceiros, dos serviços necessários ao regular e normal funcionamento do Grupo.
p. Execução de programas de aquisição e alienação de ações próprias, nas condições deliberadas pelo CA e nos termos da competente autorização concedida pela Assembleia Geral.
q. Negociação e contratação de linhas de crédito e de financiamentos incluindo a emissão de papel comercial.
r. Concessão de créditos e suprimentos a sociedades participadas.
s. Prestação de serviços técnicos de administração e gestão a sociedades do Grupo e fixação dos respetivos valores nos termos permitidos pela lei.
t. Estabelecimento de parcerias de colaboração que não envolvam participação em capital social.
u. Designação do representante da Sociedade nas Assembleias Gerais das participadas.
v. Acordos e transações, sejam judiciais, extrajudiciais ou arbitrais.
w. Exercer o poder disciplinar em relação aos trabalhadores da Sociedade.

Tendo o Conselho de Administração reservado para si as seguintes matérias:

a. Convocação da Assembleia Geral.
b. Aprovação dos relatórios e contas anuais.
c. Aprovação dos planos estratégicos e das políticas gerais de MLP da Sociedade e do Grupo.
d. Aprovação do orçamento anual, incluindo o enquadramento das contratações de pessoal.
e. Cooptação de Administradores.
f. Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis.
g. Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade.
h. Apresentação de propostas de emissão de obrigações pela Sociedade, incluindo obrigações convertíveis.
i. Celebração de negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.
j. Mudança de sede da Sociedade.
k. Constituição ou participação no capital social de outras sociedades e celebração, neste âmbito, de acordos parassociais.

l. Aquisição e alienação de participações sociais noutras sociedades.
m. Aprovação de projetos de fusão, cisão e de transformação da Sociedade.
n. Aprovação de programas de aquisição e alienação de ações próprias, para execução nos termos da competente autorização concedida pela Assembleia Geral.
o. Aprovação da estrutura empresarial do Grupo.
p. Extensão ou redução da atividade do Grupo e modificações relevantes na sua organização.
q. Composição dos órgãos sociais das sociedades participadas e designação dos respetivos membros.

Em síntese, a Comissão Executiva faz a gestão diária da Sociedade, dentro dos poderes que lhe foram delegados pelo Conselho de Administração.

Os Administradores que exercem funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, prestam, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, todas as informações por aqueles requeridas.

O Presidente da Comissão Executiva remete a todos os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.

III. FISCALIZAÇÃO

a) COMPOSIÇÃO*
*ao longo do ano de referência

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado.
Conselho Fiscal.

31. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.
O Conselho Fiscal tem a seguinte composição:
- Presidente Luís Manuel Pereira da Silva
- Vogal João Gaspar Lopes Ribeiro
- Vogal João Carlos Tovar Jalles

Existe ainda um membro suplente: Avelino Azevedo Antão.

Estatutariamente o Conselho Fiscal é composto por um número mínimo de três membros efetivos e um ou dois suplentes, não sendo fixado um número máximo de membros.

O mandato do Conselho Fiscal tem a duração estatutária de três anos, estando em curso o triénio 2014/2016.

Foi a seguinte a data da primeira designação dos membros efetivos do Conselho Fiscal:
- Presidente Luís Manuel Pereira da Silva: 19 de maio de 2011
- Vogal João Gaspar Lopes Ribeiro: 22 de maio de 2012
- Vogal João Carlos Tovar Jalles: 17 de maio de 2016

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC.
Os três membros do Conselho Fiscal consideram-se independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal e outros elementos curriculares relevantes.

Presidente Luís Manuel Pereira da Silva
- Qualificações profissionais:
  - Licenciado em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa. MBA, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.
- Percurso profissional nos últimos 5 anos:

- Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Gerente e Consultor de gestão e de assuntos financeiros e fiscais em diversas empresas privadas.

Vogal João Gaspar Lopes Ribeiro

- Qualificações profissionais:
  - Licenciado em Finanças pelo ISEG. Inscrito na Ordem dos Economistas. Membro Fundador da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Percurso profissional nos últimos 5 anos:
  - Consultor na Área Contabilística e Fiscal.

Vogal João Carlos Tovar Jalles

- Qualificações profissionais:
  - Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa. Inscrito na Ordem dos Economistas e na Ordem dos Contabilistas Certificados.
- Percurso profissional nos últimos 5 anos:
  - Consultoria económica, financeira e de gestão.

b) FUNCIONAMENTO

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal.

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal da Glintt está disponível para consulta no site da Sociedade.

https://www.glintt.com/documents/10228/18382/Microsoft+Word+-+GLINTT+-REGULAMENTO+DO+CONSELHO+FISCAL+_2011-final_.doc.pdf/2d38eb49-248d-4061-b71b-b6e85d3e73ea

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal realizou quatro reuniões em 2016, com 100% de assiduidade.

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Presidente Luís Manuel Pereira da Silva

- No Grupo Glintt:
  - Não exerce outras funções.
- Extra Grupo Glintt:
  - Gerente e Consultor de gestão e de assuntos financeiros e fiscais em diversas empresas privadas. Sócio-Gerente da Sociedade Anglo-Portuguesa de Diatomite, Lda. e da sociedade Fonemas Divertidos – Mediação Imobiliária, Lda. (licença IMPIC nº 10935)

Vogal João Gaspar Lopes Ribeiro

- No Grupo Glintt:
  - Não exerce outras funções.
- Extra Grupo Glintt:
  - Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio do Distrito de Lisboa – Clínica São Cristóvão: Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
  - Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas: Membro do Conselho Superior.

Vogal João Carlos Tovar Jalles

- No Grupo Glintt:
  - Não exerce outras funções.
- Extra Grupo Glintt:
  - Empresa de consultoria económico-financeira e de assessoria de gestão: Gerente.
  - Luz Saúde: Presidente do Conselho Fiscal.

c) COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

No exercício das suas funções e sempre que considera necessário, o Conselho Fiscal valida todas e quaisquer contratações de serviços adicionais, a prestar pelo Auditor Externo ou por entidades em relação direta com este, garantindo a manutenção da relação de independência indispensável ao exercício das funções deste último. No exercício de 2016 não houve contudo necessidade de intervenção neste âmbito, por parte do Conselho Fiscal, conforme detalhe dos serviços contratados apresentados no ponto 47.

38. Outras funções do órgão de fiscalização.

O Conselho Fiscal não tem outras funções.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O Revisor Oficial de Contas é a Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada por Joaquim Oliveira de Jesus (ROC n.º 1056).

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

O Revisor Oficial de Contas exerce funções na Sociedade desde 2016, tendo sido designado na Assembleia Geral de 17 de maio.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

O Revisor Oficial de Contas é simultaneamente o Auditor Externo do Grupo, cujos serviços e funções se detalham nos pontos abaixo.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O Revisor Oficial de Contas é a Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., registada na CMVM sob o número 329 e representada por Joaquim Oliveira de Jesus (ROC n.º 1056).

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O Auditor Externo exerce funções na Sociedade desde 2016, tendo sido designado na Assembleia Geral de 17 de maio.

O representante exerce funções na Sociedade igualmente desde 2016, tendo sido designado também na Assembleia Geral de 17 de maio.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

O mandato do Auditor Externo é anual, pelo que a política de rotação do Auditor Externo e do respetivo sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções consiste na sua rotação anual caso a avaliação efetuada anualmente conclua haver vantagem para a Glintt na rotação do Auditor Externo e do respetivo sócio Revisor Oficial de Contas.

Em 2016, a avaliação anual concluiu haver vantagem na rotação do Auditor Externo e do respetivo sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Com efeito, consultados diversos profissionais e recolhidas diversas opiniões e propostas de prestação de serviços, foi deliberado pelo Conselho Fiscal propor à consideração da AG anual de 2016 a designação, para a prestação de serviços profissionais de auditoria em 2016, do seguinte Auditor Externo:

- Efetivo: Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., registada na CMVM sob o número 20161318 e representada por Joaquim Oliveira de Jesus (ROC n.º 1056); e
- Suplente: Dr. Carlos Alberto Domingues Ferraz (ROC n.º 362).

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.
O órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo é o Conselho Fiscal, que efetua essa avaliação anualmente – inclusivamente propondo ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verificasse justa causa para o efeito, o que não sucedeu em 2016, embora tivesse proposto a rotação do Auditor Externo.

Foi o Conselho Fiscal que propôs aos Acionistas a eleição do Revisor Oficial de Contas, competindo ainda igualmente ao Conselho Fiscal propor a correspondente remuneração.

Em 2016, o Conselho Fiscal foi o interlocutor principal do Auditor Externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, tendo zelado para que lhe fossem asseguradas dentro da Glintt as condições adequadas à prestação dos serviços.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.
Não foram realizados outros trabalhos para além da auditoria às contas do grupo.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (*Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio*):
O valor dos honorários contratados pela sociedade para o exercício de 2016 são os que se resumem na tabela abaixo.

	MONTANTE 2016	%	MONTANTE 2015	%
Serviços de revisão legal de contas	73.800,00	100%	89.623,42	87%
Serviços de garantia de fiabilidade decorrentes da função de ROC	0,00	0%	1.700,00	2%
Total de Serviços de Auditoria	**73.800,00**	**100%**	**91.323,42**	**89%**
Serviços de consultoria fiscal	0,00	0%	10.800,00	11%
Total de Outros Serviços	**0,00**	**0%**	**10.800,00**	**11%**
	73.800,00	**100%**	**102.123,42**	**100%**

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).
Para além das normas supletivas legais, os Estatutos da Glintt referem o seguinte, no n.º 1 e no n.º 2 do artigo 13.º:

UM – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos votos presentes, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada.

DOIS – As deliberações relativas à alteração do Contrato de Sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, só poderão ser tomadas quando na Assembleia Geral, em primeira convocatória, estiverem presentes ou representados, pelo menos, um terço do capital social, exigindo-se sempre maioria qualificada de dois terços de votos emitidos, quer na primeira quer na segunda convocatória, para aprovar deliberações sobre tais matérias.»

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.
Na Glintt, a comunicação de irregularidades tem como destinatário o Conselho Fiscal – ver pontos 30 a 38.

O qual não recebeu qualquer comunicação em 2016.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.
A Glintt não possui órgãos ou comissões independentes que se dediquem em exclusivo à supervisão, à análise e implementação de sistemas de controlo interno.

No entanto, no âmbito das suas funções, quer o departamento de Qualidade e Melhoria Continua, quer o Departamento de Auditoria Interna, sobre a coordenação dos respetivos administradores executivos, têm como responsabilidade i) a prossecução de medidas de controlo e supervisão dos sistemas e processos, com vista a aferir de forma regular e atempada quanto à fiabilidade e eficiência na produção de informação e tratamentos de dados críticos para o negócio, e ii) a realização de auditorias especificas que permitam identificar riscos críticos passiveis de afetar a estratégia da sociedade, propondo nomeadamente medidas corretivas quer aos sistemas quer aos processos de suporte envolvidos, em articulação com as diversas unidades operacionais e corporativas.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.
O departamento da "Qualidade e Melhoria Contínua" reporta hierárquica e funcionalmente ao Presidente da Comissão Executiva – Dr. Nuno Vasco Lopes.

O departamento de "Auditoria Interna" reporta hierárquica e funcionalmente ao Administrador Executivo – Dr. Luís Cocco.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.
Os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade são da responsabilidade do Conselho de Administração e estão delegados na Comissão Executiva, sendo objeto da fiscalização do Conselho Fiscal. Por sua vez, que a Direção Financeira Económica quer o Controlo de Gestão, ambas as direções com reporte hierárquico e funcional ao Administrador Executivo responsável pelas matérias financeiras – Dr. Luís Cocco, assumem no âmbito das suas funções, responsabilidade pela identificação e controlo de riscos, nomeadamente operacionais e financeiros.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.
Os principais riscos económicos são os que resultam do enquadramento macroeconómico de 2016 e das perspetivas para 2017, descritos detalhadamente supra na Parte 1 do presente Relatório & Contas. Os principais riscos financeiros são o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro e à exposição cambial.

As principais fontes de risco de crédito são: caixa e equivalentes de caixa e exposição de crédito a clientes: a nível de bancos e instituições financeiras, a empresa seleciona as contrapartes com quem desenvolve negócios atendendo à credibilidade das entidades; em relação a clientes, a Glintt não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas que asseguram que as vendas e prestações de serviços são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado que limitam o montante de crédito ao qual os seus clientes têm acesso.

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção da caixa e depósitos bancários a um nível suficiente, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da empresa pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

A exposição da empresa ao risco da taxa de juro advém de aplicações em instituições financeiras e empréstimos obtidos. As aplicações em instituições financeiras assumem a natureza de curto prazo, pelo que os riscos de fluxos de caixa decorrentes de alterações na taxa de juro não assumem um carácter relevante.

Os empréstimos obtidos estão, de forma direta ou indireta, indexados a uma taxa de juro de referência, facto que expõe a entidade a riscos de cash flow. A exposição ao risco é analisada de forma dinâmica, realizando-se testes de sensibilidade às variações da taxa de juro, fundamentalmente à euribor, sendo que alterações na taxa de juro do mercado afetam ganhos ou perdas de instrumentos financeiros.

De entre riscos jurídicos da atividade da empresa, destaca-se a eventualidade de poderem surgir potenciais problemas com clientes e trabalhadores, os quais são controlados nomeadamente ao nível da gestão e controlo dos projetos.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.
A Comissão Executiva acompanha o funcionamento dos sistemas de controlo interno e os mecanismos de antecipação e gestão de riscos, propondo nomeadamente os ajustamentos e as medidas que considera necessárias.

No âmbito da sua atenção, sempre que se revela necessário, a Comissão Executiva ou os Administradores responsáveis pela supervisão das áreas comentadas nos pontos 51 e 52 supra, determinam o estudo de determinadas matérias ou revisão de áreas potencialmente com risco, garantindo assim através desses trabalhos a adequada robustez dos procedimentos internos implementados e respetivos mecanismos de controlo.

Pontualmente e sempre que se justifique, a Comissão Executiva ou diretamente cada um dos Administradores responsáveis pela supervisão das áreas comentadas nos pontos 51 e 52 supra, poderá determinar a subcontratação de tais estudos e análises a empresas externas, com independência e capacidade para em tempo útil emitir opinião sobre tais matérias.

É ainda da competência do Conselho Fiscal a fiscalização da eficácia de todo o sistema vigente.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al. m).
De acordo com a responsabilidade que lhe foi atribuída, a Comissão Executiva tem promovido uma cultura de controlo, com vista a assegurar a fiabilidade da informação financeira do Grupo. Nesse contexto, tem defendido a prossecução das seguintes medidas:

a. Definição/revisão, publicação e supervisão de políticas adequadas que garantam a fiabilidade da informação;
b. Definição e implementação de sistemas de suporte ao registo, gestão e controlo das operações, garantindo, por um lado, que a assunção de encargos para o Grupo só é efetuada quando devidamente autorizada e, por outro, antecipando eventuais debilidades em processos que considera críticos para a prossecução da sua estratégia de gestão.

Os riscos que afetam o processo de divulgação de informação financeira são também mitigados por um adequado sistema de reporting, o qual envolve por um lado boas práticas ao nível da segregação de funções e por outro a limitação ao nível dos acessos, para realização de determinadas práticas ou assunção de responsabilidades.

Mais ainda, são desenvolvidas e implementadas, pelo departamento de Controlo de Gestão, políticas de reporte e supervisão da informação financeira e de gestão, que permitem à Comissão Executiva obter informação analítica relativa ao desempenho e evolução da performance das diversas unidades, bem como receber atempado reporte sobre desvios existentes face aos objetivos propostos e previamente aprovados.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.
O Gabinete de Relações com os Investidores da Glintt tem como função assegurar o relacionamento da Sociedade com o Mercado, incluindo os Acionistas, os investidores, os analistas e toda a comunidade financeira.

Assim, o Gabinete de Relações com os Investidores tem uma dupla vertente: por um lado, é através do Gabinete de Relações com os Investidores que a Glintt comunica ao Mercado toda a informação de divulgação obrigatória, bem como outra informação cuja divulgação a Sociedade considere pertinente; e, por outro lado, é também o Gabinete de Relações com os Investidores o meio privilegiado de o Mercado aceder à Glintt.

Este contacto permanente com o Mercado é efetuado de forma a respeitar o princípio da igualdade dos Acionistas e visa prevenir assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

O responsável pelo Gabinete de Relações com os Investidores (Investor Relations) é Raul Lufinha.

57. Representante para as relações com o mercado.
O Representante para as Relações com o Mercado e a CMVM é Raul Lufinha, Secretário-Geral e responsável pelo Gabinete de Relações com os Investidores (Investor Relations).

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.
Em 2016 deram entrada cinquenta e sete pedidos de informação, todos respondidos nas primeiras vinte e quatro horas.

De 2015 para 2016 não transitou qualquer pedido de informação por responder.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço(s).

- E-mail: investor.relations@glintt.com
- Telefone: +351 219 100 200
- Fax: +351 219 100 299
- Morada: Beloura Office Park, Edifício 10, Quinta da Beloura, 2710-693 Sintra, Portugal
- Internet: www.glintt.com.local/investidores_kit_investidor.php

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

- https://www.glintt.com/corpos-sociais

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

- Estatutos:
  - https://www.glintt.com/estatutos-glintt
- Regulamentos:
  - https://www.glintt.com/regulamentos-dos-orgaos-sociais

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

- Órgãos sociais e representante para as relações com o mercado:
  - https://www.glintt.com/corpos-sociais
- Gabinete de Relações com os Investidores:
  - https://www.glintt.com/gabinete-de-relacoes-com-os-investidores

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

- Documentos de prestação de contas:
  - https://www.glintt.com/contas
- Calendário de eventos societários:
  - http://www.glintt.com/calendario

A informação é disponibilizada em português.

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

- https://www.glintt.com/assembleias-gerais

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

- https://www.glintt.com/assembleias-gerais

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

A determinação da remuneração dos órgãos sociais, incluindo a dos membros da Comissão Executiva, compete aos Acionistas, que na Assembleia Geral designaram para o efeito uma Comissão de Remunerações.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A Comissão de Vencimentos da Sociedade, eleita a 22 de Maio de 2014 para o mandato 2014/2016, tem a seguinte composição:

- Presidente Rui Manuel Assoreira Raposo
- Vogal Jorge de Brito Pereira
- Vogal Victor Réfega Fernandes

Todos os membros da Comissão de Vencimentos são independentes relativamente aos membros do órgão de administração.

Não foi contratada qualquer pessoa singular ou coletiva para apoiar a Comissão de Remunerações.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Os três membros da Comissão de Vencimentos têm adequados conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações, fruto da atividade profissional que desenvolvem diariamente:

Presidente Rui Manuel Assoreira Raposo

- Administrador Executivo da José de Mello Saúde, SGPS, S.A.
- Administrador da Escala Braga – Sociedade Gestora do Hospital de Braga, S.A.
- Administrador Escala Vila Franca de Xira – Sociedade Gestora do Hospital de Vila Franca, S.A.
- Administrador dos Hospitais CUF
- Administrador José de Mello Saúde Clínicas Privadas
- Administrador José de Mello Saúde AC
- Presidente do Conselho de Administração da SAGIES, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.
- Presidente da Comissão de remunerações da Glintt, S.A.

Vogal Jorge de Brito Pereira

- Presidente do Conselho de Administração da NOS, SGPS, S.A.
- Sócio de Uría Menéndez- Proença de Carvalho e Docente na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa
- Vogal do Conselho de Administração de De Grisogono, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral do BFA- Banco de Fomento Angola
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SAPEC, SGPS, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Efacec Power Solutions, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CIMINVEST – Sociedade de Investimentos e Participações, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SANTORO FINANCE – Prestação de Serviços, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SANTORO FINANCIAL HOLDINGS, SGPS, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FIDEQUITY – SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco BIC Português, S.A.

Vogal Victor Réfega Fernandes

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral:
  - Alliance Healthcare, S.A.
  - Proconfar – Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral:
  - Farminveste SGPS, S.A.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

A política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere ao artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho é a seguinte:

A. Remuneração dos membros do Conselho de Administração

I. Remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração

Em conformidade com as recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades da CMVM nesta matéria, a Comissão de Vencimentos da Sociedade determinou que a remuneração dos Administradores Não Executivos da Sociedade seja exclusivamente composta por uma componente fixa determinada pela Comissão de Vencimentos, a abonar catorze vezes por ano.

II. Remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração

A remuneração dos Administradores Executivos será composta por uma componente fixa e uma componente variável.

a. Remuneração Fixa

Durante o mandato em curso, os Administradores Executivos terão direito a uma remuneração fixa permanente, a abonar catorze vezes por ano.

b. Remuneração Variável

i. Princípio geral

Sem prejuízo do referido em (ii) infra, para além da remuneração fixa, os membros da Comissão Executiva terão direito, no seu conjunto, a uma remuneração variável equivalente a 8,5% do Resultado Antes de Impostos do respetivo ano, calculado antes da dedução desta remuneração variável.

O Resultado Antes de Impostos previsto no Orçamento deverá ser acrescido da dotação nele considerada para a remuneração variável da Comissão Executiva.

A distribuição da remuneração variável pelos Administradores Executivos será proporcional à remuneração anual fixa de cada um deles.

A remuneração variável não passa pela atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações da Sociedade.

O pagamento da remuneração variável terá lugar, conforme abaixo mencionado, após o apuramento dos resultados de cada exercício.

ii. Critérios de atribuição da Remuneração Variável

A remuneração variável é atribuída em função do grau de cumprimento dos objetivos previstos no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade, pelo que não alcançar tais objetivos limita, por si só, a atribuição desta componente de remuneração.

Para efeitos do cálculo da remuneração variável serão atendidos os seguintes critérios:

1. Se o Resultado Antes de Impostos anual da Glintt for igual ou superior ao previsto no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade, a quantia a distribuir por todos os membros da sua Comissão Executiva corresponderá a 8,5% do Resultado Antes de Impostos anual.

2. Se o Resultado Antes de Impostos anual da Glintt for inferior ao previsto no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade, a percentagem da quantia correspondente a 8,5% do Resultado Antes de Impostos anual, igualmente a distribuir por todos os membros da sua Comissão Executiva, será a indicada no quadro seguinte:

RESULTADO LÍQUIDO ANUAL	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL (%)
< 70%	0%
> 70% e < 80%	25%
> 80% e < 90%	50%
> 90% e < 100%	80%

III. Alinhamento dos interesses dos Administradores com o interesse da Sociedade

Conforme decorre do acima exposto, a remuneração variável dos Administradores Executivos encontra-se dependente do desempenho destes e do seu contributo para a obtenção dos melhores resultados para a Sociedade.

Por outro lado, a estrutura da remuneração visa assegurar um nível remuneratório competitivo, suscetível de atrair e reter os mais qualificados quadros profissionais capazes de dar resposta aos desafios que a Sociedade enfrenta.

Nesta esteira, os Administradores Executivos que não vejam o seu mandato renovado (por iniciativa da Sociedade) e não retomem o seu anterior vínculo contratual à GLINTT ou a uma das sociedades suas participadas ficam investidos no direito a uma compensação de 6 meses de remuneração fixa – permanente e temporária (se e quando aplicável) – e variável, nos termos definidos pela Comissão de Vencimentos.

B. Remuneração dos membros do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é exclusivamente composta por uma componente fixa, a abonar anualmente. Os montantes pagos ao Presidente e aos Vogais deste órgão variam entre si em virtude das funções desempenhadas.

De igual modo, a remuneração do Revisor Oficial de Contas é exclusivamente composta por uma componente fixa determinada pelo Conselho Fiscal, a abonar anualmente, estando a determinação do seu montante em linha com as práticas e condições normais para serviços similares.

Nestes termos, a declaração supra contém: a identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais (o qual não está limitado a um concreto montante máximo em euros mas antes limitado a uma percentagem máxima do resultado) e a identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; e Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.
Por decisão dos Acionistas, a remuneração dos membros do Conselho de Administração está confiada a uma Comissão de Vencimentos.

O meio de alinhamento dos interesses dos Administradores com os interesses de longo prazo da Sociedade - desincentivando a assunção excessiva de riscos – e, bem assim, de avaliação do desempenho dos Administradores, adotado pela Comissão de Vencimentos da Sociedade, foi o de estruturar a remuneração baseada na avaliação do desempenho, de modo que, para além de estabelecer uma remuneração fixa, a Comissão de Vencimentos fixou igualmente uma remuneração variável para os membros da Comissão Executiva atribuída em função do grau de cumprimento dos objetivos previstos no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade, os quais.

A remuneração dos Administradores não executivos consiste numa quantia fixa.

Nesta esteira, os Administradores Executivos que não vejam o seu mandato renovado (por iniciativa da Sociedade) e não retomem o seu anterior vínculo contratual à Glintt ou a uma das sociedades suas participadas ficam investidos no direito a uma compensação de 6 meses de remuneração fixa e variável, nos termos definidos pela Comissão de Vencimentos.

Em 2016 foi submetida à apreciação da Assembleia Geral Anual de Acionistas uma declaração sobre a política de remunerações, que foi aprovada por unanimidade.

Os membros do órgão de administração não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tivessem por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela sociedade.

Quando a destituição de administrador não decorre de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, é reconduzível a um inadequado desempenho, a sociedade encontra-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.

O auditor externo, no âmbito das suas competências, verifica a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, reportando igualmente quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da Sociedade, o que não sucedeu em 2016.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.
Existe uma componente variável da remuneração, nos termos referidos no número 69.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.
O pagamento da componente variável da remuneração relativa a um exercício é diferido para o ano seguinte.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.
Não existe remuneração em ações.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.
Não existe remuneração em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.
Não existe um sistema de prémios anuais, apenas remuneração fixa e variável.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.
Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, nem qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

EXECUTIVOS	REMUNERAÇÃO FIXA	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	TOTAL
NUNO VASCO RODRIGUES VIEGAS VIEIRA LOPES	203.000 €		203.000 €
HENRIQUE AUGUSTO PEREIRA MOREIRA	168.595 €		168.595 €
LUÍS PAULO REIS COCCO	168.000 €		168.000 €
ALEXANDRE MIGUEL DA CRUZ MACHADO PEREIRA GOMES (a)	48.533 €		48.533 €
	588.128 €	**- €**	**588.128 €**

NÃO EXECUTIVOS	REMUNERAÇÃO FIXA	REMUNERAÇÃO ANO ANTERIOR	
LUIS CARLOS ALVES RODRIGUES MATIAS	14.000 €		
VITOR MANUEL LOPES SEGURADO	14.000 €		
PEDRO MANUEL DE BARROS INÁCIO	14.000 €		
JOSÉ LUIS BONIFÁCIO LOPES	14.000 €		
MIGUEL JORGE BELPHO DA SILVA LANÇA	14.000 €	8.667 €	
ANA CRISTINA CLARKSON GASPAR	6.302 €		
	76.302 €	**8.667 €**	

[a]- Cessões funções em 21 de Abril de 2016

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.
Não foram pagos quaisquer valores desta natureza.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.
Não foram pagos quaisquer valores desta natureza.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.
Não foram pagos quaisquer valores desta natureza.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO	TOTAL
LUÍS MANUEL PEREIRA DA SILVA	3.000 €
JOÃO GASPAR LOPES RIBEIRO	- €
JOAO CARLOS TOVAR JALLES	2.000 €

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.
Setecentos e cinquenta euros

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.
Não existem.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (art. 245.º-A, n.º 1, al. l).
Não existem.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ('STOCK OPTIONS')

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.
Não existem qualquer plano de atribuições de ações ou opções sobre ações.

86. Caraterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).
Não existem qualquer plano de atribuições de ações ou opções sobre ações.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.
Não existem qualquer plano de atribuições de ações ou opções sobre ações.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).
Não existem qualquer plano de atribuições de ações ou opções sobre ações.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (*Para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24*).
Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, são realizados em condições normais de mercado.

Todas as transações comerciais são registadas nos sistemas informáticos desenvolvidos pelo Grupo, e que cobrem todas as fases do negócio, nomeadamente: 1) negociação; 2) adjudicação; 3) execução; 4) faturação e cobrança e 5) aceitação da entrega.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.
Todas as operações havidas durante o ano de 2016 com partes relacionadas foram objeto de análise, justamente seguindo as mesmas metodologias definidas e implementadas para as demais operações comerciais levadas a cabo pelo Grupo.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.
O Conselho Fiscal estabeleceu os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários – ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.

Estes procedimentos e critérios são essencialmente de natureza económica, e aplicam-se, de maneira geral, às compras e vendas que o Grupo pretenda efetuar com qualquer acionista titular de participação qualificada, devendo ser obtida validação prévia do órgão de fiscalização sempre que o contrato a celebrar supere determinados limites económicos.

Assim, consideram-se operações de natureza relevante, e como tal sujeitas a validação prévia do órgão de fiscalização, i) os contratos de natureza continuada cujo volume de transação mensal supere 0,5% do volume de negócios do ano anterior, e ii) os contratos relativos a operações pontuais ou avulsas cujo volume da transação supere 1% do volume de negócios do ano anterior.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.
Durante o ano de 2016, os saldos e transações havidos com partes relacionados, são os que se resumem na tabela em abaixo.

De entre os principais negócios realizados durante o ano de 2016, destacam-se a) manutenção e gestão de infraestrutura tecnológica; b) Implementação de serviços de garantia de continuidade de negócio, nomeadamente aqueles que dizem respeito à salvaguarda dos acessos lógicos (soluções de armazenamento e backup de dados); c) prestação de serviços de callcenter para prestação de apoio na utilização de sistemas informáticos; d) serviços de consultoria relacionados com desenvolvimento de sítios web institucionais e respetivas manutenções; e) serviços de consultoria aplicacional; f) fornecimento de licenças de Software e respetivas manutenções e g) prestação de serviços administrativos de contabilidade, faturação e gestão administrativa de recursos humanos.

				2016
ENT. RELACIONADA	RÉDITOS	GASTOS	SALDOS DEVEDORES	SALDOS CREDORES
Farminveste, SA	958.218	750.895	-	595.940
Alliance Healthcare, SA	544.322	-	142.622	-
Assoc. Nacional Farmácias	567.859	69.723	95.486	13.972
Finanfarma- Soc. Fact., SA	40.276	112.452	-	-
Farmácias	104.818	-	164.780	-
Imofarma	2.090	845.994	2.571	520.563
Farminveste 4- Serviços,S.A.	1.065.957	1.797.121	241.386	802.318
Outras entidades	317.140	85.968	26.303	69.624
	3.600.679	**3.662.152**	**673.148**	**2.002.417**

				2015
ENT. RELACIONADA	RÉDITOS	GASTOS	SALDOS DEVEDORES	SALDOS CREDORES
Farminveste, SA	1.637.298	200.254	368.996	44.369
Alliance Healthcare, SA	204.662	-	28.108	-
Assoc. Nacional Farmácias	198.291	69.768	69.468	-
Finanfarma- Soc. Fact., SA	169.544	68.414	32.967	-
Farmácias	130.529	-	286.667	-
Imofarma	-	633.819	-	-
Jutai	7.816	376.163	10.239	78.679
Outras entidades	428.144	61.364	81.662	53.584
	2.776.283	**1.409.783**	**878.106**	**176.632**

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

A Glintt adota o Código de Governo das Sociedades da CMVM, constante do Regulamento da CMVM n.º 4/2013 e que se encontra disponível ao público no site da CMVM, em
http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao_Regulamentos/Regulamentos/Reg2013/Documents/Regulamento%20CMVM%20nº%204-2013%20Governo%20das%20Sociedades.pdf

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

A Glintt acolhe as recomendações da CMVM nos termos *infra*, apresentando-se a remissão para o(s) Ponto(s) da Parte I do presente Relatório em que essa matéria seja abordada e ainda a respetiva justificação relativamente àquelas que não foram adotadas pela Sociedade em 2016.

RECOMENDAÇÕES DA CMVM

I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE

I.1. As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.
Parcialmente cumprida, dado que em 2016 não existiu a possibilidade logística do exercício do direito de voto por via eletrónica – os recursos são escassos e a Glintt entende que a votação eletrónica não é uma prioridade, atendendo a que os Acionistas já podem participar presencialmente (pessoalmente ou representados) e também por correspondência, pelo que todos os seus direitos estão devidamente salvaguardados.

Pontos 12 e 13.

I.2. As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.
Cumprida.

Pontos 12, 13 e 14.

I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.
Cumprida.

Ponto 12.

I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.
Não aplicável.

Ponto 12.

I.5. Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.
Cumprida.

Ponto 12.

II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃOE FISCALIZAÇÃO

II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO

II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.
Cumprida.

Pontos 27, 28 e 29.

II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.
Cumprida.

Ponto 29.

II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.
Não aplicável.

Ponto 15.

II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:

a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;

b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.
Cumprida.

Pontos 24 e 25.

II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.
Não cumprida.

Até ao momento a Sociedade não teve necessidade de fixar tais objetivos – mas o controlo interno e a gestão de risco são áreas em análise na Glintt, no âmbito da qual está também a ser tida em conta esta recomendação da CMVM.

Pontos 50 a 55.

II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.
Cumprida.

Ponto 18.

II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo *free float*.
A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;

b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;

c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;

d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;

e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.
Cumprida.

Ponto 18.

II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.
Cumprida.

Ponto 29.

II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.
Cumprida.

Ponto 29.

II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.
Não aplicável.

Ponto 18.

II.2. FISCALIZAÇÃO

II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.
Cumprida.

Pontos 32 e 33.

II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.
Cumprida.

Ponto 45.

II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.
Cumprida.

Pontos 44 e 45.

II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.
Cumprida.

Ponto 54.

II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.
Cumprida.

Ponto 54.

II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.
Cumprida.

Pontos 67 e 68.

II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.
Não aplicável, uma vez que não foi contratada qualquer pessoa singular ou coletiva para apoiar a Comissão de Vencimentos da Glintt.

Ponto 67.

II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente:

a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;

b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;

d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.
Cumprida.

Ponto 69.

II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.
Não aplicável.

Pontos 73 e 74.

II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.
Não aplicável, uma vez que na Sociedade não existe qualquer sistema de benefícios de reforma.

Ponto 76.

III. REMUNERAÇÕES

III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.
Cumprida.

Pontos 69 e 70.

III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.
Cumprida.

Ponto 69.

III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.
Cumprida.

Ponto 69.

III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.
Não cumprida.

A Sociedade entende haver vantagem em que a avaliação do desempenho seja efetuada numa base anual, bem como o correspondente pagamento da eventual remuneração variável – isto porque a sociedade funciona numa lógica anual: o orçamento é anual e a gestão presta contas aos Acionistas todos os anos.

Ponto 69.

III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.
Cumprida.

Ponto 70.

III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.
Não aplicável.

Ponto 73.

III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.
Não aplicável.

Ponto 74.

III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.
Cumprida.

Ponto 70.

IV. AUDITORIA

IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.
Cumprida.

Ponto 70.

IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.
Cumprida

Ponto 47.

IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.
Cumprida.

Ponto 44.

V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

V.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.
Cumprida.

Ponto 89.

V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.
Cumprida.

Ponto 91.

VI. INFORMAÇÃO

VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.
Cumprida parcialmente.

A Glintt é uma sociedade de direito português cotada em Lisboa, pelo que a prioridade da empresa é a disponibilização da informação em Português, estando gradualmente a ser disponibilizada cada vez mais informação em língua inglesa.

Ponto 63.

VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.
Cumprida.

Pontos 56, 57 e 58.

4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

4.1.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração da Posição Financeira Consolidada a 31 Dezembro de 2016

(VALORES EM EUROS)

ATIVO		31-DEZ-16	31-DEZ-15 REEXPRESSO	VARIAÇÃO (%)
Não corrente				
Ativos fixos tangíveis	8	1.818.825	2.283.333	-20,34%
Goodwill	9	85.072.888	85.072.888	0,00%
Ativos Intangíveis	10	35.864.742	35.448.886	1,17%
Outros Investimentos Financeiros	11	181.840	112.901	61,06%
Contas a receber de clientes e outros devedores	12	5.988.962	5.860.733	2,19%
Ativos por Impostos Diferidos	13	5.738.929	4.341.188	32,20%
		134.666.187	**133.119.930**	**1,16%**
Corrente				
Inventários	14	985.290	858.934	14,71%
Contas a receber de clientes e outros devedores	12	16.817.908	19.631.937	-14,33%
Caixa e equivalentes de caixa	15	2.269.419	952.002	138,38%
Acréscimos e diferimentos ativos	16	5.710.251	8.452.226	-32,44%
Ativos operações descontinuadas	17	338.908	5.015.161	-93,24%
		26.121.777	**34.910.260**	**-25,17%**
Total do Ativo		**160.787.963**	**168.030.189**	**-4,31%**
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital				
Capital social	18	86.962.868	86.962.868	0,00%
Prémios de emissão	18	10.255.221	10.255.221	0,00%
Outras reservas	19	25.914.331	22.302.239	16,20%
Reservas de conversão cambial	19	(1.362.562)	(1.160.818)	17,38%
Resultados retidos de exercícios anteriores	19	(48.485.330)	1.431.477	-3487,09%
Resultados retidos no exercício	19	383.273	(46.259.957)	-100,83%
Capital Próprio atribuível a acionistas		**73.667.800**	**73.531.029**	**0,19%**
Interesses que não controlam	19	312.187	196.543	58,84%
Total do Capital Próprio		**73.979.986**	**73.727.572**	**0,34%**
PASSIVO				
Não corrente				
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	20	316.226	264.607	19,51%
Empréstimos	21	17.211.625	19.773.552	-12,96%
Acréscimos e diferimentos passivos	22	812.573	1.514.789	-46,36%
Provisões para outros passivos e encargos	23	4.635.865	5.818.282	-20,32%
Passivos por Impostos Diferidos	24	8.021.816	9.036.541	-11,23%
		30.998.105	**36.407.771**	**-14,86%**
Corrente				
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	20	16.944.266	15.624.977	8,44%
Empréstimos	21	25.629.294	24.011.269	6,74%
Acréscimos e diferimentos passivos	22	12.806.668	16.222.793	-21,06%
Passivos operações descontinuadas	17	429.644	2.035.807	-78,90%
		55.809.872	**57.894.846**	**-3,60**
Total do Passivo		**86.807.976**	**94.302.617**	**-7,95%**
Total do Capital Próprio e Passivo		**160.787.963**	**168.030.189**	**-4,31%**

Demonstração dos Resultados Consolidados

(VALORES EM EUROS)

		DEZ-16	DEZ-15 REEXPRESSO	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO (%)
Vendas	25	12.575.074	15.700.442	(3.125.368)	-19,9%
Prestação de serviços	25	53.519.460	53.090.960	428.500	0,8%
Total das Vendas e Prestação de Serviços		**66.094.534**	**68.791.402**	**(2.696.868)**	**-3,9%**
Custo das vendas	26	(8.526.386)	(10.925.232)	2.398.846	-22,0%
Subcontratos	27	(11.777.091)	(12.265.660)	488.569	-4,0%
Margem Bruta		**45.791.057**	**45.600.510**	**190.547**	**0,4%**
Fornecimentos e serviços externos	28	(10.965.340)	(10.086.721)	(878.618)	8,7%
Gastos com pessoal	29	(32.064.132)	(32.201.935)	137.803	-0,4%
Outros ganhos e perdas- líquidas	30	3.967.590	2.329.923	1.637.667	70,3%
Resultado operacional bruto		**6.729.176**	**5.641.777**	**1.087.399**	**19,3%**
Depreciações e amortizações	31	(2.390.086)	(3.509.424)	1.119.338	-31,9%
Provisões	23	1.533.475	(3.836.743)	5.370.218	-
Perdas por imparidade	32	(518.752)	(1.153.873)	635.121	-55,0%
Resultado operacional		**5.353.812**	**(2.858.263)**	**8.212.076**	**-287,3%**
Resultados financeiros	33	(2.874.981)	(3.081.509)	206.528	-6,7%
Ganhos em empresas do grupo		-	-	-	-
Resultados antes de impostos das operações continuadas		**2.478.831**	**(5.939.772)**	**8.418.604**	**-141,7%**
Imposto sobre lucros	34	267.911	(290.843)	558.754	-192,1%
Resultados depois de impostos das operações continuadas		**2.746.742**	**(6.230.615)**	**8.977.357**	**-**
Perdas com operações descontinuadas	35	(2.170.584)	(39.868.410)	37.697.826	-
Resultado antes dos interesses que não controlam		**576.158**	**(46.099.025)**	**46.675.183**	**-**
Resultado atribuível a interesses que não controlam		192.885	160.932	31.954	19,9%
Resultado líquido do exercício		**383.273**	**(46.259.957)**	**46.643.230**	**-**

Resultados por ação (eur)		
Resultados básicos	**0,004**	**-0,532**
Resultados diluídos	**0,004**	**-0,532**

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

(VALORES EM EUROS)

	DEZ-16	DEZ-15
Operações continuadas		
Resultado Líquido do Período (Antes de Interesses que não controlam)	**2.746.742**	**(6.230.615)**
Rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Diferenças de conversão cambial (IAS 21)	(214.114)	(563.266)
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio	**(214.114)**	**(563.266)**
Rendimento Integral do período operações continuadas	**2.532.628**	**(6.793.881)**
Operações descontinuadas		
Resultado Operações descontinuadas	**(2.170.584)**	**(39.868.410)**
Diferenças de conversão cambial (IAS 21)	12.370	3.894
Rendimento Integral do período operações descontinuadas	**(2.158.214)**	**(39.864.516)**
Rendimento Integral total do período	**374.414**	**(46.658.397)**
Atribuível aos acionistas	181.529	(46.819.329)
Atribuível aos Interesses que não controlam	192.885	160.932

Demonstração das Alterações do Capital Próprio

(VALORES EM EUROS)

ATRIBUÍVEL A DETENTORES DO CAPITAL

	CAPITAL SOCIAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO DE ACÇÕES	OUTRAS RESERVAS	RESERVAS CONVERSÃO CAMBIAL	RESULTADOS RETIDOS	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
Saldo em 1 de janeiro de 2015	**86.962.868**	**10.255.221**	**18.668.716**	**(601.446)**	**5.203.439**	**193.644**	**120.682.442**
Aplicação resultado exercício anterior	-	-	3.633.522	-	(3.633.522)	-	-
Out. ganhos /perdas reconh. direct. no capital próprio	-	-	-	(559.372)	(138.441)	-	(697.813)
Pagamento de dividendos para fora do grupo	-	-	-	-	-	(158.032)	(158.032)
Resultado integral do ano	-	-	-	-	(46.259.957)	160.932	(46.099.025)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**86.962.868**	**10.255.221**	**22.302.239**	**(1.160.818)**	**(44.828.481)**	**196.543**	**73.727.572**
Saldo em 1 de janeiro de 2016	**86.962.868**	**10.255.221**	**22.302.239**	**(1.160.818)**	**(44.828.480)**	**196.543**	**73.727.572**
Aplicação resultado exercício anterior	-	-	3.658.937	-	(3.658.937)	-	-
Out. ganhos /perdas reconh. direct. no capital próprio	-	-	(46.845)	(201.744)	2.087		(246.502)
Pagamento de dividendos para fora do grupo	-	-	-	-	-	(77.242)	(77.242)
Resultado integral do ano	-	-	-	-	383.273	192.885	576.158
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**86.962.868**	**10.255.221**	**25.914.331**	**(1.362.562)**	**(48.102.056)**	**312.187**	**73.979.986**

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

(VALORES EM EUROS)

		31-12-2016	31-12-2015 REEXPRESSO
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		79.367.147	79.413.290
Pagamentos a fornecedores		(33.541.446)	(32.391.129)
Pagamentos ao pessoal		(31.744.975)	(32.154.976)
Fluxo gerado pelas operações		**14.080.726**	**14.867.185**
Pagamentos / recebimentos imposto s/ rendimento		(1.527.228)	(1.960.388)
Out. pagamentos / recebimentos ativ. operacionais		(7.485.967)	(7.314.057)
		(9.013.195)	**(9.274.445)**
Fluxo de atividades operacionais		**5.067.531**	**5.592.740**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Alienação de subsidiárias		-	7.010.000
Ativos fixos tangíveis		4.496	26.924
Subsídios de investimento		116.009	585.676
Juros e proveitos similares		35.167	26.202
		155.672	**7.648.802**
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos (Interesses que não controlam)		(77.241)	(158.033)
Investimentos financeiros		(44.313)	(33.960)
Ativos fixos tangíveis		(96.923)	(719.708)
Ativos intangíveis		(411.323)	(40.679)
		(629.800)	**(952.380)**
Fluxo atividades de investimento		**(474.128)**	**6.696.422**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		79.220.556	74.748.484
Empréstimos obtidos(Op. Descontinuadas)		700.842	-
		79.921.398	**74.748.484**
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(80.848.222)	(75.803.437)
Empréstimos obtidos(Op. Descontinuadas)		-	(8.297.785)
Amortização contratos locação financeira		(15.439)	-
Juros e custos similares		(2.481.921)	(2.853.349)
		(83.345.582)	**(86.954.571)**
Fluxo atividades de Financiamento		**(3.424.184)**	**(12.206.087)**
Efeito das diferenças de câmbio		**148.198**	**60.386**
Variações de caixa e seus equivalentes		**1.317.417**	**143.461**
Caixa e seus equivalentes - início do exercício		**952.002**	**808.541**
Caixa e seus equivalentes - fim do exercício	**15**	**2.269.419**	**952.002**
Decomposição do saldo final		**2.269.419**	**952.002**
Caixa		5.733	4.271
Depósitos bancários		2.263.686	947.732

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS ANO DE 2016

(valores em euros)

1.Informação Geral

A Glintt – Global Intelligent Technologies, SA (empresa mãe) e as suas filiais (Grupo ou Glintt) é uma das maiores empresas tecnológicas Portuguesas a operar na Europa, África e América Latina e conta com um coletivo de cerca de 920 profissionais, especializados e capazes de oferecer aos seus Clientes soluções com valor acrescentado para o negócio.

A Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A. é uma sociedade anónima, estabelecida em Portugal, com sede no Beloura Office Park, Edifício 10, na Quinta da Beloura, em Sintra.

A Sociedade encontra-se cotada na Euronext Lisbon desde Junho de 1999.

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de Março de 2017.

Estas demonstrações financeiras consolidadas serão aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Na sequência da oferta pública de aquisição de ações lançada pela Farminveste 3, SGPS, Lda, em 15 de setembro de 2015, esta empresa passou a deter em 31 de dezembro de 2015 cerca de 73% das ações representativas do capital social da Glintt, razão pela qual as Demonstrações Financeiras da Glintt foram em 2015 consolidadas pela primeira vez na Farminveste SGPS, SA que detém 100% da Farminveste 3, SGPS, Lda. Esta participação passou em 2016 para 75,98%.

2. Sumário das políticas contabilísticas mais significativas

2.1.Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Glintt foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as Interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee(IFRIC) ou pela anterior Standing Interpretations Committee (SIC) emitidas e vigentes à data da preparação das demonstrações financeiras.

Os principais critérios contabilísticos aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritos abaixo. Estas políticas contabilísticas foram consistentemente aplicadas aos períodos aqui apresentados, salvo indicação contrária, não existindo erros materiais relativos a exercícios anteriores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até 31 de Dezembro de 2004. Em 2009, as empresas incluídas na consolidação adotaram as IFRS na preparação das suas demonstrações financeiras individuais.

As empresas sediadas em Espanha e Angola preparam as suas demonstrações financeiras de acordo com os normativos em vigor no país. Esses métodos de contabilização e valorização são alterados sempre que necessário, para cumprir com os IFRS.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações e de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela reavaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda, e pelos ativos financeiros e passivos financeiros valorizados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas contabilísticas. A Administração necessita também de exercer julgamento sobre o processo de aplicação dos princípios contabilísticos da empresa. As áreas que envolvem maior grau de complexidade e julgamento ou as áreas sobre as quais os pressupostos e as estimativas são mais significativos são divulgadas na nota 4.

2.2. Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

Em 2016, passaram a ser de aplicação obrigatória novas normas e interpretações ou suas alterações, as quais não tiveram impacto significativo nos montantes reportados e divulgações efetuadas nestas demonstrações financeiras.

2.2.1. Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e já endossadas pela União Europeia, com entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2016:

- **Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014)** – Os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:
  - **IFRS 2 Pagamento com Base em Ações – *Definições de condições de aquisição***- As emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição ("vesting conditions") por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).
  - **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – *Contabilização da retribuição contingente*** – As emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requere que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.
  - **IFRS 8 Segmentos Operacionais** – As emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii) apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.
  - **IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis – *Modelo de revalorização*** – As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
  - **IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas – *Serviços de pessoal-chave da gerência*** – As emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal--chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão.
  - **IAS 38 Ativos intangíveis – *Modelo de valorização*** – As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
- **IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014)**
  - As emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.
- **Agricultura – Plantas destinadas à produção: Emendas à IAS 16 e à IAS 41 (Regulamento n.º 2015/2113, de 23 de novembro de 2015)**
  - As emendas à IAS 16 e à IAS 41 vêm determinar que as plantas exclusivamente utilizadas para o cultivo de produtos ao longo de vários períodos, designadas de plantas destinadas à produção, passam a ser contabilizadas da mesma forma que os ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.
- **Emendas à IFRS 11 Acordos Conjuntos (Regulamento n.º 2015/2173, de 24 de novembro de 2015)**
  - As emendas fornecem novas orientações sobre o tratamento contabilístico das aquisições de interesses em operações conjuntas cujas atividades constituem atividades empresariais, nomeadamente referindo que quando uma entidade adquire um interesse numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial, na aceção da IFRS 3, deve aplicar de forma proporcional à sua parte, todos os princípios de contabilização das concentrações de atividades empresariais definidos na IFRS 3 e noutras IFRS, que não entrem

em conflito com a IFRS 11, e deve apresentar as informações nelas exigidas em relação às concentrações de atividades empresariais. Tal aplica-se à aquisição tanto do interesse inicial como de interesses adicionais numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial.

- **Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização: Emendas à IAS 16 e à IAS 38 (Regulamento n.º 2015/2231, de 2 de dezembro de 2015)**
  - A emenda à IAS 16 vem clarificar que não é adequada a utilização de um método de depreciação de um ativo fixo tangível baseado nos proveitos gerados por uma atividade. Por outro lado, a emenda à IAS 38 vem clarificar que só em circunstâncias muito limitadas é que é possível ultrapassar a presunção de que um método de amortização de um ativo intangível baseado nos proveitos gerados pela atividade é inadequado.
- **Melhoramentos anuais: ciclo 2012-2014 (Regulamento n.º 2015/2343, de 15 de dezembro de 2015)**

  Os melhoramentos incluem emendas a cinco normas internacionais de contabilidade, como segue:
  - **IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e unidade operacionais descontinuadas** – As emendas vêm clarificar que se uma entidade reclassificar um ativo ou grupo para alienação diretamente de detido para venda para detido para distribuição aos proprietários, ou diretamente de detido para distribuição aos proprietários para detido para venda, a alteração na classificação passa a ser considerada uma continuação do plano inicial de alienação.
  - **IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações** – Vem clarificar que as emendas introduzidas através do documento *Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros* (Emendas à IFRS 7), devem ser aplicadas aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. As entidades devem apresentar as divulgações exigidas por essas emendas retroativamente. Vem ainda clarificar que quando uma entidade transfere um ativo financeiro, pode reter o direito ao serviço (de dívida) ao ativo financeiro em troca de comissões incluídas, por exemplo, num contrato por serviço. A entidade avalia o contrato por serviço para decidir se a entidade mantém um envolvimento continuado em resultado desse contrato para efeito dos requisitos de divulgação.
  - **IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro**- As emendas a esta Norma estão diretamente relacionadas com as emendas efetuadas à IFRS 7 anteriormente referidas.
  - **IAS 19 Benefícios dos Empregados** – As emendas vêm clarificar que para as moedas (passa a ser independente do país) para as quais não haja um mercado ativo em obrigações de alta qualidade de empresas, devem ser usados os rendimentos de mercado (no fim do período de relato) em obrigações governamentais expressas nessa moeda.
  - **IAS 34 Relato Financeiro Intercalar** – As emendas vêm clarificar que as divulgações evidenciadas no parágrafo 16-A da IAS 34 devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada às demonstrações financeiras intercalares, em outras demonstrações que estejam disponíveis aos utentes das demonstrações financeiras nas mesmas condições e na mesma altura que as demonstrações financeiras intercalares. Se os utentes das demonstrações financeiras intercalares não têm acesso à informação incluída por referência cruzada nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar está incompleto.
- **Iniciativa de divulgação: Emendas à IAS 1 (Regulamento n.º 2015/2406, de 18 de dezembro de 2015)**
  - As alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras visam melhorar a eficácia da divulgação e incentivar as empresas a aplicarem o seu julgamento profissional na determinação das informações a divulgar nas suas demonstrações financeiras aquando da aplicação da IAS 1.
- **Método da Equivalência Patrimonial no âmbito das Demonstrações Financeiras Separadas: Emendas à IAS 27 (Regulamento n.º 2015/2441, de 19 de dezembro de 2015)**
  - As alterações à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas consistem em permitir que as entidades possam utilizar o método da equivalência patrimonial, tal como descrito na IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, para contabilizar os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas suas demonstrações financeiras separadas.
- **Entidades de Investimento: Aplicar a Exceção à Consolidação - Alterações à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 28 (Regulamento n.º 2016/1073, de 22 de setembro de 2016)**
  - Esta alteração vem clarificar uma série de aspetos da IFRS 10, da IFRS 12 e da IAS 28 relacionados com a exceção à consolidação aplicável às entidades de investimento.

2.2.2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2017

- **IFRS 15: Rédito de Contratos com Clientes (Regulamento n.º 2016/1905, de 22 de setembro de 2016)**
  - Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a

entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos". Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

- **IFRS 9: Instrumentos Financeiros (Regulamento n.º 2016/2067, de 22 de novembro de 2016)**
  - A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A adoção desta norma acarreta, igualmente e em conformidade: (i) alterações das normas (IAS/IFRS) e interpretações (IFRIC/SIC): IAS 1, IAS 2, IAS 8, IAS 10, IAS 12, IAS 20, IAS 21, IAS 23, IAS 28, IAS 32, IAS 33, IAS 36, IAS 37, IAS 39, IFRS 1, IFRS 2, IFRS 3, IFRS 4 Contratos de Seguro, IFRS 5, IFRS 7, IFRS 13, IFRIC 2, IFRIC 5, IFRIC 10, IFRIC 12, IFRIC 16, IFRIC 19, SIC 27; e (ii) revogação da IFRIC 9 Reavaliação de Derivados Embutidos. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

2.3. Consolidação

2.3.1. Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade. As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

É usado o método da compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias pelo Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses que não controlam, podendo ser objeto de revisão num período de 12 meses após aquela data. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados do período (ver nota 2.3.3).

Os custos de transação diretamente atribuíveis às combinações empresariais são imediatamente reconhecidas nos resultados.

Os interesses que não controlam incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

As transações intragrupo, os saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido (ver nota 2.8).

As políticas contabilísticas de subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.3.2. Associadas e participadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com participações entre 20% e 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

As participações financeiras em empresas participadas (empresas em que o grupo não tem influência significativa nem controlo, normalmente quando detém menos de 20%), são registados ao justo valor ou ao custo de aquisição, nos casos em que não têm capital cotado e o justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

A participação do Grupo nos ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é reconhecida na demonstração dos resultados e a quota-parte nos movimentos das reservas, após a aquisição, é reconhecida em reservas, por contrapartida do valor contabilístico do investimento financeiro. Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento na mesma, incluindo contas a receber não cobertas por garantias, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais exceto se tiver incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados até ao limite da participação do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido (ver nota 2.8).

2.3.3. Goodwill

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica de Goodwill (caso respeite a empresas do Grupo) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (caso respeite a empresas associadas), se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

O Goodwill originado em aquisições anteriores à data de transição para IFRS, foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal ("deemed cost") àquela data, e foi objeto de testes de imparidade à data das demonstrações financeiras. O "Goodwill" deixou de ser amortizado a partir daquela data, sendo contudo sujeito, pelo menos anualmente, a um teste de imparidade para verificar se existem perdas de imparidade.

O Goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é relevado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do goodwill referente à mesma.

Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração da posição financeira como dedução ao valor do ativo e na demonstração de resultados na rubrica de Amortizações, depreciações e perdas por imparidade, não sendo posteriormente revertida.

Para efeitos de realização de testes de imparidade o goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa a que respeita. Cada uma dessas unidades geradoras de fluxos de caixa representa o investimento, do Grupo, em cada uma das áreas de negócio em que o mesmo opera (ver nota 2.8), sendo o valor de uso determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados para cada unidade geradora de caixa.

2.4. Relato por segmentos

Um segmento operacional é um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos.

Os segmentos operacionais reportados são consistentes com o reporte interno, produzido e disponibilizado aos Órgãos de Gestão do Grupo, designadamente à Comissão Executiva e Conselho de Administração.

É com base no reporte supra referido que os Órgãos de Gestão avaliam a performance operacional de cada segmento e tomam decisões sobre a imputação de recursos a cada segmento.

Em 2015, na sequência da reorganização estratégica, a administração definiu dois segmentos operacionais, mais em linha com um conceito sectorial ou de mercado, a saber: i) Saúde e Outros Mercados.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são as utilizadas pelo Grupo, sendo que todos os réditos intersegmentais são a preços de mercado e objeto de eliminação na consolidação.

A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se detalhada na nota 5.

2.5. Conversão cambial

2.5.1. Moeda funcional e de relato

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da empresa mãe.

2.5.2. Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações e da conversão, pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando diferido em capital próprio, se se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa.

2.5.3. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato são convertidas para a moeda de relato como segue:

- Os ativos e passivos de cada Balanço são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das Demonstrações Financeiras, sendo as respetivas diferenças de câmbio reconhecidas como componente separada no Capital Próprio, na rubrica reservas de conversão cambial.
- Os rendimentos e os gastos de cada Demonstração de Resultados são convertidos pela taxa de câmbio média do período de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transações, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transações.

O *goodwill* e ajustamentos ao justo valor resultantes da aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como ativos ou passivos da entidade estrangeira e convertidos à taxa de câmbio da data de encerramento.

2.6. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são compostos, essencialmente, por edifícios, equipamento básico e administrativo. Os ativos fixos tangíveis são relevados ao custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas. Considera-se como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do ativo ou são reconhecidos como um ativo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado. Todas as outras despesas de manutenção, conservação e reparação são registadas na demonstração dos resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, durante as suas vidas úteis estimadas como se segue:

	N.º DE ANOS
Edifícios e outras construções	5 a 50
Equipamento básico	3 a 10
Equipamento de transporte	3 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	3 a 10

O valor residual de um ativo e a sua vida útil são revistos e ajustados, caso necessário, na data de cada balanço.

Quando a quantia registada de um ativo é superior ao seu valor recuperável, esta é ajustada imediatamente para o seu valor recuperável (ver nota 2.8).

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do período.

2.7. Ativos intangíveis

2.7.1. Intangíveis desenvolvidos internamente

As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento são reconhecidas como ativos intangíveis, quando: i) for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento, ii) o Grupo tiver a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento, iii) a viabilidade comercial esteja assegurada e iv) o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

As despesas de desenvolvimento anteriormente registadas como custo, não são reconhecidas como um ativo no período subsequente. Os custos de desenvolvimento que têm uma vida útil finita, e foram capitalizados, são amortizados desde o momento da sua comercialização, pelo método da linha reta, pelo período de benefício económico esperado que por norma não excede os cinco anos.

Os principais intangíveis desenvolvidos internamente estão relacionados com o desenvolvimento de produtos de software considerado identificável e único, controláveis pelo Grupo, e que se espera venham a gerar benefícios económicos, por um período de mais de um ano, superiores ao investimento efetuado.

Os gastos capitalizados nesta rubrica são valorizados em função dos gastos com mão-de-obra direta bem como os gastos diretamente associados aos mesmos e, os gastos incorridos com subcontratações de entidades externas.

2.7.2. Ativos Intangíveis – Vida útil e métodos de amortização

Propriedade intelectual e outros direitos- Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição. A rubrica de propriedade intelectual e outros direitos tem uma vida útil definida e é contabilizada ao custo deduzido de amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas usando o método da linha reta por um período de 3 anos.

Intangíveis adquiridos como parte de uma concentração de Atividades Empresariais- Em 2010, e conforme divulgado no relatório e contas daquele exercício, resultante da aquisição da sociedade Consoft, a Glintt reconheceu separadamente no balanço consolidado, o valor dos ativos identificáveis à data da aquisição, os quais configuram ativos intangíveis, a saber:

- **i.** O Software aplicacional para gestão de farmácias "Farmatic" e,
- **ii.** A respetiva Carteira de Clientes.

Estes ativos permitirão gerar benefícios económicos futuros sendo o seu custo mensurado com fiabilidade pelo justo valor, apurado através do desconto dos fluxos de caixa líquidos futuros estimado pela Administração.

Relativamente ao Software "Farmatic", os fluxos de caixa futuros que lhe estão associados são os contratos de utilizador final (contratos novos), e os contratos de atualização do Software, relativos a clientes/instalações surgidas após a data de aquisição daquela sociedade.

Relativamente à Carteira de Clientes, os fluxos de caixa futuros estão associados aos contratos de atualização de Software relativos à Carteira de Clientes/Instalações, existentes no momento da aquisição da sociedade.

Para a definição da vida útil destes ativos foram ponderados os seguintes fatores:

- **i.** Estabilidade do sector em que o ativo opera;
- **ii.** Os ciclos de vida típicos para o ativo e a informação pública sobre estimativas de vida útil de ativos semelhantes que sejam usados de forma semelhante;
- **iii.** O nível do dispêndio com manutenção/atualização exigido para obter os benefícios económicos futuros esperados do ativo e a capacidade e intenção para atingir esse nível; e
- **iv.** O período de controlo sobre o ativo e limites legais sobre o seu uso.

Tendo em conta os fatores acima mencionados, foi definido para o Software aplicacional "Farmatic", uma vida útil finita de 10 anos, sendo o seu valor depreciado ao longo desse período, mediante aplicação do método da linha reta. Anualmente, o período e o método de amortização poderão ser revistos.

ATIVOS INTANGÍNVEIS DE VIDA ÚTIL DEFINIDA	N.º DE ANOS DE AMORTIZAÇÃO
Propriedade intelectual e outros direitos	3
Intangíveis adquiridos concentração atividades (software "Farmatic")	10

Relativamente à Carteira de Clientes, este ativo é objeto de testes de imparidade anualmente ou sempre que exista indicação de que possa estar em imparidade. Para a realização dos testes de imparidade anual, consideramos como base, a proporção das instalações perdidas em cada ano face às instalações totais adquiridas.

2.8. Imparidade de ativos

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos que são sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram relevados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia relevada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre justo valor do ativo, menos os gastos de realização, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados pelo menor grupo identificável de ativos que geram influxos de caixa derivados do uso continuado e que sejam, em larga medida, independentes dos influxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (unidades geradoras de fluxos de caixa).

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se concluir que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com exceção das perdas de imparidade do goodwill – ver Nota 2.3.3). Esta análise é efetuada sempre que existem indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido.

A reversão de perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica de Perdas por Imparidade. Contudo, a reversão de perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (liquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.9. Inventários

Os inventários, incluindo principalmente mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, são registados ao mais baixo valor entre o custo e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para os colocar no seu local e na sua condição atual.

Os custos de financiamento são excluídos. O valor realizável líquido é o preço da venda estimado de acordo com as atividades normais de negócio, menos as despesas de venda imputáveis.

O método de custeio adotado para valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

2.10. Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas para imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade das contas a receber são estabelecidas quando há evidência objetiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor da perda por imparidade é a diferença entre o valor apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efetiva. O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração dos resultados.

2.11. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses e descobertos bancários.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Empréstimos".

2.12. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão.

Quando a empresa ou as suas filiais adquirem ações próprias da empresa mãe, o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuível aos acionistas, e apresentado como ações próprias, até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando tais ações são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos acionistas.

2.13. Empréstimos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.14. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data do balanço, considerando para os períodos intercalares a taxa anual efetiva de imposto estimada.

Os impostos diferidos são calculados com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e, que se espera, sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido ativo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.15. Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) o Grupo tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor seja fiavelmente estimável. As provisões são revistas à data do balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

2.16. Subsídios Governamentais e de outras entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que o Grupo cumprirá as obrigações inerentes e o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante o período em que são reconhecidos os custos que eles visam compensar.

Os subsídios relativos a investimentos em ativos fixos tangíveis são incluídos nos passivos não- correntes, como subsídios do estado diferidos, e são reconhecidos em resultados, numa base sistemática durante o período esperado de vida dos ativos correspondentes.

2.17. Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. O rédito é reconhecido como segue:

2.17.1. Venda

Os ganhos decorrentes das vendas de produtos (hardware, software, mobiliário e demais equipamentos) são reconhecidas quando uma entidade do Grupo forneça produtos ao cliente, o cliente aceite os produtos e a cobrança seja razoavelmente garantida.

2.17.2. Prestação de serviços

Geralmente os proveitos com projetos de consultoria são reconhecidos na data efetiva em que os serviços são prestados.

Os proveitos com projetos de consultoria em regime de contrato fechado, são reconhecidos através do método da percentagem de acabamento, com base nos totais de custos incorridos, estimativas de custos a incorrer e faturação contratada para conclusão dos mesmos, preparadas pelos responsáveis técnicos de cada projeto. Desta forma, para os projetos em curso à data de balanço, as rubricas acréscimos de gastos, gastos diferidos, acréscimos de rendimentos e rendimentos diferidos são ajustadas de forma a demonstrar o resultado de cada projeto no final do período.

2.17.3. Manutenção / Suporte

Os rendimentos relacionados com contratos de manutenção/suporte são reconhecidos no período de contrato de acordo com o método da linha reta.

2.17.4. Juros

A receita de juros é reconhecida numa base de proporcionalidade de tempo que tome em consideração o rendimento efetivo do ativo. Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, o Grupo reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do instrumento. O desconto continua a ser reconhecido como rendimento financeiro.

2.17.5. Dividendos

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa a reconhecer o respetivo montante.

2.18. Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse do bem for retida pelo locador. Os pagamentos efetuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são refletidos na demonstração dos resultados, pelo método da linha reta, durante o período da locação.

No caso dos contratos de locação financeira, os ativos fixos tangíveis imobilizados adquiridos, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado nos ativos fixos tangíveis e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. As amortizações daqueles bens e os juros incluídos no valor das rendas são registadas nos resultados do exercício a que respeitam.

Locações de ativos fixos tangíveis onde o Grupo tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Cada pagamento efetuado é segregado entre o passivo em dívida e o encargo financeiro, de forma a obter-se uma taxa constante sobre a dívida em aberto.

As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros são incluídas em "Empréstimos". A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo ou o prazo da locação.

2.19. Férias, Subsidio de férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

2.20. Encargos Financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento, até à entrada em funcionamento dos mesmos, sendo os restantes reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração de resultados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são amortizados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

2.21. Ativos e Passivos contingentes

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.22. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.23. Reclassificação de Instrumentos Financeiros

Durante o exercício findo em 31Dez16, a Glintt GIT não procedeu a reclassificações de instrumentos, ao abrigo das emendas efetuadas à IAS 39 e IFRS 7, tal como adotadas pelo regulamento (CE) Nº 1004/2008, emitido em 15 de Outubro de 2008.

2.24. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através da sua venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando:

- A venda é altamente provável ;
- O ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições;
- A gestão está comprometida com um plano de venda;
- É expectável que a venda se concretize num prazo de doze meses

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Entidade. A classificação de uma operação como descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda. Em 31 de dezembro de 2015 a Glintt classificou como operações descontinuadas as empresas alienadas no exercício de 2015 (Glintt – Technology Enabled Services, S.A., Glintt – Business Process Outsourcing, S.A. e Netpeople – Tecnologias de Informação S.A.) e as empresas Glintt Polska Sp. z.o.o e Solservice Angola, S.A. Em 31 de dezembro de 2016 a Glintt reexpressou as suas contas de 31 de dezembro de 2015 para refletir também como operações descontinuadas, os ativos relativos ao CPV de Évora, e que diziam respeito à sociedade Glintt Energy, cuja alienação se concretizou no presente exercício.

Ativos não correntes ou operações descontinuadas classificados detidos para venda são mensurados ao menor custo entre o valor contabilístico ou respetivo justo valor deduzido dos custos a incorrer na venda.

3.Gestão do risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro.

3.1.Risco de crédito

As principais fontes de risco de crédito do Grupo são: caixa e equivalentes de caixa e exposição de crédito a clientes.

A nível de bancos e instituições financeiras, o Grupo seleciona as contra partes com quem faz negócio atendendo à credibilidade das entidades.

Em relação a clientes, o Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas que asseguram que as vendas e prestações de serviços são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado que limitam o montante de crédito a que têm acesso os seus clientes.

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos a receber de clientes representavam a seguinte estrutura de antiguidade:

	31-12-2016	31-12-2015
Valores Não Vencidos	8.418.312	8.346.818
de 1 a 180 dias	4.279.105	5.153.037
de 181 a 360 dias	1.351.181	1.334.146
de 361 a 720 dias	416.775	1.257.973
a mais de 721 dias	3.526.874	4.438.227
	17.992.247	**20.530.201**
Imparidades	**(2.911.781)**	**(3.232.037)**
Saldo Líquido de Clientes	**15.080.466**	**17.298.164**

Os valores evidenciados no quadro acima correspondem aos valores em aberto face às respetivas datas de vencimento.

Apesar de se constatar a existência de atrasos na liquidação de alguns valores, face às referidas datas de vencimento, tal facto não se traduz em situações de imparidade, para além das registadas pelo Grupo (2.911.781 euros).

	TOTAL SALDO CLIENTES	SALDO SEM IMPARIDADE	SALDO EM IMPARIDADE	VALOR DA IMPARIDADE	SALDO LÍQUIDO CLIENTES
Valores Não Vencidos	8.418.312	8.418.312	-	-	8.418.312
de 1 a 180 dias	4.279.105	4.241.663	37.442	34.336	4.244.769
de 181 a 360 dias	1.351.181	798.309	552.872	289.223	1.061.958
de 361 a 720 dias	416.775	7.528	409.247	375.375	41.400
a mais de 721 dias	3.526.874	234.983	3.291.891	2.212.847	1.314.027
	17.992.247	**13.700.795**	**4.291.452**	**2.911.781**	**15.080.466**

Para efeitos da determinação da imparidade de cada ativo, a Glintt considerou a seguinte informação:

i. i. Fornecida pela equipa interna de cobranças e controlo de crédito, a qual contacta diretamente os nossos clientes, e identitifica o momento em que se produzirá ou não, um influxo monetário por parte daqueles, para liquidação as quantias vencidas.

ii. ii. Fornecida por parte da equipa de diretores e gestores de cliente, os quais, em virtude do feedback recebido por parte dos clientes relativamente ao negócio / operação que originou o débito dos montantes faturados, consegue transmitir o seu grau de conforto / desconforto, relativamente à evolução de cada contrato/fatura em mora.

Dos valores em aberto, cerca de 4,9 milhões de euros traduzem a faturação emitida a entidades públicas.

3.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção da caixa e depósitos bancários a um nível suficiente, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

A liquidez dos passivos financeiros remunerados, bem como a liquidez inerente aos contratos de locação financeira operacional, originará os seguintes fluxos monetários:

2016	ATÉ 1 ANO	1 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Dividas a instituições financeiras	23.657.037	15.638.230	1.500.000
Credores por locação financeira	15.830	73.395	-
Factoring	3.614.174	-	-
Confirming	4.090.909	-	-
ALD	843.169	1.910.204	-
	32.221.119	**17.621.829**	**1.500.000**
2015			
Dividas a instituições financeiras	22.738.360	19.684.573	-
Credores por locação financeira	15.685	65.658	23.320
Factoring	2.574.995	-	-
Confirming	3.703.507	-	-
ALD	818.069	2.089.918	-
	29.850.616	**21.840.149**	**23.320**

As dividas a instituições financeiras dizem respeito nomeadamente a empréstimos de MLPrazo e utilização de crédito relativas a contas correntes caucionadas, as quais na data de encerramento do exercício revestiam natureza contratual de obrigações financeiras de curto prazo.

Assim, a 31 de dezembro de 2016, os passivos correntes refletidos no balanço eram superiores aos ativos correntes em cerca de 29.688 mil euros.

Não obstante a substancia da maturidade das Contas Correntes Caucionadas ser de longo prazo, contratualmente a Glintt encontrava-se exposta a risco de liquidez o qual se materializava na possibilidade de redução daquelas linhas, cujo montante máximo contratado à data ascendia a 21 Milhões de euros.

Assim, consciente destes resultados, e por forma a mitigar o risco de liquidez, a Glintt iniciou em 2016 processo de reestruturação da dívida o qual veio a ser concluído em Março de 2017, onde se destacam os seguintes alterações:

1. Conversão de contas correntes caucionadas em financiamentos de médio longo prazo

2. Alteração das condições de revisão de parte das contas correntes caucionadas, conferindo-lhes substancia equivalente a contas de medio longo prazo
3. Alteração das maturidades dos financiamentos de médio longo prazo
4. Redução do custo do capital médio do capital

Assim, após conclusão do processo de reestruturação a maturidade das dividas a instituições financeiras, é a constante do quadro abaixo.

2016 - ANTES DA REESTRUTURAÇÃO	ATÉ 1 ANO	1 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Contratos de Mútuo de M/L Prazo	5.950.667	12.138.230	-00
Contas C/Caucionadas	17.701.000	-00	-00
Empréstimo Obrigacionista	-00	3.500.000	1.500.000
	23.651.667	**15.638.230**	**1.500.000**
2016 - DEPOIS DA REESTRUTURAÇÃO			
Contratos de Mútuo de M/L Prazo	1.472.630	10.294.453	13.421.814
Contas C/Caucionadas	1.601.000	2.000.000	7.000.000
Empréstimo Obrigacionista	-00	3.500.000	1.500.000
	3.073.630	**15.794.453**	**21.921.814**
Impacto Alteração Maturidades	**-20.578.037**	**156.223**	**20.421.814**

3.3. Risco de fluxos de caixa e de justo valor associados à taxa de juro

A exposição do Grupo ao risco da taxa de juro, advém essencialmente dos financiamentos obtidos e demais produtos de tesouraria, como sejam as linhas de apoio a fornecedores e factoring, os quais tendo associado uma taxa de juro de referência, expõem o grupo a riscos de cash-flow.

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo entregue a empresas de factoring ascendia a 3.137 mil euros, cujo adiantamento refletido em empréstimos ascendia a 1.956 mil euros.

A exposição ao risco é analisada de forma dinâmica, realizando-se testes de sensibilidade a variações da taxa de juro, fundamentalmente à euribor, sendo que alterações na taxa de juro do mercado afetam ganhos ou perdas de instrumentos financeiros.

Baseadas nas simulações efetuadas a 31 de Dezembro de 2016, uma subida ou descida de 50 pontos base nas taxas de juro teria um impacto negativo ou positivo nos resultados antes de impostos, mantendo tudo o resto constante, de cerca de 179 mil euros.

4. Estimativas contabilísticas e pressupostos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, os resultados finais podem, em última instância, diferir destas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

4.1. Estimativa da imparidade do goodwill

O Grupo testa anualmente se o goodwill se encontra em imparidade, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa foram calculados de acordo com o seu valor em uso. Estes cálculos requerem o uso de estimativas.

4.2. Impostos Diferidos

O Grupo contabiliza impostos diferidos ativos com base nos prejuízos fiscais existentes à data de balanço e no cálculo de recuperação dos mesmos. Estes cálculos requerem o uso de estimativas.

4.3. Rédito

O reconhecimento do rédito pelo Grupo é feito com recurso a análises e estimativas da gestão no que concerne ao desenvolvimento atual e futuro dos projetos de consultoria, os quais podem vir a ter um desenvolvimento futuro diferente do orçamentado à presente data.

4.4. Contratos de Construção

Sempre que o desfecho dos contratos de construção possa ser fiavelmente estimado, o rédito do contrato e os gastos do contrato associados, são reconhecidos com referência à fase de acabamento da atividade do contrato, à data do balanço. Quando for provável que os custos totais do contrato excedam o rédito total do mesmo, a perda esperada é reconhecida como um gasto.

Em 31 de Dezembro de 2016, os contratos de construção em curso, advêm essencialmente dos projetos afetos à área de infra estruturas e suporte, sendo que:

- Os gastos reconhecidos ascendiam a 2.322.591 euros; 2.543.264 euros em 2015
- Os ganhos reconhecidos ascendiam a 3.727.700 euros; 3.455.380 euros em 2015, e
- Não foram recebidos quaisquer adiantamentos ou efetuadas quaisquer retenções.

5. Informação por segmentos

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais, vem estabelecer os princípios para divulgação de informação sobre os segmentos operacionais de uma entidade, assim como dos seus produtos e serviços, dos seus mercados geográficos e dos seus principais clientes, de aplicação obrigatória após 1 de Janeiro de 2009, substituindo a IAS 14 – Relato por Segmentos, sendo que as alterações introduzidas apesar de conduzirem a divulgação adicional de informação sobre cada segmento de negócio, não alteraram significativamente a forma como têm vindo a ser apresentados os segmentos operacionais do Grupo.

Este normativo internacional impõe a identificação e reporte operacional, atendendo aos segmentos cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho.

O grupo está organizado em três mercados, Farma, HealthCare e Corporate, os quais para efeito de reporting se organizam em dois segmentos operacionais, definidos numa lógica de destinatários da solução ou cliente final:

- Saúde
- Outros Mercados

De acordo com a alínea b) do parágrafo 22 da IFRS 8, uma entidade deve divulgar os tipos de produtos e serviços a partir dos quais cada segmento relatável obtém os seus réditos.

Desta forma, e de maneira não exaustiva, referimos que os produtos e serviços alocados a cada segmento relatável são os seguintes:

Saúde

i. Dispõe de uma oferta global de soluções para farmácia, a qual engloba nomeadamente:
   - Venda de equipamentos, mobiliário, consumíveis e soluções de robótica;
   - Desenvolvimento de projetos de arquitectura, desenho e conceção de lay-out e imagem para farmácias, formação, manutenção de equipamentos e realização de projetos de consultoria, serviços estes, pensados para criar espaços de saúde onde a arquitectura comercial e a rentabilidade coexistam com as novas tecnologias.

ii. Dispõe igualmente uma oferta global e integrada de serviços de consultoria e fornecedimento de software de gestão para o sector da saúde, a qual engloba nomeadamente:
   - Licenciamento de soluções de software próprias para os diversos prestadores de cuidados de saúde, quer sejam clinicas, hospitais, farmácias e outros organismos do ministério da saúde;
   - Prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento, implementação, e manutenção de software para o sector da saúde.

Outros Mercados

i. i. Dispõe de uma oferta diversificada de serviços de consultoria tecnológica, implementação de ERPs, integração de sistemas, desenvolvimento de aplicações à medida, assentes num vasto portfólio de soluções próprias.

ii. Implementação, desenvolvimento e integração de plataformas de parceiros com especial relevo para o BPM, ERP, BI e soluções de Mobilidade.

iii. Integração de Infra-estruturas de IT, bem como o seu suporte, nomeadamente nas áreas de networking, segurança, sistemas de storage e database management.

A informação solicitada no parágrafo 129 da IAS 36 encontra-se reportada na linha “Outros items materiais que não dão origem a fluxos de caixa”, sendo que os valores que constam nessa rubrica correspondem ao montante das imparidades registadas (nota 32).

Relativamente ao parágrafo 34 da IFRS 8, entendemos não ser o mesmo aplicável à emitente, uma vez que não existe dependência desta relativamente aos seus principais clientes, pois não existem réditos provenientes das transações com um único cliente externo que representem 10% ou mais dos réditos totais.

(VALORES EM EUROS)

	SAÚDE		OUTROS MERCADOS		TOTAL	
	12-2016	12-2015	12-2016	12-2015	12-2016	12-2015
RÉDITOS OPERACIONAIS						
Externos	47.999.139	45.335.078	18.095.395	23.456.324	66.094.534	68.791.402
Intra-Segmentos	206.734	2.225.176	0	0	206.734	2.225.176
	48.205.873	**47.560.253**	**18.095.395**	**23.456.324**	**66.301.268**	**71.016.578**
GASTOS OPERACIONAIS						
Externos	43.255.296	50.282.193	17.485.425	21.367.472	60.740.721	71.649.665
Intra-Segmentos	0	0	206.734	2.225.176	206.734	2.225.176
	43.255.296	**50.282.193**	**17.692.159**	**23.592.648**	**60.947.455**	**73.874.841**
Resultado Operacional Segmento	**4.950.577**	**(2.721.939)**	**403.235**	**(136.324)**	**5.353.812**	**(2.858.263)**
Ganhos Financeiros	77.887	130.924	6.344	6.557	84.231	137.481
Perdas Financeiras	2.736.333	3.065.462	222.880	153.529	2.959.213	3.218.991
Ganhos em empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-
Resultados antes de impostos das oper. continuadas	**2.292.132**	**(5.656.476)**	**186.699**	**(283.296)**	**2.478.831**	**(5.939.772)**
Imposto sobre lucros	247.733	(276.971)	20.178	(13.872)	267.911	(290.843)
Resultados depois de impostos das oper. continuadas	**2.539.865**	**(5.933.448)**	**206.877**	**(297.167)**	**2.746.742**	**(6.230.615)**
Perdas com operações descontinuadas					(2.170.584)	(39.868.410)
Resultado antes dos interesses que não controlam	**2.539.865**	**(5.933.448)**	**206.877**	**(297.167)**	**576.158**	**(46.099.025)**
Resultado atribuível a interesses que não controlam	192.885	160.932	-	-	192.885	160.932
Resultado líquido do exercício	**2.346.980**	**(6.094.379)**	**206.877**	**(297.167)**	**383.273**	**(46.259.957)**
Outras Informações (demonstração de resultados)						
Depreciações e Amortizações					(2.390.086)	(3.509.424)
Out. Itens materiais que não dão origem a fluxos de caixa					1.014.723	(4.990.616)
Outras Informações (posição financeira)						
Ativos do Segmento	115.551.253	120.095.426	44.877.802	42.919.602	160.429.055	163.015.028
Ativos Operações Descontinuadas					338.908	5.015.161
Total do Ativo Consolidado					**160.767.963**	**168.030.189**
Investimentos em ativos tangiveis	75.482	587.734	21.442	131.974	96.924	719.708
Investimentos em ativos intangiveis	1.738.149	1.262.261	839.979	723.058	2.578.128	1.985.319
Passivos do Segmento	75.585.839	82.325.390	10.792.493	9.941.420	86.378.332	92.266.810
Passivos Operações Descontinuadas					429.644	2.035.807
					86.807.976	**94.302.617**

Os resultados, ativos e passivos de cada segmento correspondem aos que lhes são diretamente atribuídos, bem como aos que lhes são atribuídos numa base razoável de imputação.

Relativamente às áreas geográficas, foram identificados os seguintes segmentos:

(VALORES EM EUROS)

2016	PORTUGAL	ESPANHA	ANGOLA	BRASIL	RESTO EUROPA	OUTROS	TOTAL
Réditos	47.346.092	13.823.821	1.463.195	778.941	2.490.743	191.741	**66.094.534**
Ativos não correntes							
Ativos fixos tangiveis	906.133	239.990	672.702	0	0	0	**1.818.825**
Goodwill	85.072.888	0	0	0	0	0	**85.072.888**
Ativos fixos intangiveis	35.552.997	309.102	2.643	0	0	0	**35.864.742**
Ativos por impostos diferidos	4.997.454	147.452	594.023	0	0	0	**5.738.929**

No segmento Outros incluíram-se os seguintes mercados: América do Sul e Central e África.

(VALORES EM EUROS)

2015	PORTUGAL	ESPANHA	ANGOLA	BRASIL	RESTO EUROPA	OUTROS	TOTAL
Réditos	51.272.276	12.530.203	1.272.687	499.893	2.945.968	270.376	**68.791.402**
Ativos não correntes							
Ativos fixos tangiveis	1.134.754	255.895	892.684	0	0	0	**2.283.333**
Goodwill	85.072.888	0	0	0	0	0	**85.072.888**
Ativos fixos intangiveis	35.406.875	34.700	7.311	0	0	0	**35.448.886**
Ativos por impostos diferidos	3.595.935	101.188	560.328	83.737	0	0	**4.341.188**

6.Empresas incluídas e excluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral à data de 31 de Dezembro de 2016, eram as seguintes:

EMPRESA HOLDING, EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS		SEDE SOCIAL	CAPITAL SOCIAL	%
Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A.	Sintra	86.962.868		-
Glintt- Business Solutions, Lda	Sintra	10.000.000		100
Glintt- Healthcare Solutions, SA	Porto	1.992.000		100
Sol-S e Solsuni- Tecnologias de Informação, SA	Lisboa	5.000.000		100
RHM, Management de Recursos Humanos, Lda	Sintra	100.000		100
Pulso Informatica, SLU	Madrid	10.818		100
Solservice Angola, Lda*	Luanda	5.000 USD		100
Glintt Angola, Lda	Luanda	5.001 USD		100
Consoft, SA	Madrid	217.562		100
Farmasoft, SL	Madrid	48.081		55
Glintt Energy, SA*	Évora	50.000		100
Glintt España, SL	Madrid	50.000		100
Glintt INOV, SA	Porto	50.000		100
Glintt Polska Sp. z.o.o*	Varsóvia	100.000 PLN		100
Glintt Brasil LTDA	São Paulo	1.200.000 BRL		99,99
Glintt MSV- Conceção, Integração e Gestão de Infraestruturas Tecnol., S.A.	Sintra	750.000		100
Glintt UK, Limited	Londres	25.000 GBP		100
Glintt Ireland Solutions, Limited	Dublin	30.000 EUR		100

* Empresas incluídas em operações descontinuadas

Em setembro de 2016 foram constituídas as empresas "Glintt UK, Limited" e "Glintt Ireland Solutions, Limited", sedeadas respetivamente em Londres e Dublin, sendo ambas as sociedades detidas a 100% pela Glintt – Global Intelligent Technologies, SA.

2015

EMPRESA HOLDING, EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS		SEDE SOCIAL	CAPITAL SOCIAL	%
Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A.	Sintra	86.962.868		-
Glintt- Business Solutions, Lda	Sintra	10.000.000		100
Glintt- Healthcare Solutions, SA	Porto	1.992.000		100
Sol-S e Solsuni- Tecnologias de Informação, SA	Lisboa	5.000.000		100
RHM, Management de Recursos Humanos, Lda	Sintra	100.000		100
Pulso Informatica, SLU	Madrid	10.818		100
Solservice Angola, Lda*	Luanda	5.000 USD		100
Glintt Angola, Lda	Luanda	5.001 USD		100
Consoft, SA	Madrid	217.562		100
Farmasoft, SL	Madrid	48.081		55
Glintt Energy, SA*	Évora	50.000		100
Glintt España, SL	Madrid	50.000		100
Glintt INOV, SA	Porto	50.000		100
Glintt Polska Sp. z.o.o*	Varsóvia	100.000 PLN		100
Glintt Brasil LTDA	São Paulo	1.200.000 BRL		99,99
Glintt MSV- Conceção, Integração e Gestão de Infraestruturas Tecnol., S.A.	Sintra	750.000		100

* Empresas incluídas em operações descontinuadas

7. Reexpressões e Reclassificações

Foram reexpressas e reclassificadas quantias comparativas, sendo que os efeitos nas Demonstrações da Posição Financeira e na Demonstração dos Resultados são apresentadas nos quadros abaixo:

Impactos das reexpressões e reclassificações a 31 de dezembro de 2015
Demonstração da Posição Financeira Consolidada

(VALORES EM EUROS)

ATIVO	31-DEZ-15 REEXPRESSO	REEXPRESSÃO	31-DEZ-15 PUBLICADO
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	2.283.333	(4.522.631)	6.805.965
Goodwill	85.072.888	-	85.072.888
Ativos fixos Intangíveis	35.448.886	-	35.448.886
Outros Investimentos Financeiros	112.901	(229)	113.130
Contas a receber de clientes e outros devedores	5.860.733	-	5.860.733
Ativos por Impostos Diferidos	4.341.188	-	4.341.188
	133.119.930	**(4.522.860)**	**137.642.791**
Corrente			
Inventários	858.934	-	858.934
Contas a receber de clientes e outros devedores	19.631.937	(455)	19.632.392
Caixa e equivalentes de caixa	952.002	(210.169)	1.162.172
Acréscimos e diferimentos ativos	8.452.226	(26.308)	8.478.533
Ativos operações descontinuadas	5.015.161	4.759.793	255.368
	34.910.260	**4.522.860**	**30.387.399**
Total do Ativo	**168.030.189**	**-**	**168.030.189**
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital			
Capital social	86.962.868	-	86.962.868
Prémios de emissão	10.255.221	-	10.255.221
Outras reservas	22.302.239	-	22.302.239
Reservas de conversão cambial	(1.160.818)	-	(1.160.818)
Resultados retidos de exercícios anteriores	1.431.477	(106.983)	1.538.459
Resultados retidos no exercício	(46.259.957)	-	(46.259.957)
Capital Próprio atribuível a acionistas	**73.531.029**	**(106.983)**	**73.638.012**
Interesses que não controlam	196.543	-	196.543
Total do Capital Próprio	**73.727.572**	**(106.983)**	**73.834.555**
PASSIVO			
Não corrente			
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	264.607	-	264.607
Empréstimos	19.773.552	(1.516.666)	21.290.218
Acréscimos e diferimentos passivos	1.514.789	-	1.514.789
Provisões para outros passivos e encargos	5.818.282	326.408	5.491.874
Passivos por Impostos Diferidos	9.036.541	-	9.036.541
	36.407.771	**(1.190.258)**	**37.598.030**
Corrente			
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	15.624.977	55.419	15.569.558
Empréstimos	24.011.269	(284.375)	24.295.644
Acréscimos e diferimentos passivos	16.222.793	(73.151)	16.295.944
Passivos operações descontinuadas	2.035.807	1.599.348	436.459
	57.894.846	**1.297.240**	**56.597.604**
Total do Passivo	**94.302.617**	**106.983**	**94.195.634**
Total do Capital Próprio e Passivo	**168.030.189**	**-**	**168.030.189**

Impactos das reexpressões e reclassificações a 1 de Janeiro de 2015
Demonstração da Posição Financeira Consolidada

(VALORES EM EUROS)

ATIVO	31-JAN-15 REEXPRESSO (31-12-2016)	REEXPRESSÃO	31-JAN-15 REEXPRESSO (31-12-2015)	REEXPRESSÃO	01-JAN-15 PUBLICADO
Não corrente					
Ativos fixos tangíveis	2.065.197	(4.768.204)	6.833.401	(776.223)	7.609.624
Goodwill	85.072.888	0	85.072.888	(34.506.039)	119.578.927
Ativos fixos Intangíveis	36.539.301	0	36.539.301	(3.136.674)	39.675.975
Outros Investimentos Financeiros	79.124	(46)	79.170	(30.628)	109.798
Contas a receber de clientes e outros devedores	5.830.361	(0)	5.830.361	0	5.830.361
Ativos por Impostos Diferidos	3.760.992	-	3.760.992	(1.041.012)	4.802.004
	133.347.863	**(4.768.250)**	**138.116.113**	**(39.490.576)**	**177.606.690**
Corrente					
Inventários	939.800	-	939.800	(2.097.957)	3.037.757
Contas a receber de clientes e outros devedores	21.627.037	(136)	21.627.173	(7.241.200)	28.868.373
Caixa e equivalentes de caixa	808.541	(228.345)	1.036.886	(314.639)	1.351.525
Acréscimos e diferimentos ativos	5.305.511	(38.995)	5.344.506	(1.781.504)	7.126.010
Ativos operações descontinuadas	55.961.601	5.035.725	50.925.876	50.925.876	-
	84.642.491	**4.768.250**	**79.874.241**	**39.490.576**	**40.383.664**
Total do Ativo	**217.990.354**	**(0)**	**217.990.354**	**0**	**217.990.354**
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital					
Capital social	86.962.868	-	86.962.868	-	86.962.868
Prémios de emissão	10.255.221	-	10.255.221	-	10.255.221
Outras reservas	18.668.716	-	18.668.716	-	18.668.716
Reservas de conversão cambial	-601.446	-	(601.446)	-	(601.446)
Resultados retidos de exercícios anteriores	3.865.206	-	3.865.206	-	3.865.206
Resultados retidos no exercício	1.338.233	-	1.338.233	-	1.338.233
Capital Próprio atribuível a acionistas	**120.488.798**	**-**	**120.488.798**	**-**	**120.488.798**
Interesses que não controlam	193.644	-	193.644	-	193.644
Total do Capital Próprio	**120.682.442**	**-**	**120.682.442**	**-**	**120.682.442**
PASSIVO					
Não corrente					
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	157.683	-	157.683	(61.858)	219.541
Empréstimos	19.572.652	(1.801.042)	21.373.693	(1.975.595)	23.349.288
Acréscimos e diferimentos passivos	929.113	-	929.113	(221.386)	1.150.499
Provisões para outros passivos e encargos	0	(0)	0	(323.300)	323.300
Passivos por Impostos Diferidos	9.276.145	-	9.276.145	-	9.276.145
	29.935.592	**(1.801.042)**	**31.736.634**	**(2.582.139)**	**34.318.774**
Corrente					
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	12.512.384	(75.827)	12.588.211	(4.024.110)	16.612.322
Empréstimos	24.858.131	(284.375)	25.142.506	(5.861.534)	31.004.040
Acréscimos e diferimentos passivos	11.316.743	(52.982)	11.369.726	(4.003.050)	15.372.776
Passivos operações descontinuadas	18.685.061	2.214.226	16.470.835	16.470.835	-
	67.372.319	**1.801.042**	**65.571.278**	**2.582.139**	**62.989.138**
Total do Passivo	**97.307.912**	**(0)**	**97.307.912**	**(0)**	**97.307.912**
Total do Capital Próprio e Passivo	**217.990.354**	**(0)**	**217.990.354**	**(0)**	**217.990.354**

Impactos das reexpressões e reclassificações a 31 de dezembro de 2015
Demonstração dos Resultados Consolidados

(VALORES EM EUROS)

	31-DEZ-15 REEXPRESSO	REEXPRESSÃO	31-DEZ-15 PUBLICADO
Vendas	15.700.442	-	15.700.442
Prestação de serviços	53.090.960	(691.172)	53.782.132
Total das Vendas e Prestação de Serviços	**68.791.402**	**(691.172)**	**69.482.574**
Custo das vendas	(10.925.232)	-	(10.925.232)
Subcontratos	(12.265.660)	19.298	(12.284.958)
Margem Bruta	**45.600.510**	**(671.874)**	**46.272.384**
Fornecimentos e serviços externos	(10.086.721)	64.776	(10.151.497)
Gastos com pessoal	(32.201.935)	235.699	(32.437.634)
Outros ganhos e perdas- líquidas	2.329.923	3.055	2.326.868
Resultado operacional bruto	**5.641.777**	**(368.344)**	**6.010.121**
Depreciações e amortizações	(3.509.424)	245.573	(3.754.997)
Provisões	(3.836.743)	-	(3.836.743)
Perdas por imparidade	(1.153.873)	-	(1.153.873)
Resultado operacional	**(2.858.263)**	**(122.771)**	**(2.735.492)**
Resultados financeiros	(3.081.509)	130.901	(3.212.411)
Ganhos em empresas do grupo	-	-	-
Resultados antes de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas	**(5.939.772)**	**8.131**	**(5.947.903)**
Imposto sobre lucros	(290.843)	724.849	(1.015.692)
Resultados depois de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas	**(6.230.615)**	**732.980**	**(6.963.595)**
Perdas com operações descontinuadas	(39.868.410)	(732.980)	(39.135.430)
Resultado antes dos interesses que não controlam	**(46.099.025)**	**-**	**(46.099.025)**
Resultado atribuível a interesses que não controlam	160.932	-	160.932
Resultado líquido do exercício	**(46.259.957)**	**-**	**(46.259.957)**

Por forma a obter as contas de 2015 (1 de janeiro e 31 de dezembro) reexpressadas, foram expurgados do perímetro de consolidação as operações, fluxos de caixa, ativos e passivos da empresa cujos ativos foram descontinuados- Glintt Energy, SA, bem como as sociedades Glintt Polska Sp. z.o.o, Solservice Angola, S.A., conforme já havia sido reportado no fecho do exercício de 2015, e tal como se detalha na Nota 17.

8. Ativos fixos tangíveis

	31-12-2016			31-12-2015		
	CUSTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Edifícios e out. construções	1.941.890	1.090.710	851.180	2.152.229	1.078.052	1.074.177
Equipamento básico	3.836.496	3.405.443	431.053	3.893.533	3.299.967	593.566
Equipamento de transporte	374.825	374.825	0	406.467	388.409	18.058
Equip. administrativo	2.588.737	2.195.346	393.390	2.447.468	2.003.893	443.575
Outras imob. corpóreas	380.090	236.888	143.202	385.759	231.802	153.956
	9.122.038	**7.303.213**	**1.818.825**	**9.285.456**	**7.002.123**	**2.283.333**

	SALDO EM 01-01-2016	AQUISIÇÕES /DOTAÇÕES	ABATES/ ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ACERTOS CAMBIAIS	SALDO EM 31-12-2016
Custo						
Edifícios e outras construções	2.152.229				(210.339)	1.941.890
Equipamento básico	3.893.533	21.260		(77.658)	(639)	3.836.496
Equipamento de transporte	406.467			0	(31.642)	374.825
Equipamento administrativo	2.447.468	75.221	(2.943)	76.117	(7.127)	2.588.737
Outras imobilizações corpóreas	385.759	443	(2.272)	1.541	(5.380)	380.090
	9.285.456	**96.924**	**(5.215)**	**0**	**(255.127)**	**9.122.038**
Amortizações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.078.052	90.689			(78.031)	1.090.710
Equipamento básico	3.299.967	122.673		(17.178)	(18)	3.405.443
Equipamento de transporte	388.409	15.296			(28.880)	374.825
Equipamento administrativo	2.003.893	184.129	(2.695)	17.178	(7.158)	2.195.346
Outras imobilizações corpóreas	231.802	5.086			0	236.888
	7.002.123	**417.872**	**(2.695)**	**0**	**(114.087)**	**7.303.213**

	SALDO EM 01-01-2015	AQUISIÇÕES /DOTAÇÕES	ABATES/ ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ACERTOS CAMBIAIS	SALDO EM 31-12-2015
Custo						
Edifícios e outras construções	2.282.303			118.902	(248.976)	2.152.229
Equipamento básico	2.798.763	500.794	(8.440)	602.775	(359)	3.893.533
Equipamento de transporte	508.485		(57.469)		(44.549)	406.467
Equipamento administrativo	1.955.740	210.062	(17.565)	308.154	(8.923)	2.447.468
Outras imobilizações corpóreas	402.466	8.851	0	(18.679)	(6.879)	385.759
	7.947.757	**719.708**	**(83.474)**	**1.011.152**	**(309.686)**	**9.285.456**
Amortizações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.050.660	117.352			(89.960)	1.078.052
Equipamento básico	2.626.153	134.172	(7.979)	547.644	(22)	3.299.967
Equipamento de transporte	433.855	51.272	(57.469)		(39.248)	388.409
Equipamento administrativo	1.512.117	154.201	(13.707)	359.571	(8.289)	2.003.893
Outras imobilizações corpóreas	259.775	6.362		(34.334)	0	231.802
	5.882.560	**463.357**	**(79.155)**	**872.881**	**(137.519)**	**7.002.123**

Os contratos de locação financeira estão relevados da seguinte forma:

	31-12-2016			31-12-2015		
BEM	VALOR AQUISIÇÃO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR AQUISIÇÃO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
Edificios	86.124	2.262	83.862	86.124	323	85.801
	86.124	**2.262**	**83.862**	**86.124**	**323**	**85.801**

9. Goodwill

	31-12-2016			31-12-2015		
	CUSTO	IMPARIDADES	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	IMPARIDADES	VALOR LÍQUIDO
Goodwill	86.822.888	1.750.000	85.072.888	86.822.888	1.750.000	85.072.888

O valor de Goodwill existente à data de 31 de Dezembro de 2016 ascende a 85.073 mil euros líquidos dizendo respeito às seguintes operações:

EMPRESAS	VALOR
Eurociber (2000)	18.098.387
WEN (2005)	9.368.062
Sols e Solsuni (2007)	3.952.926
Bytecode (2007)	6.310.267
Glintt HS (2008)	9.813.901
Pulso Informática (2008)	3.260.281
EHC (2008)	1.472.458
Consiste- SGPS (2008)	32.796.605
	85.072.888

Teste de imparidade do Goodwill

Na sequência do processo de reorientação estratégica que se materializou em 2015 na venda de 3 sociedades cujo objeto social foi considerado não core para o grupo e na descontinuação de segmentos não core como sejam o negócio dos data centers em Angola, a Glintt registou naquele exercício uma diminuição do valor do goodwill que ascendeu a 34 milhões de euros.

Em 2016, e dando continuidade à estratégia de reorganização operacional, a Glintt procedeu à alienação de um conjunto de ativos afetos à produção de energia solar fotovoltaica de concentração, atividade igualmente não core para o grupo, no entanto estes ativos não tinham qualquer valor de goodwill associado.

Assim, dando continuidade em 2016 à estratégia de investimento operacional nas áreas da Saúde e em segmentos de mercado com maior potencial para obtenção de valor acrescentado, a Glintt analisou à semelhança do que fez em 2015, os dois segmentos operacionais – Saude e Outros Mercados, para efeitos de aferição do justo valor do goodwill.

Cada um destes segmentos constitui uma unidade geradora de caixa, sendo o apuramento do valor presente dos fluxos de caixa futuros, aquele que se resume na seguinte tabela.

CENÁRIOS	C1	C2	C3
WACC 2016)	7,97%	8,62%	8,73%
GW Saúde	45.870.714	45.870.714	45.870.714
Valor de Uso Saúde 2016	53.501.799	48.479.660	47.721.301
Imparidade (<0)	0	0	0
GW Outros Mercados	39.202.174	39.202.174	39.202.174
Valor de Uso Outros Mercados 2016	45.652.992	40.618.462	39.877.767
Imparidade (<0)	0	0	0
Imparidade a reconhecer FY'16	0	0	0

Sendo o valor recuperável de uma unidade geradora de caixa baseado no cálculo do valor em uso, concluímos que confrontando o valor contabilístico com o valor em uso de cada unidade, é verosímil a recuperação daqueles montantes.

O apuramento do valor presente dos fluxos de caixa de cada unidade segue a seguinte metodologia:

- Aferição dos resultados previsionais de cada área, antes de impostos, e das respetivas necessidades de fundo de maneio; preparados a partir de projeções financeiras elaboradas e apresentadas pela Administração ao longo de um período de cinco anos.
- Aferição do valor presente dos fluxos de caixa futuros, determinado com base em crescimentos em perpetuidade diferenciados igualmente para cada unidade geradora de caixa, a saber:
  - Saúde 1%
  - Outros Mercados 2,5%
- Aferição do valor de uso de cada unidade, considerando 3 cenários distintos para cálculo do WACC

Os resultados previsionais de cada área são projetados em linha com as orientações estratégicas do Grupo, quer em termos de crescimento do volume de negócio, quer em termos da consolidação e preservação de adequados níveis de rentabilidade operacional (EBITDA).

Neste contexto, cada mercado ou segmento operacional, tem presente um plano de desenvolvimento próprio em linha com o seu estágio de maturidade e crescimento, como aliás se compreende pelas taxas de perpectuidade escolhidas para apuramento dos cash-flows descontados futuros.

Assim, os responsáveis pelo sector da saúde traduzem no seu plano de negócios um conjunto de medidas e iniciativas que refletem a sua ambição de manter a atual posição de liderança no mercado em que atuam e que passam pelo investimento contínuo em inovação tecnológica, pela procura de soluções diferenciadoras e com maior foco no utilizador final, dedicando igualmente esforço na gestão das equipas que diariamente promovem e pensam a melhoria contínua dos níveis de serviço que são prestados.

O segmento "Outros Mercados" pelo conjunto de valências e competências tecnológicas que agrega tem permitido ao grupo estabelecer relações duradouras e de parceria, junto de clientes dos diversos sectores, desde as telecomunicações, à banca e à administração pública, sendo a sua ambicação o crescimento em volume de negócios e margem ebitda. Nesta medida, os planos de negócios deste segmento refletem um conjunto de medidas, tais como, maior investimento em recursos humanos, quer pela via da contratatação quer pela via da capacitação técnica; investimento selectivo em projetos de I+I+D com o contínuo desenvolvimento de soluções próprias que lhes permitem diferenciação e maior aporte de valor para o utilizador final; investimento no mercado internacional, com seleção cuidada das geografias e modelos que incluem soluções de Near Shore.

Neste contexto, os crescimentos projetados para cada um dos segmentos operacionais é o seguinte:

- Saúde 2,2%
- Outros Mercados 5,1%

No que diz respeito à atualização dos fluxos de caixa operacionais de cada unidade, a Glintt preparou três cenários distintos para cálculo da WACC, pois considera esta taxa, um elemento chave na determinação dos Fluxos de Caixa Futuros, e consequente aferição de eventual imparidade do Goodwill.

Assim, foram preparados três cenários distintos para determinação da WACC, a saber:

- Cenário 1 (C1) – Taxa de Obrigações do Tesouro a 10 anos no último leilão de dívida pública a 10 anos (@11 jan 17), cuja WACC apurada foi de 7,969%.
- Cenário 2 (C2) – Taxa de OT a 10 anos da Alemanha @ 07-03-2017, e crp (country risk premium) de mercado (fonte:damodaran), acrescido do prémio/spread das OT 10 anos de Portugal sobre OT 10 anos Alemanha (@07-03-2017), com adicional 100bp, cuja WACC apurada foi de 8,624%, tendo sido este o cenário utilizado aquando do apuramento das projeções para o corrente exercício.
- Cenário 3 (C3) – Taxa no mercado secundário das Obrigações do Tesouro a 10 anos de Portugal em 07-03-2017, com crp (country risk premium) adicional de 150 bp, cuja WACC apurada foi de 8,734%.

As variáveis introduzidas na WACC apurada no Cenário 2 e que serviram de base à determinação do Custo de Oportunidade do Capital Próprio foram as seguintes:

- Taxa de juro sem risco a longo prazo de 0,31%
- Unlevered Beta do setor de Computer Services do mercado europeu
- Prémio de risco do mercado português de 10,32% (6,25% em 2016)

Foi considerado um Custo do Capital Alheio de 5,25% (100 pb menos do que o valor considerado em 2015, em resultado do processo de reestruturação de dívida comentado anteriormente) e o nível de Leverage Financeiro com base no Balanço de 2016.

A tabela abaixo resume os pressupostos e valores utilizados nos três cenários.

CÁLCULO DO CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL (WACC)	CENÁRIOS	C1	C2	C3	
	$CAPM = re = rf + \beta_L * (rm - rf)$				
rf + crp	Taxa de juro sem risco longo prazo (3)	**4,227%**	**0,310%**	**5,456%**	
b_L	Levered Beta $\beta_L = \beta_u * \{1 + [D/E * (1-t)]\}$	1,07	1,07	1,07	
D/E	Levered Contabilístico	0,61	0,691	0,61	D= **42.836**
b_u	Unlevered Beta	0,7300	0,7300	0,7300	E= **70.592**
(rm-rf)	Prémio de Risco do Mercado (4)	**5,690%**	**10,320%**	**5,690%**	(E+D)= **113.428**
re	**Custo de Oportunidade do Capital Próprio (CAPM)**	**10,334%**	**11,387%**	**11,563%**	
	$WACC = [(1-L) * re] + [L * rd * (1-t)]$				
re	**Custo de Oportunidade do Capital Próprio (CAPM)**	**10,334%**	**11,387%**	**11,563%**	
rd	**Custo da Dívida (1)**	5,253%	5,253%	5,253%	
L	Leverage Financeiro Target = [D/(D+E)] (2)	37,76%	37,76%	37,76%	D= 42.836
t	taxa de imposto	22,500%	22,500%	22,500%	E= 70.592
	WACC	**7,969%**	**8,624%**	**8,734%**	**(E+D)= 113.428**

(1) Custo Médio da Dívida Glintt formalizado em dezembro 2016 e contratualizado em março 2017

(2) Leverage financeiro - Contas consolidadas da Glintt de Dezembro de 2016

(3) Taxa de OT a 10 anos da Alemanha @ 07-03-2017

(4) Prémio de risco do mercado (fonte: Damodaran), acrescido do prémio/spread das OT 10 anos de Portugal sobre OT 10 anos Alemanha (@07-03-2017), com adicional 100bp

Por último, e uma vez que a Administração considera que outro dos pressupostos chave na determinação do valor presente dos fluxos de caixa dos segmentos é a taxa de crescimento na perpetuidade, o Grupo procedeu igualmente a realização de testes de sensibilidade para aferição do impacto de uma eventual redução na determinação do valor de uso das unidades geradoras de caixa. Assim, assumindo um contexto mais desfavorável, a atualização dos fluxos de caixa futuros de cada unidade operacional continuaria a revelar-se superior à quantia escriturada nas contas de 31 de Dezembro, se se utilizassem as seguintes taxas de crescimento na perpetuidade:

- Saúde 0,75% (redução 0,25)
- Outros Mercados 2,25% (redução 0,25)

10. Ativos Intangíveis

	31-12-2016			31-12-2015		
	CUSTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E IMPARIDADES	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E IMPARIDADES	VALOR LÍQUIDO
Intangíveis desenvolvidos internamente	13.944.200	8.111.438	5.832.762	11.897.747	6.411.228	5.486.519
Propriedade intelectual e outros direitos	1.728.636	1.213.823	514.814	1.213.996	1.171.621	42.375
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	30.000.000	1.125.693	28.874.307	30.000.000	937.153	29.062.847
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil finita)	2.142.857	1.499.997	642.860	2.142.857	1.285.712	857.145
	47.815.693	**11.950.951**	**35.864.742**	**45.254.600**	**9.805.714**	**35.448.886**

	SALDO EM 01-01-2016	AQUISIÇÕES /DOTAÇÕES	P.IMPARIDADE /ABATES	TRANSFERÊNCIAS	ACERTOS CAMBIAIS	SALDO EM 31-12-2016
Custo						
Intangíveis desenvolvidos internamente	11.897.747	2.046.453			0	13.944.200
Propriedade intelectual e outros direitos	1.213.996	531.675	(15.081)		(1.954)	1.728.636
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	30.000.000	0		0	0	30.000.000
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil finita)	2.142.857	0	0	0	0	2.142.857
	45.254.600	**2.578.128**	**(15.081)**	**0**	**(1.954)**	**47.815.693**
Amortizações e imparidades acumuladas						
Intangíveis desenvolvidos internamente	6.411.228	1.700.210	0		0	8.111.438
Propriedade intelectual e outros direitos	1.171.621	57.719	(14.809)		(708)	1.213.823
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	937.153	0	188.540	0	0	1.125.693
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil finita)	1.285.712	214.285	0	0	0	1.499.997
	9.805.714	**1.972.214**	**173.731**	**0**	**(708)**	**11.950.951**

	SALDO EM 01-01-2015	AQUISIÇÕES /DOTAÇÕES	P.IMPARIDADE /ABATES	TRANSFERÊNCIAS	ACERTOS CAMBIAIS	SALDO EM 31-12-2015
Custo						
Intangíveis desenvolvidos internamente	9.563.714	1.974.219	(10.087)	369.902	0	11.897.747
Propriedade intelectual e outros direitos	945.947	11.100	(1.637)	260.898	(2.312)	1.213.996
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	30.000.000	0		0	0	30.000.000
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil finita)	2.142.857	0	0	0	0	2.142.857
	42.652.518	**1.985.319**	**(11.724)**	**630.800**	**(2.312)**	**45.254.600**
Amortizações e imparidades acumuladas						
Intangíveis desenvolvidos internamente	4.289.178	1.959.619	0	162.431	0	6.411.228
Propriedade intelectual e outros direitos	231.354	872.163	(523)	69.333	(707)	1.171.621
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	521.257	0	415.896	0	0	937.153
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil finita)	1.071.427	214.285	0	0	0	1.285.712
	6.113.217	**3.046.067**	**415.373**	**231.764**	**(707)**	**9.805.714**

Em 2010, e conforme divulgado no relatório e contas daquele exercício, resultante da aquisição da sociedade Consoft, a Glintt reconheceu separadamente no balanço consolidado, o valor dos ativos identificáveis à data da aquisição, os quais configuram ativos intangíveis, a saber:

- O Software aplicacional para gestão de farmácias "Farmatic" e,
- A respetiva Carteira de Clientes.

Estes ativos permitirão gerar benefícios económicos futuros sendo o seu custo mensurado com fiabilidade pelo justo valor, apurado através do desconto dos fluxos de caixa líquidos futuros estimado pela Administração.

Relativamente ao Software "Farmatic", os fluxos de caixa futuros que lhe estão associados são os contratos de utilizador final (contratos novos), e os contratos de atualização do Software, relativos a clientes/instalações surgidas após a data de aquisição daquela sociedade.

Para a definição da vida útil destes ativos foram ponderados os seguintes fatores:

i. Estabilidade do sector em que o ativo opera;
ii. Os ciclos de vida típicos para o ativo e a informação pública sobre estimativas de vida útil de ativos semelhantes que sejam usados de forma semelhante;
iii. O nível do dispêndio com manutenção/atualização exigido para obter os benefícios económicos futuros esperados do ativo e a capacidade e intenção para atingir esse nível; e
iv. O período de controlo sobre o ativo e limites legais sobre o seu uso.

Tendo em conta os fatores acima mencionados, foi definido para o Software aplicacional "Farmatic", uma vida útil finita de 10 anos, sendo o seu valor depreciado ao longo desse período, mediante aplicação do método da linha reta. Anualmente, o período e o método de amortização poderão ser revistos.

De forma a dar cumprimento à alínea c) do parágrafo 134 da IAS 36 informa-se que, para o apuramento do valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o seu custo foi mensurado com fiabilidade pelo justo valor, apurado através do desconto dos fluxos de caixa líquidos futuros estimados pela Administração. Estes fluxos de caixa líquidos futuros estão associados aos contratos de atualização de software, relativos à carteira de clientes/instalações existentes à data.

O valor registado como intangível de vida útil indefinida, no montante de 30.000.000 euros, corresponde ao reconhecimento dos ativos identificáveis à data de aquisição da empresa espanhola Consoft, nomeadamente ao valor atribuído à carteira de clientes. A estes, estão associados os contratos de atualização de software, relativos à carteira de clientes/instalações existentes.

Este ativo é objeto de teste de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de que o mesmo possa estar em imparidade. Considera-se como base a proporção das instalações perdidas em cada ano face às instalações totais adquiridas, as quais se resumem abaixo:

- 2011- Reconhecida imparidade de 77.634 euros, relativa à perda de 14 instalações.
- 2012- Reconhecida imparidade de 171.904 euros, relativa à perda de 31 instalações.
- 2013- Reconhecida imparidade de 94.270 euros, relativa à perda de 17 instalações
- 2014- Reconhecida imparidade de 177.449 euros, relativa à perda de 32 instalações.
- 2015- Reconhecida imparidade de 415.896 euros, relativa à perda de 75 instalações.

No exercício de 2016, em resultado da perda de 34 instalações a sociedade registou uma imparidade de 188.540 euros.

A alínea b) do parágrafo 134 da IAS 36 requer a divulgação das quantias escrituradas de ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas imputadas a cada unidade geradora de caixa.

No quadro abaixo, detalha-se a imputação dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas às unidades geradoras de caixa:

	SAÚDE	OUTROS MERCADOS	TOTAL
Goodwill	45.870.714	39.202.174	85.072.888
Intangíveis c/vida útil indefinida	28.874.307	-	28.874.307
	74.745.021	**39.202.174**	**113.947.195**

Não se verificou durante o exercício de 2016, nenhuma alteração de nenhum pressuposto-chave, pelo que não foram feitas divulgações adicionais a este respeito.

Quantia do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como gasto

O montante reconhecido em gastos do exercício, referente a horas dedicadas a pesquisa e desenvolvimento ascende a cerca 231 mil euros.

Intangíveis desenvolvidos internamente

Na rubrica de intangíveis desenvolvidos internamente, a 31 de Dezembro de 2016, encontram-se relevados os projetos relacionados com o desenvolvimento interno de produtos próprios, conforme se descreve abaixo:

31-12-2016	INVESTIMENTO	AM. ACUMULADAS / IMPARIDADES	V. LIQUIDO
Tecnovoz	1.164.830	1.164.830	0
Nitec	292.560	292.560	0
Pharmacy- Equipamentos	128.474	127.503	971
Pharmacy- Soft. Easygest	47.275	47.275	0
Energy- Smart Metering	50.000	50.000	0
Glintt Content Management	35.000	35.000	0
Finance Glintt	70.000	70.000	0
Soft. Gestão Hospitalar	7.537.660	4.629.589	2.908.071
Poseidon	974.716	657.005	317.711
Portopia	570.840	0	570.840
Safepec	261.390	0	261.390
Glintt Signature	10.624	10.624	0
Wise Waste	57.864	54.665	3.199
Appolo	316.903	316.903	0
Glintt Finance Care	153.460	38.365	115.095
GX BPM	1.074.165	175.535	898.630
gmac2	1.046.088	441.584	604.504
Plataforma de beneficios	58.122	0	58.122
Profiler	37.417	0	37.417
Adjust	56.812	0	56.812
Total	**13.944.200**	**8.111.438**	**5.832.762**

Comparativamente a 31 de Dezembro de 2015, o detalhe dos projetos era o seguinte:

31-12-2015	INVESTIMENTO	AM. ACUMULADAS / IMPARIDADES	V. LIQUIDO
Tecnovoz	1.164.830	1.164.830	0
Nitec	292.560	292.560	0
Pharmacy- Equipamentos	128.474	115.652	12.822
Pharmacy- Soft. Easygest	47.275	47.275	0
Energy- Smart Metering	50.000	50.000	0
Glintt Content Management	35.000	35.000	0
Finance Glintt	70.000	56.000	14.000
Soft. Gestão Hospitalar	6.222.708	3.509.596	2.713.112
Poseidon	974.716	332.100	642.616
Portopia	416.181	0	416.181
Safepec	167.584	0	167.584
Glintt Signature	10.624	10.034	590
Wise Waste	57.864	39.694	18.170
Appolo	316.903	316.903	0
Glintt Finance Care	153.460	0	153.460
GX BPM	877.673	0	877.673
gmac2	861.507	441.584	419.923
Plataforma de beneficios	50.388	0	50.388
Total	**11.897.747**	**6.411.228**	**5.486.519**

Apesar de à data de 31 de dezembro de 2016, existirem projetos já totalmente amortizados, os mesmos continuam a ser relevados em balanço, por continuarem a consubstanciar unidades geradoras de caixa.

No exercício de 2016 foram capitalizados 2.046.453 euros, relacionados com os seguintes projetos:

Profiler

Renovando o compromisso com o que será o Futuro das Farmácias em Portugal, a Glintt, em parceira com o Programa Saúda, desenvolveu o Profiler, uma solução tecnológica inovadora que permitirá reconhecer os utentes da Farmácia imediatamente antes do atendimento, através do Cartão Saúda, modernizar e dinamizar o espaço da Farmácia, otimizar a gestão dos tempos de atendimento e revolucionar a experiência do cliente.

Pela primeira vez, a Farmácia, poderá integrar o conhecimento sobre os seus clientes (através do CRM Saúda) com um sistema de gestão de filas de espera integrado com uma plataforma de conteúdos e sinalética digital, com acesso remoto em qualquer lugar.

A solução Profiler permite uma comunicação segmentada ao perfil dos utentes que se encontram na Farmácia, proporcionando uma experiência digital e inovadora, com conteúdos dirigidos ao seu perfil de interesses e necessidades. Mais do que um sistema de filas de espera e Corporate TV, esta é uma solução que proporciona uma experiência única e totalmente diferenciadora, com criação de valor para o cliente e para a Farmácia.

O investimento reconhecido e respetivas previsões de venda são as seguintes:

			RÉDITOS PREVISTOS		
PROJECTO	INVESTIMENTO	TAXA AMORTIZAÇÃO	2017	2018	2019
Profiler	37.417	33%	60.000	961.500	1.553.000

A Administração definiu , baseada na experiência no setor, uma vida útil finita de 3 anos.

Adjust

A Adjust enquadra-se na oferta de Business Consulting da Glintt para o mercado Healthcare, área de negócio essa que responde aos complexos desafios de gestão do setor da saúde. Estes desafios exigem uma forte componente de Analytics de Apoio à Decisão em conjunto com um processo de consultoria, capacitação e transformação do Cliente.

Assim, este projeto focou-se no desenvolvimento de modelos de previsão, otimização e simulação que suportam o processo de consultoria. Em particular, as metodologias desenvolvidas endereçam o desafio da gestão do bloco operatório, na vertente tática, com a otimização e teste de cenários do Master Surgery Scheduling, e na vertente operacional com a estimativa de duração de cirurgias e agendamento cirúrgico otimizado. Na vertente de Recursos Humanos, o modelo de otimização possibilita o dimensionamento ótimo dos recursos, médicos e de enfermagem, e possibilita o exercício de Scheduling que responda às restrições legais, enquanto maximiza o cumprimento de preferências e melhora o nível de serviço.

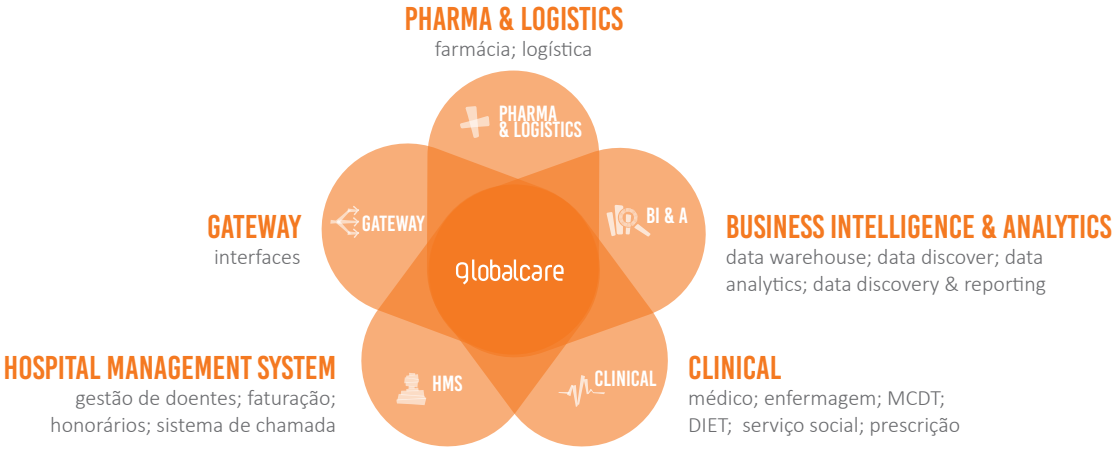
O investimento reconhecido e respetivas previsões de venda são as seguintes:

			RÉDITOS PREVISTOS			
PROJECTO	INVESTIMENTO	TAXA AMORTIZAÇÃO	2017	2018	2019	2020
Adjust	56.812	33%	168.000	201.600	231.840	255.024

A Administração definiu , baseada na experiência no setor, uma vida útil finita de 3 anos.

Software de gestão hospitalar

A oferta de produtos que fazem parte da suite Globalcare foi organizada de forma estruturada e de forma a ser efetivamente ainda melhor reconhecida pelo mercado:

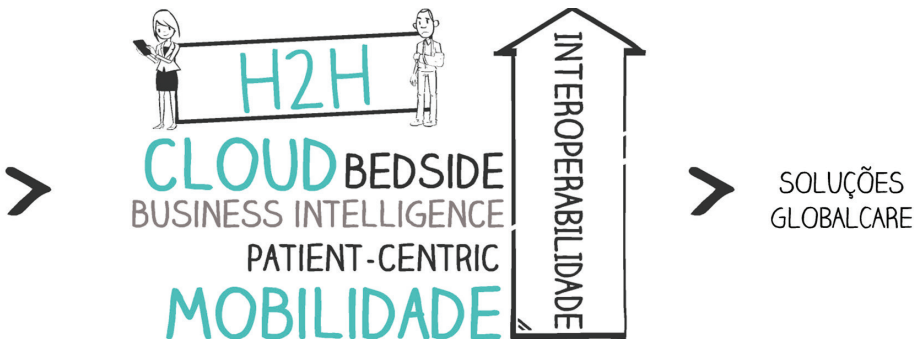


Linhas de ação 2016

1. Glinttology- Experiência de utilização e Ergonomia
   a. Certificação HIMSS
   b. Melhoria na experiência ao utilizador
   c. Simplificação de processos Médicos e Administrativos
2. Arquitetura
   a. Maior capacidade de integração e redução de TCO
   b. Menor risco e eficiência de upgrades de versão
   c. GAAS (Globalcare-as-a-service) – Cloudificação do Globalcare
   d. Modularidade das soluções
3. Evolução digital
   a. Clínica/Administrativa
   b. Médico
   c. Enfermagem
4. Evolução funcional – Abrangência
   a. Compliance com norma de interoperabilidade semântica – MRARA
   b. Segurança e rastreabilidade de colheita e administração (e.g. segurança transfusional)
5. Informação de gestão
   a. Maior autonomia na gestão da informação de gestão
   b. Capacidade para modelar cálculo e disponibilização da informação

GLINTTOLOGY

ABORDAGEM HUMAN TO HUMAN NO PROJETO GLINTTOLOGY



Em 2016 foi feito um investimento profundo na mudança do paradigma da experiência de utilização do produto Globalcare. No sentido de dotar o Globalcare de uma experiência de utilização transversal e facilmente reconhecível, intuitiva e alinhada com as melhores práticas da definição de ergonomia foi criada uma equipa e um projeto *chapéu – umbrela*.

Este projeto foi dividido em 5 fases e como resultado entregou uma base sustentada em conteúdo científico e empírico que servirá de modelo para os ciclos de desenvolvimento Globalcare.

1. **LEVANTAMENTO E ANÁLISE** dos interfaces existentes em todos os produtos e sub-produtos da família Globalcare
2. **ESTUDO DO ESTADO DA ARTE DE TENDÊNCIAS VISUAIS** para o setor do healthcare e outros intercorrentes
3. **IDENTIFICAÇÃO DOS PADRÕES VISUAIS E FUNCIONAIS** dos componentes existentes em todos os produtos
4. **DEFINIÇÃO DE CONCEITOS VISUAIS** modelos visuais que representem a marca
5. **DESENHO DA BIBLIOTECA DE PATTERNS E TEMPLATES** para o produto Globalcare de forma a garantir a humanização de cuidados de saúde e foco no cliente

Gateway - Interfaces - Ligações a sistemas ou aparelhos externos

Arquitetura Globalcare

Esta foi uma das áreas de maior aposta durante 2016 (preparando um novo paradigma na versão Globalcare R17). Num setor em que a interoperabilidade é fundamental a área de interfaces e arquitetura é considerada prioritária no Globalcare.

Principais evoluções e valores da arquitetura de referência Globalcare:

- EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA
  - Substituição progressiva dos módulos *legacy*
- COMPONENT BASED
  - Arquitetura modular baseada em componentes e *plugins* independentes e facilmente substituíveis
- EXTENSIBILIDADE
  - Criar o maior número de pontos onde seja possível substituir/adicionar componentes de forma a alterar/adicionar novas *features*, por equipas Glintt ou externas
- ESCALABILIDADE
  - Adoção de tecnologias que permitam correr num sistema distribuído e facilmente escalável horizontalmente
- STANDARDIZATION
  - Sempre que disponíveis é prioridade adoção de standards tecnológicos e de negócio
- CLOUD
  - Solução instalada na *cloud*: *multitenant*, alta performance, *easy deploy*
- DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA
  - Automatização da geração de documentação técnica que facilitará a interação do Globalcare com sistemas terceiros e sobretudo um incremento no nível de transparência do produto
  - Permitirá uma visão global da API Globalcare
  - Exemplos dos pacotes transacionados
  - Geração de *mockups*
- OPEN SOURCE
  - Arquitetura que permite uma visão de *open source* como a primeira opção - "*Get the most out of open source*"
- SEGURANÇA
  - A segurança e privacidade são requisitos prioritários dando seguimento ao processo de certifica

Em 2016 houve ainda um investimento na evolução do processo de instalação do Globalcare com o objetivo de melhorar a sua eficiência, perceção de valor e diminuição de risco processual:

- Redução em 60% do número de configurações técnicas
- Redução de risco de erro humano no processo
- Diminuição do tempo de instalação técnico em 25%

Hospital Management System (HMS)

Representando o núcleo base de armazenamento e gestão de informação hospitalar, esta solução disponibiliza um conjunto variado de funcionalidades que permite uma gestão clinica-administrativa eficiente e mapeada para as duas principais dimensões de uma unidade de saúde:

- Perfil assistencial
- Perfil funcional

Perfeitamente adequada às necessidades específicas da gestão de unidades de saúde, permite planear e registar toda a atividade de prestação de cuidados nas seguintes áreas funcionais:

- Atividade de ambulatório
- Urgência
- Consulta Externa
- Hospital de Dia
- Cirurgia de Ambulatório
- Meios complementares de diagnóstico e terapêutica
- Atividade de internamento e cirurgia convencional

Com efeito, partindo do módulo de admissão do doente, esta solução possibilita não só o registo de atividade nestas diferentes áreas, mas também todo o planeamento da mesma, destacando-se neste âmbito a gestão de agendas e listas de espera.

Partindo do registo de atividade a solução está dotada da inteligência necessária para refletir tanto as normativas legais relativas aos mercados em que opera como as complexas regras de faturação e de processamento de honorários.

O ano de 2016 marcou a continuidade na aposta de uma solução multi-plataforma, pensada para a mobilidade e com processos evoluídos, modernizados e eficientes – processo de evolução digital. A disponibilização de funcionalidades evoluídas digitalmente foi priorizada de forma a garantir que utilizadores de front-office da unidade de saúde têm uma experiência de utilização eficiente num só ambiente aplicacional.

Funcionalidades evoluídas em 2016:

1. Módulo de Alertas
2. Admissão, alta e movimentação no internamento (ADT)
3. Processamento de final de dia
4. Consulta de documentos

Pharma & Logistics

SGICM – Sistema de gestão integrada do circuito do medicamento

Solução essencial para a gestão do circuito do medicamento.

Dotada de prescrição eletrónica de medicamentos que permite o registo e consulta de informação clínica e terapêutica, permitindo fluidez de informação integrada com os restantes profissionais de saúde intervenientes no circuito do medicamento.

- Prescrição Interna (PIM)
  - Circuito interno do medicamento, com possibilidade de integração com Farmácia e Enfermagem.
- Prescrição Externa (PEM)
  - Emissão de receituário para o exterior (Farmácias Comunitárias).

Na área logística caracteriza-se por dar resposta de forma integrada à gestão de toda a componente de aprovisionamento, nomeadamente, *stocks*, inventário e armazéns avançados:

- Otimização da gestão de *stocks*
- Controlo dos processos de *Sourcing/Procurement*
- Controlo orçamental
- Gestão de requisições internas

- *Workflow* de aprovações
- Gestão de armazéns (incluindo Avançados)
- Gestão do fluxo de distribuição logística
- Consignação: Circuito de controlo de *stocks*
- VMI: *Vendor Management Inventory*
- Soluções móveis e táteis

Na componente de Farmácia Hospitalar, permite identificar e rastrear a medicação prescrita e administrada na instituição, contribuindo assim para a **diminuição do erro** na prescrição, preparação e administração de medicamentos:

- Gestão de necessidades, *stocks*, processos de compra e receção
- Caraterização do medicamento, interações e formulários
- Validação de prescrição e distribuição
- Circuito de Unidose
- Circuito de Estupefacientes e Psicotrópicos
- Circuito de Hemoderivados
- Módulo de Citotóxicos
- Módulo de Manipulados
- Cedência de Medicação em Ambiente de Farmácia de Ambulatório
- Registo Mínimo de Medicamentos Biológicos
- BPOC- Barcode Point of Care (implementa os "5 Rights") *right patient, right drug, right dose, right route, right time*
- Integração de prescrição/cedência de medicação em soluções Robotizadas
- Exemplo: ROWA, AUTOPHARM, KARDEX, PYXIS
- Prescrição Parentérica

O produto P&L garante um controlo efetivo e integral do circuito do medicamento tendo sido investimento em termos processuais e fiabilidade (gere circuitos críticos no processo de prestação de cuidados de saúde). De seguida enumeram-se exemplos das iniciativas de otimização:

- Prescrição Terapêutica – Processo de Ambulatório
- Prescrição Terapêutica – Processo Alterações da Validação pelo Farmacêutico
- Prescrição Terapêutica – Processo em Ambiente de Hospital de Dia
- Otimização na emissão de planos de contingência da prescrição por paciente
- Otimização do registo mínimo de medicamentos biológicos

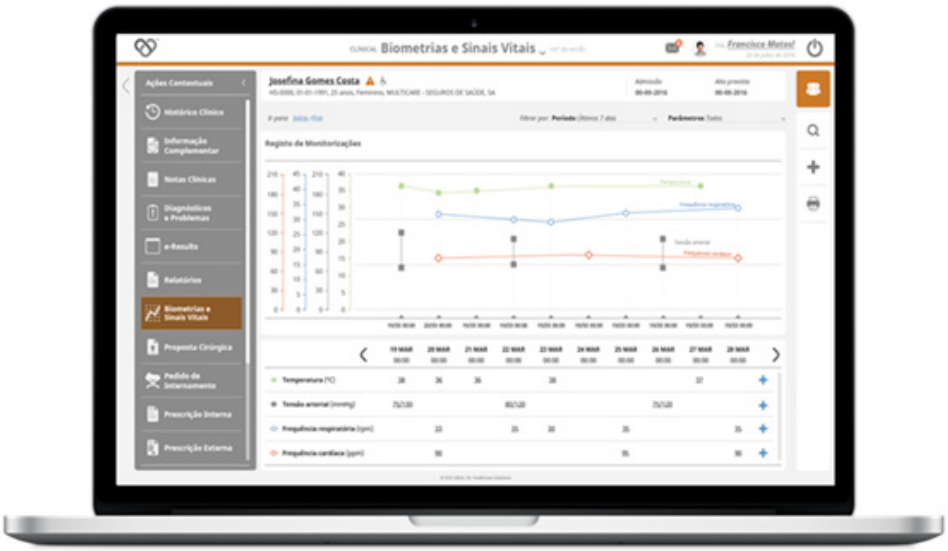
No seguimento do investimento de 2015 numa nova versão do módulo de Prescrição Interna de Medicamentos (PIM) em 2016 este módulo sofreu modificações, nomeadamente nas funcionalidades core:

- Disponibilização da prescrição de fluidoterapia na PIM
- Otimização na prescrição de fluidoterapia- para uniformizar a via de administração dos medicamentos associados a soros
- Incremento das validações na prescrição para ambulatório (PIM) para integração com a SPMS, de forma a cumprir Despacho 13382/2012

Em 2016 continuou o projeto que pretende dotar este produto, de uma solução mais completa para tratamento de dados e consulta de informação operacional. Este sistema de reporting operacional é fundamental para uma gestão eficiente do departamento de farmácia e controlo do circuito de aprovisionamento hospitalar.

CLINICAL

Médico e Enfermeiro



CLINICAL – MÉDICO – TRANSFORMAÇÃO GLINTTOLOGY – A LIBERTAR PARA O MERCADO EM 2017

Totalmente direcionados para médicos e enfermeiros, estes produtos possibilitam um acesso célere, seguro, robusto e centralizado a toda a informação clínica relativa a determinado cliente, quer ao nível das atividades ambulatórias, quer ao nível do internamento.

Os profissionais clínicos têm vindo a mudar a forma como desempenham as suas tarefas. Hoje, cada vez mais, é importante o acesso à informação *on time* e a capacidade para registar informação útil em qualquer lugar. Uma das apostas estratégicas que tem vindo a realizar-se no Globalcare vai precisamente no sentido de acompanhar o profissional em todas as suas tarefas onde quer que esteja – **CLINICAL Multiplataforma – médico e de enfermagem.**

Na perspetiva do enfermeiro, esta solução dá resposta às necessidades de planeamento e registo das atividades de enfermagem.

A solução de processo clínico eletrónico é caracterizada por:

- Eficiência no acesso à informação
- Rapidez e facilidade no registo de dados
- Proximidade com o doente

De forma transversal há uma clara preocupação com a segurança:

- Informação centrada no doente
- Perfis de utilizadores
- Rastreabilidade de acessos

Em 2016, a prioridade foi avançar o mais possível no projeto multiplataforma. Este é um projeto fundamental no posicionamento global do Globalcare no mercado e de carácter plurianual.

- Maior produtividade
  - menor nº de cliques para aceder a opções
- Mais intuitivo
  - claro entendimento relativamente à iconografia
- Maior foco
  - na informação relevante disponibilizada
- Maior clareza
  - organização mais adequada à "leitura"
- Incremento na abrangência das funcionalidades multiplataforma
  - permitindo eliminar o "ruído" tecnológico

Em específico na visão de enfermagem o processo de mobilidade foi evoluído de forma a servir como ferramenta para a melhoria dos cuidados de saúde ao paciente:

- Processo ***mobile-optimized***
- Melhora a **performance funcional**
- Ferramenta **complementar**
- Melhora os ***outcomes* no *point-of-care***
- Funcionalidades ***task-oriented***
- **Responsivo**

MCDT - Técnicas clínicas / Meios complementares de diagnóstico e terapêutica

O produto Globalcare está dotado de várias soluções de gestão e registo de meios complementares de diagnóstico e terapêutica ao longo dos diferentes circuitos funcionais passíveis de implementação numa unidade de saúde.

Mais do que um conjunto de soluções, esta área é encarada como um suporte ao workflow de ações e eventos verificados ao longo do circuito que acompanha um determinado exame desde a sua prescrição até à disponibilização de resultados.

Foi em 2016 foi feito um investimento na dotação da suite Globalcare de um produto vocacionado para a segurança dos eventos de colheita e administração. Principalmente focado no circuito transfusional (segurança transfusional) tem como objetivo diminuir os erros de trocas de amostras, perda de amostras, eventos adversos ou troca de pacientes.

A solução que vai ser colocada no mercado em maio de 2017 garante:

- SEGURANÇA na colheita e na transfusão prevenindo a ocorrência de erros
- REGISTO de parâmetros vitais do paciente e de reações adversas
- MOBILIDADE à cabeceira do paciente (BPOC)
- RASTREABILIDADE dos componentes e unidades

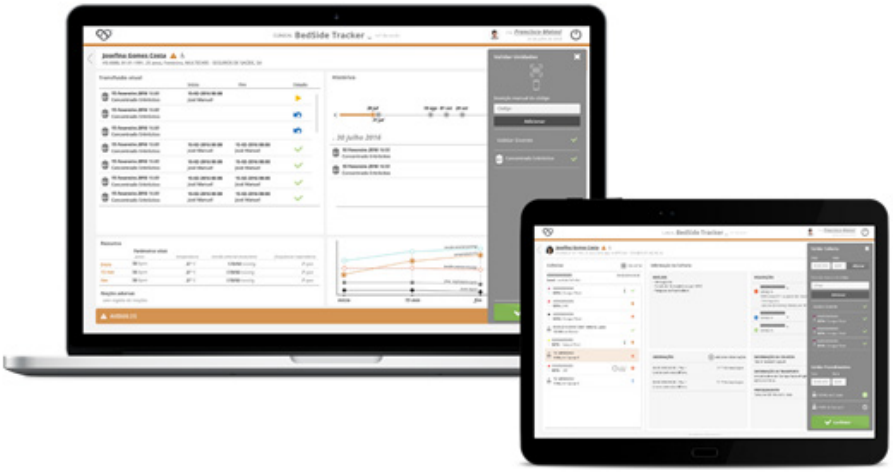
SEGURANÇA TRANSFUSIONAL – A LIBERTAR PARA O MERCADO EM 2017

Foram ainda feitos investimentos em evoluções dos produtos já no mercado das quais se destacam:

- SIBAS: Conversão tecnológica SIBAS Mobile – New app design & UX
- Indicadores *data discovery* para Workflow de Amostras, SIBAS e Workflow de MCDT
- Módulo de extração documentos no eResults
- SISLAB: Integração com SINAVE Laboratorial
- Workflow de MCDT: Integração relatórios exterior e fornecedores externos

BI&A – BUSINESS INTELLIGENCE AND ANALYTICS

Produto que serve de suporte ao controlo e gestão de informação na unidade de saúde, quer na sua vertente clínica, quer na sua vertente analítica.



BI&A HEALTHCARE INDICATORS

Em 2016, foi criada uma nova arquitetura que acompanhe as novas e cada vez mais complexas necessidades de informação das unidades de saúde. Foram ainda disponibilizadas novas funcionalidades das quais se destacam:

- *Performance Monitor: Dashboard* Bloco
- *Performance Monitor: Dashboard* Hospital de dia
- *Performance Monitor: Dashboard* Bloco de partos
- *Performance Monitor: Dashboard* Internamento
- *Context Management*: HI Governor
- Fichas de indicadores: HI Atlas
- *DataWarehouse Extender*
- *Data Analytics*: Resumo de atividade
- *Data Analytics*:Visitas de especialidade
- *Data Analytics*:Pedidos de internamento
- *Data Analytics*: Análise de doentes

Produto versão internacional

Foi feito um investimento no processo de certificação do Globalcare pela Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS). Este investimento foi fundamental para possibilitar os processos de implementação em curso no Brasil e manutenção do produto em clientes já em operação.

O investimento reconhecido referente ao Software de gestão hospitalar e respetivas previsões de venda são as seguintes:

			RÉDITOS PREVISTOS		
PROJECTO	INVESTIMENTO	TAXA AMORTIZAÇÃO	2017	2018	2019
Produtos Globalcare	2.403.884	33,33%	1.450.000	1.600.000	1.800.000
Produto Internacional	504.188	20,00%	550.000	785.000	890.000

A Administração definiu , baseada na experiência no setor, uma vida útil finita de 3 anos para a maior parte destes produtos.

Plataforma de Benefícios MAX

A Plataforma MAX é uma plataforma de benefícios desenvolvida pela Glintt em parceira com a NOS, que disponibiliza aos colaboradores das empresas clientes um conjunto de ofertas que lhes permite maximizar o valor líquido da sua remuneração variável pela poupança fiscal que obtêm (exemplos: ticket infância, cheque estudante, seguros, despesas de saúde, etc.).

Princípios de atuação da Plataforma MAX:

- Disponível a todos os colaboradores das empresas clientes, acessível 24h por dia, 7 dias por semana através da internet, com total segurança no acesso aos dados
- Ofertas competitivas e atrativas resultantes da negociação com fornecedores sob o princípio de volume e larga escala
- Serviço de back-office para apoio e suporte administrativo às empresas clientes e seus colaboradores (exemplos: esclarecimento de dúvidas, faturação, comunicação/ formação aos colaboradores, etc)
- Flexível e adaptável às necessidades específicas das empresas clientes

O investimento reconhecido e respetivas previsões de venda são as seguintes:

			RÉDITOS PREVISTOS		
PROJECTOS	INVESTIMENTO	TAXA AMORTIZAÇÃO	2017	2018	2019
Plataforma de Benefícios	58.122	33%	45.000	51.750	52.785

A Administração definiu, baseada na experiencia do setor, uma vida útil finita de 5 anos.

gmac2 – Manutenção Assistida por Computador

O gmac.2 é a resposta da Glintt às solicitações do mercado para uma solução nacional inovadora de EAM. Este produto resulta da evolução da tradicional gestão da manutenção para uma gestão integrada de ativos. A revisão profunda dos processos de gestão e exploração traduziram-se numa solução que facilita e promove tomadas de decisão com base em métricas determinísticas e fiáveis dos indicadores.

- Multi-Organização- Possibilidade de criação de múltiplas Organizações e Instalações dentro de uma organização.
- Multi-Idioma – Suporte de várias línguas na interface com o utilizador e dados da aplicação.
- Multi-Divisa – Capacidade de trabalhar com várias moedas, tendo uma moeda base por Organização.
- Fluxos de Aprovação – Estados de entidades suportados por motor de aprovações.
- Material Requirement Planning – Otimização da gestão de inventário com base nas parametrizações de armazéns, pontos de encomenda, plano de consumo, roturas, etc.
- Monitorização de Ativos – Capacidade de integração online com plataformas de monitorização remota.
- Aplicação Móvel – Aplicação Android e iOS de gestão do trabalho.

A solução tem ainda os seguintes módulos funcionais:

- Ativos – Gestão de Equipamentos, Localizações, Sistemas, Modos de Falha de Equipamentos, Contadores Funcionais, Contadores Físicos, Grupos de Contadores, Transferência de Ativos, Contratos de Garantia, entre outros.
- Materiais – Gestão de Artigos, Ferramentas, Serviços Standard, Inventário, Requisições, Emissões, Devoluções, Transferências de Armazém, entre outros.
- Recursos Humanos – Gestão de Pessoas, Grupos, Mão-de-obra, Profissões, Equipas, Qualificações, Calendários, Turnos, entre outros.
- Compras – Gestão de Fornecedores, Pedidos de Compra, Encomendas, Contratos de Compras, Receção de Material, Conferência de Faturas, Avaliação de Fornecedores, entre outros.
- Trabalhos – Gestão de Ordens de Trabalho, Pedidos de Intervenção, Planos de Manutenção Preventiva, Planos de Inspeções, Rotas, Trabalhos Pré-Preparados, Planos de Lubrificação, Planos de Calibração de Equipamentos, Contratos de Serviços, SLA, Planos de Segurança, Perigos, Precauções, Lockout/TagOut, entre outros.
- Administração – Configurações Gerais da aplicação, parametrizações do sistema, Gestão de Utilizadores e Perfis, Moedas, Taxas de Câmbio, Unidades de Conversão, entre outros.
- Funcionalidades transversais:
  - Gestão de Imagens
  - Comentários
  - Anexos de Entidades

- Relatórios
- Notificações

O investimento reconhecido e respetivas previsões de venda são as seguintes:

			RÉDITOS PREVISTOS				
PROJECTO	INVESTIMENTO	TAXA AMORTIZAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021
gmac2	604.504	20%	381.000	510.750	740.125	777.663	874.951

A Administração definiu , baseada na experiência no setor, uma vida útil finita de 5 anos.

GX BPM

O Gx BPM é uma solução inovadora e única no mundo das soluções e "suites" BPM. Atua como acelerador de processos e tem como principal foco agilizar e incrementar o uso de soluções BPM como base dos processos empresariais, em resultado da sua facilidade de utilização e rapidez de implementação (fast time to "market").

Através do GX BPM é possível obter resultados rápidos e transversais, permitindo também obter significativas reduções de custos quer através de melhorias processuais, de automatização de tarefas e da eliminação de redundâncias e desperdícios.

O GX BPM também revoluciona o mundo BPM ao passar a componente de mapeamento, configuração e deploy de processos para os utilizadores de negócio, o que permite libertar o IT para atividades mais complexas e de maior valor acrescentado.

Uma das características principais do GX BPM é a sua escalabilidade pois tanto se aplica a processos muito simples ou ad-hoc, bem como aos de média complexidade. A sua robustez tecnológica assenta na plataforma IBM BPM e permite assegurar níveis de desempenho elevados em diversos enquadramentos e ambientes, onde podem coexistir milhares de utilizadores e centenas ou milhares de processos.

Quer isolado, quer integrado num Programa mais vasto de BPM o GX BPM é um garante de retorno ao investimento em melhorias de processos e que de forma direta ou indireta terão um impacto positivo na componente de resultados, valor do negócio e satisfação dos diversos stakeholders.

Este conjunto de razões leva a que o GX BPM seja reconhecido no mercado na componente de aceleradores de BPM e com provas dadas em inúmeros setores e mercados geográficos.

O investimento reconhecido e respetivas previsões de venda são as seguintes:

			RÉDITOS PREVISTOS			
PROJECTO	INVESTIMENTO	TAXA AMORTIZAÇÃO	2017	2018	2019	2020
GX BPM	899.630	20%	671.100	1.638.000	1.163.000	1.163.000

A Administração definiu, baseada na experiência no setor, uma vida útil finita de 5 anos.

Portopia

O PORTOPIA – Ports Observatory for Performance Indicator Analysis é um projeto lançado em Setembro de 2013, que visa criar uma base de conhecimento integrado e sistema de gestão de desempenho do ecossistema portuário. O projeto procura servir as diferentes partes interessadas na construção de boas práticas de gestão que estimulem a competitividade e sustentabilidade dos portos europeus. Para tal, comporta atividades de investigação e desenvolvimento de métodos de cálculo de indicadores de desempenho (KPI), modelos de previsão e aferição em diferentes perspetivas de avaliação de desempenho, quanto a tendências do mercado; desenvolvimento socioeconómico; ambiente, saúde ocupacional e segurança; eficiência da cadeia logística; governação e finanças e perceção de qualidade dos utilizadores dos portos. O projeto tem a duração de 4 anos sendo o consórcio composto por uma equipa multidisciplinar, compreendendo os principais especialistas de economia portuária da Europa, que articulam mais de três dezenas de investigadores com especializações que vão desde as ciências sociais até às engenharias. A Glintt, como parceiro tecnológico do consórcio, está a desenvolver o Portopia Service Cloud, solução que permitirá melhorar a recolha de dados portuários, a elaboração de relatórios, dashboards com a visualização de diferentes KPI's, assim como de ferramentas para análise de dados.

Até ao final de 2016, mais de 30 portos europeus já se encontravam a utilizar a plataforma, mais concretamente o módulo Rapid Exchange System (recolha de dados e análise de tendências de mercado), esperando-se que no primeiro semestre de 2017 entrem em produção os módulos sobre perceção de utilizadores (User Perceptions), sobre questões ambientais (integrando a plataforma com o sistema EcoPorts) e sobre modelos de governança dos portos (e respetivas evoluções).

Este projeto conta com o apoio do 7º Programa Quadro da Comissão Europeia.

SAFEPEC

O SAFEPEC – Innovative Risk-based tools for ship safety inspection, lançado em Outubro de 2014, é um projeto europeu liderado pela Glintt INOV, com o objetivo de tirar partido da "Big Data" e do desenvolvimento de sensores inteligentes que visam o aumento da eficácia dos processos de auditoria, inspeção e manutenção de estruturas e sistemas críticos de navios mercantes. Este objetivo permitirá estabelecer o arquétipo para um regime de inspeção com base em modelos a fim de classificar os navios pelo seu risco, da promoção da interoperabilidade a fim de fornecer uma interpretação mais coerente e harmonizada das várias fontes de dados atualmente disponíveis, ou da utilização de sensores inteligentes para a monitorização das condições do navio. O projeto que tem a duração de 3 anos reúne um consórcio composto por 9 parceiros académicos e da indústria, de 7 países Europeus. Para além da Glintt INOV, o projeto reúne as maiores sociedades classificadoras mundiais (DNV e GL), agora DNV GL, e conta com a presença de alguns dos mais reputados centros de investigação na área marítima como são a MARINTEK e a TNO. A IHS Global, maior sociedade de informações sobre negócios do mundo, assegurará a vertente de dados necessários a quantificação dos modelos desenvolvidos. A componente académica é assegurada por 3 três universidades com elevado prestígio internacional no contexto do transporte marítimo (WMU- World Maritime University, TUM- Universidade Técnica de Munique e NTUA – Universidade Técnica de Atenas).

O projeto, relativamente a 2016, desenvolveu um conjunto de modelos complexos nas suas diferentes vertentes – causas, vulnerabilidades, inspeção e consequências – que resultará na framework de risco que permitirá aferir o risco apresentado por um determinado navio, nas vertentes de corrosão e fadiga, e comparar o mesmo com congéneres. De igual modo, a instrumentação do navio, já permitiu coligir um conjunto alargado de dados sobre a condição do navio nas vertentes atrás referidas. Ao longo do último ano os resultados foram sendo apresentados a diversos stakeholders de relevo internacional, através de workshops, com excelente feedback dos mesmos. Deu-se ainda início ao desenvolvimento do módulo de integração de dados que permitirá alimentar a referida framework com informação obtida de bases de dados externas.

Este projeto contou com o apoio do 7º Programa Quadro da Comissão Europeia.

11. Outros Investimentos Financeiros

ENTIDADE	SEDE SOCIAL	%	31-12-2016	31-12-2015
MANTELNOR EGAP	Espanha	5%	3000	3000
PCTA-PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ALENTEJO, SA	Évora	7%	40.000	40.000
LISGARANTE- SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.	Lisboa	0,04%	21.000	21.000
SENSING EVOLUTION, LDA	Leiria	33%	24.626	-
OUTRAS			93.214	48.901
			181.840	**112.901**

Os Outros Investimentos Financeiros estão mensurados ao custo de aquisição.

12. Contas a receber de clientes e outros devedores

	31-12-2016	31-12-2015
Não corrente		
Outros devedores	6.153.246	6.025.017
Perdas por imparidade	(164.284)	(164.284)
	5.988.962	**5.860.733**
Corrente		
Clientes de conta corrente	13.700.794	15.792.246
Clientes de cobrança duvidosa	4.291.452	4.737.955
Perdas por imparidade	(2.911.780)	(3.232.037)
	15.080.466	**17.298.164**
Pessoal	19.041	31.940
Impostos	976.013	1.502.205
Outros devedores	742.389	799.629
	1.737.443	**2.333.774**
	16.817.908	**19.631.937**

De acordo com informação divulgada no relatório e contas de 2011, encontravam-se em curso naquele exercício dois processos de contencioso, entre a Glintt Business Solutions, Lda., a Restelo Imobiliária SA (RIP) e os Hotéis Alexandre Almeida (HAA).

Em 21 de Dezembro de 2012 a Glintt, a RIP e os HAA, puseram termo ao diferendo entre as partes por meio de acordo nos termos do qual fixaram o valor em dívida e estabeleceram a forma de pagamento. Desse acordo decorre o valor total da rúbrica de Outros Devedores (não corrente), o qual não se encontra relevado ao custo amortizado, uma vez que nos termos do acordo, são calculados e debitados juros anuais. Os juros debitados até ao encerramento do presente exercício ascendem a 1.554 mil euros.

A rubrica clientes de conta corrente inclui as faturas dos clientes que foram cedidas à empresa de factoring, no valor de 3.137 mil euros, e cujo adiantamento se encontra refletido em empréstimos (ver Nota 21).

A perda por imparidade resulta de análises detalhadas, segundo as quais determinados valores em divida, poderão não vir a ser recebidos na sua totalidade.

O valor contabilístico desta rubrica acrescida do saldo de 'Acréscimos e diferimentos ativos (ver nota 16) representa a exposição máxima ao risco de crédito.

Movimentos ocorridos na rubrica de "Perdas por imparidade"

	31-12-2016	31-12-2015
Saldo inicial	3.232.037	2.930.861
Reforço	883.983	441.217
Redução	(857.726)	(269.573)
Regularizações	(346.514)	129.532
Saldo final	**2.911.780**	**3.232.037**

Os saldos em aberto que não se encontram em imparidade incluem:

	31-12-2016	31-12-2015
Entidades públicas	4.952.805	3.392.899
Garantia	4.995.633	4.995.633
Planos de pagamento	906.676	1.059.111
Entidades relacionadas	673.148	878.106
Letras	129.304	189.900
	11.657.567	**10.515.649**

O valor das garantias é constituído maioritariamente por uma garantia bancária relacionada com a dívida não corrente anteriormente referida das empresas RIP e HAA.

13. Ativos por Impostos Diferidos

O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) é auto liquidado pelas empresas que constituem o Grupo e, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estas podem ser sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por um período de 10 anos. A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016.

Os prejuízos fiscais gerados pelas empresas que constituem o Grupo em Portugal sujeitos também a inspeção e eventual ajustamento, podem ser deduzidos a lucros fiscais nos cinco anos seguintes (prejuízos fiscais gerados em 2013) ou nos 12 anos seguintes para os prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2014 e 2016.

O Grupo tem vindo a apresentar candidaturas ao SIFIDE ao longo dos últimos anos, pelo que encontram-se constituídos Ativos por Impostos Diferidos dos montantes já certificados e ainda não utilizados, bem como das candidaturas a apresentar referentes ao exercício corrente.

A decomposição do montante registado em Ativos por Impostos Diferidos, bem como os anos limite para a sua dedução são os seguintes:

	31-12-2016	31-12-2015	
	IMPOSTO DIFERIDO ATIVO	IMPOSTO DIFERIDO ATIVO	ANO LIMITE P/ DEDUÇÃO
Prejuízos fiscais dedutíveis			
2013	60.045	538.316	2018
2014	472.473	478.700	2026
2015	2.095.684	1.762.984	2027
2016	1.406.585	-	2028
	4.034.787	**2.780.000**	
Beneficios fiscais			
SIFIDE 2012	325.264	325.264	2018
SIFIDE 2013	607.307	607.307	2022
SIFIDE 2014	210.594	210.594	2023
SIFIDE 2015	120.316	94.611	2024
SIFIDE 2016	217.249	-	2025
CFEI	223.412	323.412	2018
	1.704.142	**1.561.188**	
	5.738.929	**4.341.188**	

PREJUÍZOS FISCAIS DEDUTÍVEIS	31-12-2016	31-12-2015
Saldo inicial	2.780.000	1.230.438
Reforço	1.406.585	1.621.961
Regularizações	248.905	(72.399)
Redução	(400.703)	-
Saldo final	**4.034.787**	**2.780.000**

BENEFÍCIOS FISCAIS	31-12-2016	31-12-2015
Saldo inicial	1.561.188	2.530.554
Reforço	242.954	94.611
Regularizações	-	(239.862)
Redução	(100.000)	(824.115)
Saldo final	**1.704.142**	**1.561.188**

O montante registado em Ativos por Impostos Diferidos tem tido por base as previsões do resultado fiscal dos exercícios seguintes e tem sido considerado as reavaliações constantes das expectativas existentes.

14. Inventários

	31-12-2016	31-12-2015
Mercadorias	1.472.150	1.401.682
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	145.766	123.589
	1.617.916	**1.525.271**
Perda por imparidade	(632.626)	(666.337)
	985.290	**858.934**

As mercadorias dizem respeito essencialmente a equipamentos e mobiliário para farmácia,outros equipamentos informáticos para farmácia e demais clientes da área de Managed Services, os quais se destinam quer à venda quer à incorporação em contratos de manutenção / prestação de serviços.

Movimentos ocorridos na rubrica de "Perdas por Imparidade"

	31-12-2016	31-12-2015
Saldo inicial	666.337	231.046
Reforço	-	463.971
Redução	(33.711)	(28.681)
Saldo final	**632.626**	**666.337**

15. Caixa e equivalentes de caixa

	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	5.733	4.271
Depósitos bancários de curto prazo	2.263.686	947.732
	2.269.419	**952.002**

16. Acréscimos e diferimentos ativos

	31-12-2016	31-12-2015
Acréscimos de rendimentos		
Outros Acréscimos Rendimento	29.899	0
Projetos em curso	3.184.776	5.113.118
	3.214.674	**5.113.118**
Gastos diferidos		
Rendas	9.137	418
Seguros	134.654	61.348
Publicidade	16.149	15.085
Trabalhos especializados	211.571	267.603
Conservação	39.464	50.346
Outros custos diferidos	88.901	116.965
Projetos em curso	1.995.701	2.827.344
	2.495.576	**3.339.108**
	5.710.251	**8.452.226**

Os principais montantes relativos às rúbricas de acréscimos de rendimentos e gastos diferidos estão relacionados com a natureza dos contratos celebrados no grupo, os quais se resumem na seguinte tabela:

	OUTROS MERCADOS		SAÚDE		TOTAL	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Obras e Robótica	-	-	404.255	321.643	404.255	321.643
Consultoria e Serviços	773.399	2.639.292	1.788.303	1.637.835	2.561.702	4.277.127
Suporte e Manutenção	-10.627	60.528	229.447	453.820	218.819	514.348
Acréscimos de Rendimentos	**762.771**	**2.699.820**	**2.422.004**	**2.413.298**	**3.184.776**	**5.113.118**
Obras e Robótica	-	-	306.885	238.617	306.885	238.617
Consultoria e Serviços	122.377	366.133	585.044	532.596	707.421	898.729
Suporte e Manutenção	823.679	1.427.692	157.716	262.306	981.395	1.689.998
Gastos Diferidos	**946.055**	**1.793.825**	**1.049.645**	**1.033.519**	**1.995.701**	**2.827.344**

Na linha de oferta da Consultoria, existente em ambos os segmentos – Saúde e Outros Mercados, existem contratos que se materializam durante mais do que um período, e cujos eventos de faturação ou pagamento a terceiros, estão calendarizados em momentos específicos, não sincronizados com estes.

Assim, no segmento da Saúde estas situações ocorrem maioritariamente nos projetos de consultoria e obras para Farmácia e nos projetos de Consultoria e Implementação de Software para o Sector da Saude. Por sua vez no segmento dos Outros Mercados, estas situações são visíveis em projetos relativos a contratos de manutenção e licenciamento, onde o licenciamento é adquirido a terceiros num momento inicial, e o seu gasto vai sendo reconhecido durante o período da licença, em paralelo com o reconhecimento do rédito global associado a uma prestação de serviços única de licenciamento e manutenção, ocorrendo a faturação em momentos distintos durante a vida do contrato, bem como nos projetos de consultoria tecnológica, onde a tipologia dos contratos estabelecidos com clientes, produz impacto essencialmente ao nível da rúbrica de acréscimos de rendimentos, com o reconhecimento do rédito realizado de acordo com a evolução dos serviços apresentados, e os eventos de faturação calendarizados em função da concretização de determinados eventos do projeto.

17. Ativos de operações descontinuadas e passivos relacionados

(VALORES EM EUROS)

ATIVOS DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	31-12-2016	31-12-2015	VARIAÇÃO
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	94	4.535.954	(4.535.859)
Goodwill	-	-	-
Ativos fixos Intangíveis	-	-	-
Outros Investimentos Financeiros	412	229	183
Contas a receber de clientes e outros devedores	-	-	-
Ativos por Impostos Diferidos	-	53.871	(53.871)
	506	**4.590.053**	**(4.589.546)**
Corrente			
Inventários	-	14.056	(14.056)
Contas a receber de clientes e outros devedores	206.955	65.804	141.151
Caixa e equivalentes de caixa	91.508	316.277	(224.768)
Acréscimos e diferimentos ativos	39.938	28.971	10.967
	338.402	**425.108**	**(86.706)**
Ativos operações descontinuadas	**338.908**	**5.015.161**	**(4.676.252)**
PASSIVOS DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
Não corrente			
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	-	-	-
Empréstimos	-	1.516.666	(1.516.666)
Acréscimos e diferimentos passivos	-	-	-
Provisões para outros passivos e encargos	157.809	-	(157.809)
Passivos por Impostos Diferidos	-	-	-
	157.809	**1.516.666**	**(1.674.475)**
Corrente	**-**		
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	206.071	64.668	(270.739)
Empréstimos	-	284.376	(284.376)
Acréscimos e diferimentos passivos	65.765	170.097	(235.862)
	271.836	**519.141**	**(790.977)**
Passivos operações descontinuadas	**429.644**	**2.035.807**	**(2.465.452)**

A variação de comparativos está essencialmente relacionada com o facto da subsidiária Glintt Energy, S.A. ter concluído, no final de 2016, a venda dos ativos fixos, tangíveis e intangíveis que compõem a Central Fotovoltaica em Évora, bem como a posição contratual em contratos relativos à exploração desses ativos e as respetivas licenças de produção e exploração.

Neste contexto, e em termos de apresentação de contas, foram reexpressadas as contas de 2015 para melhor comparação com as de 2016. As operações, fluxos de caixa, ativos e passivos respeitantes às empresas descontinuadas foram reclassificados para operações descontinuadas.

18. Capital social

	Nº DE AÇÕES	CAPITAL SOCIAL	PRÉMIO DE EMISSÃO	AÇÕES PRÓPRIAS	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2015	**86.962.868**	**86.962.868**	**10.255.221**	**0**	**97.218.089**
Em 31 de dezembro de 2016	**86.962.868**	**86.962.868**	**10.255.221**	**0**	**97.218.089**

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é representado por 86.962.868 ações ordinárias de valor nominal de 1 euro, detido pelas seguintes entidades:

ACIONISTAS	Nº DE AÇÕES	% DO CAPITAL	% DOS DIREITOS DE VOTO
Farminveste 3- Gestão de Participações SGPS, Lda (a)	66.075.974	75,98	75,98
José Ribeiro Gomes	2.600	2,98	2,98
Restantes acionistas	20.883.294	21,04	21,0

19. Reservas e resultados acumulados

	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	RESERVAS CONVERSÃO CAMBIAL	RESULTADOS RETIDOS	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL
Em 1 de janeiro de 2015	**1.844.801**	**16.823.915**	**(601.446)**	**5.203.439**	**193.644**	**23.464.355**
Aplicação resultado exercício anterior	-	3.633.522	-	(3.633.522)	-	-
Out.ganhos/perdas reconhecidos diret. capital próprio	-	-	(559.372)	(138.441)	(158.032)	(855.845)
Resultado liquido do ano	-	-	-	(46.259.957)	160.932	(46.099.026)
Em 31 de dezembro de 2015	**1.844.801**	**20.457.438**	**(1.160.818)**	**(44.828.481)**	**196.543**	**(23.490.517)**
Em 1 de janeiro de 2016	**1.844.801**	**20.457.438**	**(1.160.818)**	**(44.828.481)**	**196.543**	**(23.490.517)**
Aplicação resultado exercício anterior	39.275	3.619.662	-	(3.658.937)	-	-
Out.ganhos/perdas reconhecidos diret. capital próprio	-	(46.845)	(201.744)	2.087	(77.242)	(323.744)
Resultado liquido do ano	-	-	-	383.273	192.885	576.157
Em 31 de dezembro de 2016	**1.884.076**	**24.030.255**	**(1.362.562)**	**(48.102.058)**	**312.185**	**(23.238.103)**

De acordo com a legislação em vigor, as empresas sediadas em Portugal são obrigadas a transferir para a rubrica de Reserva legal um mínimo de 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída aos acionistas, podendo no entanto ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada no capital social.

As outras reservas respeitam a reservas livres constituídas através das transferências de resultados líquidos de exercícios anteriores.

Na rúbrica Reservas de Conversão Cambial, está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional da conversão das demonstrações financeiras das filiais expressas em moeda estrangeira, decorrente de alteração do câmbio respetivo.

20. Contas a pagar a fornecedores e outros credores

	31-12-2016	31-12-2015
Não corrente		
Fornecedores	-	87.740
Outros credores	316.226	176.867
	316.226	**264.607**
Corrente		
Fornecedores	7.716.849	6.957.838
Estado e outros entes públicos	3.613.147	4.335.482
Colaboradores	112.934	312.503
Outros credores	5.501.336	4.019.155
Total de contas a pagar a fornecedores e outros credores	**16.944.266**	**15.624.977**

O montante referente à rubrica de Estado e outros entes públicos respeita a IVA a pagar (1.205.567 euros), a retenções de IRS e TSU (1.641.066 euros) e a IRC (680.430 euros).

Não existem dívidas em mora ao estado (Autoridade Tributária e Segurança Social) em 31 de dezembro de 2016.

21. Empréstimos

	31-12-2016	31-12-2015
Não corrente		
Dividas a instituições financeiras	17.138.230	19.684.573
Credores por locação financeira	73.395	88.978
	17.211.625	**19.773.552**
Corrente		
Dividas a instituições financeiras	23.657.037	22.738.360
Credores por locação financeira	15.830	15.685
Adiantamento de factoring	1.956.428	1.257.224
	25.629.294	**24.011.269**

Os valores constantes da rubrica “dívidas a instituições financeiras” são referentes a linhas de crédito autorizadas que não se encontram totalmente utilizadas.

O montante em divida para com as instituições financeiras teve o movimento que se segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Saldo Inicial	42.422.933	43.477.885
Reforços	79.220.556	74.748.485
Amortizações	(80.848.222)	(75.803.437)
Saldo Final	**40.795.267**	**42.422.933**

As variações ocorridas em 2016 decorrem fundamentalmente de utilizações e amortizações das contas correntes caucionadas.

A média das taxas de juro efetivas à data do balanço eram as seguintes:

	31-12-2016	31-12-2015
Dividas a instituições de crédito	4,03%	4,36%
Credores por locação financeira	2,50%	1,86%
Factoring	2,23%	2,57%

22. Acréscimos e diferimentos passivos

	31-12-2016	31-12-2015
Não corrente		
Rendimentos diferidos		
Outros rendimentos diferidos (subsídios ao investimento)	812.573	1.514.789
	812.573	**1.514.789**
Corrente		
Acréscimo de gastos		
Gastos com pessoal	3.439.906	4.216.382
Projetos em curso	2.975.490	3.283.179
Trabalhos especializados	971.908	392.512
Outros	279.787	1.289.953
Juros bancários	510.918	153.893
Comunicações	50.595	48.464
Publicidade	37.132	46.141
Seguros a liquidar	122.460	18.799
	8.388.197	**9.449.322**
Rendimentos diferidos		
Projetos em curso	3.933.080	6.732.308
Outros rendimentos diferidos	485.391	41.162
	4.418.471	**6.773.470**
	12.806.668	**16.222.793**

A rubrica de Gastos com pessoal refere-se aos montantes a liquidar referentes a férias, subsídios de férias e bónus (conforme Nota 2.19).

Os Rendimentos diferidos derivam essencialmente da tipologia de contratos, onde há lugar a faturação e pagamento antecipado, com referência à data da realização dos trabalhos que ocorre em momento posterior. São exemplos, os contratos de prestação de serviços de consultoria, comumente faturados em determinada percentagem do seu valor global aquando da adjudicação, bem como na área de Managed Services, onde há lugar à faturação antecipada de alguns contratos de manutenção anual.

Por sua vez, os acréscimos de gastos, surgem sobretudo na área dos Managed Services dado que grande parte dos gastos a incorrer resultam de trabalhos efetuados por entidades externas (contratos de manutenção back-to-back), os quais são faturados e pagos à posteriori.

Na seguinte tabela resumem-se os montantes por tipologia de projeto e segmento operacional:

	OUTROS MERCADOS		SAÚDE		TOTAL	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Obras e Robótica	-	-	658.971	818.014	658.971	818.014
Consultoria e Serviços	105.224	2.433.732	2.040.676	1.313.299	2.145.900	3.747.030
Suporte e Manutenção	476.260	1.528.881	651.948	638.382	1.128.209	2.167.263
Rendimentos Diferidos	**581.485**	**3.962.613**	**3.351.595**	**2.769.695**	**3.933.080**	**6.732.308**
Obras e Robótica	-	-	1.033.639	712.898	1.033.639	712.898
Consultoria e Serviços	485.530	804.567	1.249.071	1.504.531	1.734.601	2.309.099
Suporte e Manutenção	91.677	169.789	115.573	91.393	207.251	261.183
Acréscimos de Gastos	**577.207**	**974.357**	**2.398.283**	**2.308.823**	**2.975.490**	**3.283.179**

23. Provisões para outros passivos e encargos

	SALDO EM 01-01-16	TRANSFERÊNCIAS	REFORÇO	UTILIZAÇÃO	SALDO EM 31-12-2016
Reestruturação					
Filial Solservice [a]	650.000	-	101.872	(5.786)	746.086
Filial Glintt Polska [a]	579.000	-	-	(39.028)	539.972
	1.229.000	**-**	**101.872**	**(44.814)**	**1.286.058**
Outros Riscos e Encargos					
Filial Glintt Angola	4.000.000	-	-	(1.533.475)	2.466.525
Farmaplus	-	-	294.000	-	294.000
Garantia claus. 11.nº1 contrato venda HCCM [a]	262.875	-	-	-	262.875
Outros	326.407	-	-	-	326.407
	4.589.282	**-**	**294.000**	**(1.533.475)**	**3.349.807**
	5.818.282	**-**	**395.872**	**(1.578.289)**	**4.635.865**

[a] A contrapartida destes movimentos de provisões na demonstração de resultados encontra-se refletida na rúbrica de perdas com operação descontinuadas, de acordo com a IAS1/IRFS 5 (Nota 35)

24. Passivos por Impostos Diferidos

No que respeita a Passivos por Impostos Diferidos, os movimentos ocorridos no exercício foram os seguintes:

31-12-2016	SALDO INICIAL	RECLASS.	EFEITOS EM RESULTADOS	EFEITOS CAPITAIS PRÓPRIOS	SALDO EM FINAL
Dif. entre criterio fiscal e contabilistico- Ativos Tangíveis	42.444	-	(6.223)	-	36.221
Dif. entre criterio fiscal e contabilistico- Reconh. Rédito	18.101	-	(2.140)	-	15.961
Dif. entre criterio fiscal e contabilistico- Software	257.141	-	(64.286)	-	192.855
Dif. entre criterio fiscal e contabilistico- Carteira de Clientes	8.718.855	-	(942.076)	-	7.776.779
	9.036.541	**-**	**(1.014.725)**	**-**	**8.021.816**

31-12-2015	SALDO INICIAL	RECLASS.	EFEITOS EM RESULTADOS	EFEITOS CAPITAIS PRÓPRIOS	SALDO EM FINAL
Dif. entre criterio fiscal e contabilistico- Ativos Tangíveis	1.310	-	(1.310)	-	-
Dif. entre criterio fiscal e contabilistico- Ativos Tangíveis	56.605	-	(14.161)	-	42.444
Dif. entre criterio fiscal e contabilistico- Reconh. Rédito	53.179	-	(35.078)	-	18.101
Dif. entre criterio fiscal e contabilistico- Software	321.427	-	(64.286)	-	257.141
Dif. entre criterio fiscal e contabilistico- Carteira de Clientes	8.843.624	-	(124.769)	-	8.718.855
	9.276.145	**-**	**(239.604)**	**-**	**9.036.541**

25. Rédito das Vendas e dos Serviços Prestados

	31-12-2016	31-12-2015
Venda de bens		
Mercado interno	10.367.801	12.613.496
Mercado comunitário	2.206.711	2.648.464
Mercado extracomunitário	562	438.482
	12.575.074	**15.700.442**
Prestação de serviços		
Mercado interno	36.613.280	37.786.657
Mercado comunitário	15.422.085	12.175.094
Mercado extracomunitário	1.484.094	3.129.209
	53.519.460	**53.090.960**
Total vendas e prestação de serviços	**66.094.534**	**68.791.402**

26. Custo das Vendas

	31-12-2016	31-12-2015
Saldo Inicial	858.934	939.800
Compras	8.123.489	10.517.023
Regularizações	(12.228)	(105.619)
Movimentos de Acréscimos	541.481	432.962
Saldo final	985.290	858.934
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	**8.526.386**	**10.925.232**

27. Subcontratos

	31-12-2016	31-12-2015
Serviços profissionais	6.784.671	7.530.115
Serviços de suporte e manutenção	2.782.979	2.526.212
Outros subcontratos	2.209.442	2.209.334
	11.777.091	**12.265.660**

28. Fornecimentos e serviços externos

	31-12-2016	31-12-2015
Rendas e alugueres	2.976.709	2.899.695
Transportes, desloc. e representação	1.693.789	2.173.457
Trabalhos especializados	3.129.818	1.902.292
Eletricidade, água, combustíveis	809.934	773.709
Outros fornecimentos e serviços	796.492	1.114.049
Comunicação	392.084	385.647
Publicidade e propaganda	564.266	483.247
Comissões e honorários	185.205	43.165
Conservação e reparação	417.043	311.459
	10.965.340	**10.086.721**

A rubrica de Rendas e alugueres inclui o registo das locações operacionais.

Os compromissos assumidos com locações operacionais e respetivos prazos de maturidade encontram-se reportados na Nota 3.2.

29. Gastos com o pessoal

	31-12-2016	31-12-2015
Remunerações dos orgãos sociais	852.729	959.914
Remunerações dos colaboradores	24.068.970	24.418.331
Encargos sobre remunerações	5.347.236	5.260.699
Outros gastos com o pessoal	748.144	600.998
Custos de reestruturação	1.047.053	961.993
	32.064.132	**32.201.935**

O Grupo tinha ao seu serviço, a 31 de dezembro de 2016, 919 colaboradores (2 colaboradores afectos a operações descontinuadas). Em 31 de dezembro de 2015 o número de colaboradores era de 955 (incluía 14 colaboradores de operações descontinuadas).

30. Outros ganhos e perdas - líquidas

	31-12-2016	31-12-2015
Impostos	320.190	(71.111)
Coimas	(257.450)	(176.220)
Resultados na venda de ativos fixos	1.976	22.605
Rendimentos suplementares	1.018.209	321.488
Subsidios à exploração	129.311	204.453
Trabalhos para a própria empresa	1.974.333	1.944.640
Out. ganhos/perdas liquidos	781.021	84.069
	3.967.590	**2.329.923**

A rubrica de Trabalhos para a própria empresa originou o reconhecimento de ativos intangíveis, conforme detalhado na nota 10 (Intangíveis desenvolvidos internamente).

31. Depreciações e amortizações

	31-12-2016	31-12-2015
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	90.689	117.352
Equipamento básico	122.673	134.173
Equipamento de transporte	15.296	51.272
Equipamento administrativo	184.129	154.201
Outras imobilizações corpóreas	5.086	6.362
	417.872	**463.358**
Ativos intangíveis		
Propriedade industrial e outros direitos	15.402	872.163
Intangiveis desenvolvidos internamente	1.742.527	1.959.619
Intangíveis concentração atividades(vida útil finita)	214.285	214.285
	1.972.214	**3.046.067**
	2.390.086	**3.509.424**

Verificou-se uma variação significativa na rubrica de amortizações, dado que em 2015, devido a desinvestimento em ativos de menor valor acrescentado foram efetuados write-offs de ativos intangíveis, essencialmente do software Apollo e Mac.

32. Perdas por Imparidade

	31-12-2016	31-12-2015
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	188.540	415.896
Clientes	363.453	171.644
Outros devedores	-	164.284
Inventários	(33.711)	402.046
Instrumentos financeiros	470	3
	518.752	**1.153.873**

33. Resultados financeiros

	31-12-2016	31-12-2015
Juros obtidos	-	1.426
Diferenças de câmbio favorável	55.205	109.509
Descontos de pronto pagamento conced/obtidos	(1.169)	1.574
Outros ganhos financeiros	29.026	24.972
Juros suportados	(2.237.048)	(2.491.886)
Diferenças de câmbio desfavorável	(76.633)	-
Outras perdas financeiras	(644.363)	(727.105)
	(2.874.981)	**(3.081.509)**

34. Impostos sobre resultados

O Grupo apresenta um resultado contabilístico antes de impostos no montante de 2.479 mil euros, tendo sido apurado um valor de imposto de 268 mil euros.

O montante de imposto contabilizado em 2016 tem a seguinte decomposição:

DECOMPOSIÇÃO IMPOSTO DO EXERCICIO	31-12-2016	31-12-2015
Imposto a pagar	1.528.230	1.857.818
Impostos Diferidos Ativos	(1.164.734)	(1.376.708)
Impostos Diferidos Passivos	(1.014.725)	(190.267)
IRC ex anteriores	383.318	0
	(267.911)	**290.843**

No que respeita aos Impostos diferidos ativos, os movimentos ocorridos foram os seguintes:

	31-12-2016	31-12-2015
Saldo inicial	4.341.188	3.760.992
Reforço	1.649.539	1.716.572
Regularizações	248.905	(312.261)
Redução	(500.703)	(824.115)
Saldo final	**5.738.929**	**4.341.188**

A taxa média efetiva de imposto difere da taxa nominal, nomeadamente devido a:

	31-12-2016	31-12-2015
Resultado antes de impostos	2.478.831	(5.939.772)
Taxa nominal de imposto	**21,00%**	**21,00%**
Imposto esperado	520.555	(1.247.352)
Diferença taxa imposto	221.492	78.624
Diferenças permanentes (a)	99.450	1.260.232
Diferenças temporárias	(943.919)	571.150
Impacto operações descontinuadas com efeito fiscal	(534.823)	(998.719)
Ajustamentos à colecta:		
- Derrama sobre Lucro Tributável	15.076	8.166
- Tributações autónomas	213.894	373.491
- Beneficios fiscais	(242.954)	245.250
- IRC exercicios anteriores	383.318	-
	(267.911)	**290.843**
Taxa efectiva de imposto	**-10,81%**	**-4,90%**
O imposto sobre o rendimento do período tem a seguinte composição:		
Imposto corrente	1.528.230	1.857.818
Imposto diferido	(2.179.459)	(1.566.975)
IRC ex. anteriores	383.318	-
	(267.911)	**290.843**
(a) Este valor respeita essencialmente a :		
ALD	-	-
Amortizações, provisões e imparidades	237.110	5.528.957
Correcções relativas a exercícios anteriores	252.831	110.992
Insuficiencia/Excesso de estimativa para impostos	(327.223)	20.542
Multas, coimas, juros compensatórios	4.585	1.372
Outros	306.269	339.243
	473.572	**6.001.106**
Impacto fiscal	**99.450**	**1.260.232**

A linha da diferença de taxa de imposto deve-se à existência de filiais noutros países, nomeadamente em Espanha, Angola e Brasil, onde a taxa de imposto é superior – entre 25% e 30%.

35. Perdas com operações descontinuadas

(VALORES EM EUROS)

	31-12-2016	31-12-2015	VARIAÇÃO
Vendas	-	1.227.049	(1.227.049)
Prestação de serviços	682.748	17.126.386	(16.443.638)
Total das Vendas e Prestação de Serviços	**682.748**	**18.353.435**	**(17.670.687)**
Custo das vendas	(10.151)	(1.265.662)	1.255.511
Subcontratos	(26.816)	(2.660.379)	2.633.563
Margem Bruta	**645.781**	**14.427.394**	**(13.781.613)**
Fornecimentos e serviços externos	(180.536)	(2.386.737)	2.206.201
Gastos com pessoal	(254.380)	(12.081.432)	11.827.052
Outros ganhos e perdas- líquidas	(1.867.295)	215.011	(2.082.306)
Resultado operacional bruto	**(1.656.430)**	**174.235**	**(1.830.666)**
Depreciações e amortizações	(225.818)	(825.353)	599.535
Provisões	(213.906)	(1.491.875)	1.277.969
Perdas por imparidade	150.151	(10.170.697)	10.320.849
Resultado operacional	**(1.946.003)**	**(12.313.690)**	**10.367.687**
Resultados financeiros	(64.099)	(794.262)	730.163
Ganhos/Perdas em alienação participações	-	(25.984.462)	25.984.462
Resultados antes de impostos das operações descontinuadas	**(2.010.102)**	**(39.092.414)**	**37.082.312**
Imposto sobre lucros	(160.482)	(775.996)	615.514
Resultados depois de impostos das operações descontinuadas	**(2.170.584)**	**(39.868.410)**	**37.697.826**

As perdas com operações alienadas e descontinuadas, atingiram em 2015 os 39,9 Milhões de Euros, quase exclusivamente decorrentes do desreconhecimento de goodwill.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados das operações descontinuadas

	31-12-2016	31-12-2015 REEXPRESSO
Fluxo de atividades operacionais	**351.271**	**1.899.028**
Fluxo atividades de investimento	**2.400.000**	**99.987**
Fluxo atividades de Financiamento	**(2.960.538)**	**3.180.246**
Efeito das diferenças de câmbio	(15.500)	(17.980)
Variações de caixa e seus equivalentes	**(224.768)**	**5.161.281**
Caixa e seus equivalentes- início do exercício	316.277	542.984
Caixa e seus equivalentes- à data da alienação	-	5.387.988
Caixa e seus equivalentes- fim do exercício	91.508	316.277

36. Resultados por ação

Básico

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no lucro atribuível aos acionistas ordinários dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período, excluindo ações ordinárias compradas pelo Grupo e detidos como ações próprias.

	31-12-2016	31-12-2015
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas ordinários	383.273	(46.259.957)
Nº médio ponderado de ações ordinárias	86.962.868	86.962.868
Resultado por ação- básico- euros	0,004	-0,532

Diluído

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

37. Compromissos

Os compromissos financeiros que não figuram no balanço referentes a garantias bancárias prestadas a terceiros destinadas a servir de caução aos projetos em curso, são discriminados como segue:

DESCRIÇÃO	31-12-2016	31-12-2015
Hewlett- Packard International Bank plc	3.019.492	4.370.902
HCCM Outsourcing Investment SA	788.625	1.051.500
BCP	-	200.000
TD Tech Data Portugal, Lda.	200.000	200.000
Promed International Health LTD	-	155.518
Petróleos de Portugal- Petrogal, S.A.	142.230	142.230
Cit Group (Portugal)- Renting, Lda.	-	95.637
Ministério dos Negócios Estrangeiros	-	93.973
PT.COM- Comunicações Interactivas, S.A.	-	54.920
CATVP- TV Cabo Portugal, S.A.	-	51.619
PT Comunicações, S.A.	28.636	46.650
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	28.504	25.767
HPP Saúde- Parcerias Cascais, S.A.	25.000	25.000
CSI Intelirent	-	24.567
TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	17.493	21.978
Metropolitano de Lisboa, E.P.	19.274	19.274
CEIOTAN	17.433	17.433
Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.E.P.	16.692	16.692
Banco de Portugal	12.570	12.570
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas IP	12.511	15.255
Outras garantias	27.470	59.238
Total garantias prestadas	**4.355.931**	**6.700.723**

- Em dezembro de 2012, a empresa contraiu um empréstimo de 19,5 milhões de euros junto do Novo Banco (Antigo BES). Este foi concedido com a finalidade de amortizar totalmente os restantes empréstimos que a empresa detinha com o Novo Banco e o restante para apoio ao investimento. Por garantia deste financiamento, foram dadas de penhor as ações da Consoft, empresa espanhola adquirida em 2011 pela Glintt. Na presente data, o empréstimo em questão encontra-se liquidado mediante formalização, a 17 de Março de 2017 de novo empréstimo de MLP junto da mesma instituição, tendo sido liberto o penhor sobre as ações da Consoft a partir daquela data. A operação formal de libertação de penhor encontra-se em curso na presente data, tenho o Novo Banco assumido compromisso de concluir a libertação em 30 dias a contar daquela data.
- Durante o exercício de 2015, com a venda das áreas não core à sociedade HCCM constitui-se uma garantia bancária no valor de 1.051.000 euros, a qual foi reduzida em 2016, e nos termos do contrato, para 788.625 euros, e conforme se atualiza na tabela acima.

38. Eventos após a data de balanço

Após data de encerramento não se revelaram eventos que possam ter impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, com exceção do processo de reestruturação de dívida cujos principais efeitos se dão conhecimento na nota 3.2.

39. Partes relacionadas

Transações relevantes com entidades relacionadas

As transações e saldos entre a Glintt, S.A. e as empresas do Grupo, que são partes relacionadas, foram eliminadas no processo de consolidação, não sendo objeto de divulgação na presente nota.

Durante o exercício de 2016 foram efetuadas transações com outras partes relacionadas, que envolveram as seguintes entidades e montantes:

				31-12-2016
ENTIDADES RELACIONADAS	RÉDITOS	GASTOS	SALDOS DEVEDORES	SALDOS CREDORES
Farminveste, SA	958.218	750.895	-	595.940
Alliance Healthcare, SA	544.322	-	142.622	-
Assoc. Nacional Farmácias	567.859	69.723	95.486	13.972
Finanfarma- Soc. Fact., SA	40.276	112.452	-	-
Farmácias	104.818	-	164.780	-
Imofarma	2.090	845.994	2.571	520.563
Farminveste 4- Serviços,S.A.	1.065.957	1.797.121	241.386	802.318
Outras entidades	317.140	85.968	26.303	69.624
	3.600.679	**3.662.152**	**673.148**	**2.002.417**

				31-12-2015
ENTIDADES RELACIONADAS	RÉDITOS	GASTOS	SALDOS DEVEDORES	SALDOS CREDORES
Farminveste, SA	1.637.298	200.254	368.996	44.369
Alliance Healthcare, SA	204.662	-	28.108	-
Assoc. Nacional Farmácias	198.291	69.768	69.468	-
Finanfarma- Soc. Fact., SA	169.544	68.414	32.967	-
Farmácias	130.529	-	286.667	-
Imofarma	-	633.819	-	-
Jutai	7.816	376.163	10.239	78.679
Outras entidades	428.144	61.364	81.662	53.584
	2.776.283	**1.409.783**	**878.106**	**176.632**

Remunerações de Administradores e Diretores

A política de remunerações da Glintt encontra-se divulgada no Relatório sobre o Governo da Sociedade, capítulo II.29 e seguintes.

No exercício de 2016, as remunerações pagas a Administradores e Diretores foram as seguintes:

	REMUNERAÇÕES FIXAS		REMUNERAÇÕES VARIÁVEIS		INDEMNIZAÇÃO	
	31-12-2016	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2015
GLINTT GIT						
Administradores executivos	588.128	789.026		205.191		161.205
Administradores não executivos	84.969	56.000		-		-
Diretores	527.748	580.473	107.749	50.567	105.292	12.672
Total	**1.200.845**	**1.425.499**	**107.749**	**255.758**	**105.292**	**173.877**
GLINTT GIT						
Orgão executivo	175.883	672.296		93.827		28.324
Diretores	624.699	459.985	207.943	137.235	52.000	80.576
Total	**800.582**	**1.132.280**	**207.943**	**231.062**	**52.000**	**108.900**

4.2.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. Demonstração Individual da Posição Financeira

(VALORES EM EUROS)

		31-12-2016	31-12-2015 (REEXPRESSO)
ACTIVO			
Não corrente			
Ativos fixos tangiveis	6	305.125	402.657
Goodwill	7	35.249.175	35.249.175
Outros ativos intangíveis	8	1.879.058	1.516.034
Participações financeiras em subsidiárias	9	71.500.020	69.356.564
Outros investimentos financeiros	10	90.277	72.504
Ativos por impostos diferidos	11	3.409.251	2.096.926
Contas a receber de clientes e outros devedores	13	10.257.819	10.236.025
Total do ativo não corrente		**122.690.725**	**118.929.885**
Corrente			
Inventários	12	-	7.890
Outras contas a receber	13	4.455.675	6.741.140
Acréscimos e diferimentos ativos	15	4.065.408	7.573.659
Caixa e depósitos bancários	14	445.430	55.935
Ativos operações descontinuadas	16	1.943.391	3.032.666
Total do ativo corrente		**10.909.905**	**17.411.290**
Total do ativo		**133.600.629**	**136.341.175**
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	17	86.962.868	86.962.868
Prémios de emissão	17	10.255.221	10.255.221
Outras reservas	18	2.507.524	2.507.524
Resultados transitados	18	(31.474.059)	5.514.492
Resultado retidos no período	18	4.287.707	(36.988.548)
Total do capital próprio		**72.539.261**	**68.251.557**
PASSIVO			
Não corrente			
Provisões	30	4.309.458	5.491.875
Outras contas a pagar	19	4.500.000	4.500.000
Empréstimos	20	12.235.957	16.714.126
Total do passivo não corrente		**21.045.415**	**26.706.001**
Corrente			
Outras contas a pagar a fornecedores e outros credores	19	24.954.450	25.281.344
Empréstimos	20	11.593.991	9.309.999
Acréscimos e diferimentos passivos	21	3.467.511	6.792.274
Total do passivo corrente		**40.015.952**	**41.383.617**
Total do passivo		**61.061.367**	**68.089.618**
Total do capital próprio e do passivo		**133.600.630**	**136.341.175**

2. Demonstração Individual dos Resultados

(VALORES EM EUROS)

		31-12-2016	31-12-2015
Vendas	22	503.710	1.229.050
Prestação serviços	22	10.972.309	12.259.890
Total das Vendas e Prestação de serviços		**11.476.019**	**13.488.940**
Custo das Vendas	23	(476.831)	(858.656)
Sucontratos	24	(1.985.637)	(2.602.373)
Margem bruta		**9.013.551**	**10.027.911**
Fornecimentos e serviços externos	25	(4.671.635)	(3.852.297)
Custos com pessoal	26	(9.959.945)	(10.741.775)
Outros ganhos e perdas líquidas	27	3.343.691	3.077.132
Resultado operacional bruto		**(2.274.338)**	**(1.489.029)**
Depreciações e amortizações	28	(347.003)	(939.284)
Imparidades	29	(352.497)	(38.881)
Provisões (aumentos/reduções)	30	1.239.475	(4.000.000)
Resultado operacional		**(1.734.363)**	**(6.467.194)**
Resultados Financeiros	31	5.593.293	2.435.618
Resultados antes de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas		**3.858.930**	**(4.031.576)**
Imposto sobre resultados	32	550.675	701.125
Resultados depois de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas		**4.409.605**	**(3.330.451)**
Perdas com operações descontinuadas	33	(121.898)	(33.658.097)
Resultado líquido do período		**4.287.707**	**(36.988.548)**
Resultado por ação (eur)			
Resultados básicos	34	0,049	(0,425)
Resultados diluídos	34		
		0,049	(0,425)

3. Demonstração Individual do Rendimento Integral

(VALORES EM EUROS)

OPERAÇÕES CONTINUADAS	31-12-2016	31-12-2015
Resultado operações continuadas	**4.409.605**	**(3.330.451)**
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio	-	-
Rendimento Integral do período operações continuadas	**4.409.605**	**(3.330.451)**
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		
Resultado Operações descontinuadas	**(121.898)**	**(33.658.097)**
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio	-	-
Rendimento Integral do período operações descontinuadas	**(121.898)**	**(33.658.097)**
Rendimento Integral total do período	**4.287.707**	**(36.988.548)**
Atribuível aos accionistas	**4.287.707**	**(36.988.548)**

4.Demonstração das Alterações do Capital Próprio

(VALORES EM EUROS)

	CAPITAL SOCIAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO DE AÇÕES	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS RETIDOS	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 1 janeiro de 2015	**86.962.868**	**10.255.221**	**1.844.801**	**564.286**	**5.612.929**	**105.240.105**
Resultado liquido do ano			98.437		(37.086.985)	(36.988.548)
Transferência de fusão						-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**86.962.868**	**10.255.221**	**1.943.238**	**564.286**	**(31.474.056)**	**68.251.557**
Saldo a 1 janeiro de 2016	**86.962.868**	**10.255.221**	**1.943.238**	**564.286**	**(31.474.056)**	**68.251.557**
Resultado liquido do ano	-	-	-	-	4.287.707	4.287.707
Saldo a 31 dezembro de 2016	**86.962.868**	**10.255.221**	**1.943.238**	**564.286**	**(27.186.352)**	**72.539.261**

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

(VALORES EM EUROS)

	31-12-2016	31-12-2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	15.322.991	14.378.734
Pagamentos a fornecedores	(8.536.048)	(7.792.652)
Pagamentos ao pessoal	(9.499.522)	(10.300.015)
Fluxo gerado pelas operações	**(2.712.579)**	**(3.713.934)**
Pagamentos/recebimentos imposto s/ rendimento	(67.899)	(460.831)
Outros pag./recebimentos relat ativ. Operacionais	(1.304.389)	(1.943.382)
	(1.372.288)	**(2.404.213)**
Fluxos de atividades operacionais [1]	**(4.084.867)**	**(6.118.147)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	7.010.000
SubTotal- recebimentos	**-**	**7.010.000**
Pagamentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	(89.544)	(558.000)
Ativos fixos tangíveis	(26.374)	(179.042)
SubTotal- pagamentos	**(115.918)**	**(737.042)**
Fluxos de atividades investimento [2]	**(115.918)**	**6.272.958**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	24.487.000	23.817.554
Empresas do Grupo	27.521.177	23.663.589
SubTotal- recebimentos	**52.008.177**	**47.481.143**
Pagamentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	(26.507.274)	(24.411.498)
Empresas do Grupo	(19.847.614)	(21.653.808)
Juros e custos similares	(1.063.009)	(1.557.753)
SubTotal- pagamentos	**(47.417.897)**	**(47.623.059)**
Fluxos de atividades financiamento [3]	**4.590.280**	**(141.916)**
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	**389.495**	**12.896**
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	55.935	43.039
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**445.430**	**55.935**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS ANO DE 2016

(valores em euros)

1.Informação Geral

A Glintt- Global Intelligent Technologies, S.A. (doravante Glintt GIT), foi constituída em dezembro de 1995 com o objetivo de definir, rever, e controlar a missão e as linhas de orientação estratégica do Grupo, tendo sido até Abril de 2012 uma sociedade gestora de participações sociais (SGPS). A partir daquela data a Glintt GIT deixou de ter a natureza de sociedade gestora de participações sociais e passou a desenvolver diretamente a atividade de consultoria em Tecnologias de Informação, em especial nos sectores da Banca, Seguros, Administração Publica e Utilities.

A empresa tem a sua sede na Quinta da Beloura – Beloura Office Park, Edifício 10, em Sintra, e encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra, com o nº único de contribuinte 503 541 320.

A sociedade encontra-se cotada na Euronext Lisbon, desde Junho de 1999, e está presente em três continentes, onde Portugal, Espanha, Angola, Brasil e recentemente Reino Unido e Irlanda se têm assumido como as principais geografias onde desenvolve as suas operações.

2. Sumário das políticas contabilísticas mais significativas

2.1. Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras referem-se à empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, tendo os investimentos financeiros sido registados ao valor de aquisição, tal como explicado na Nota 2.2. A empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão.

Os principais critérios contabilísticos aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritos abaixo. Estas políticas contabilísticas foram consistentemente aplicadas aos períodos aqui apresentados, salvo indicação contrária.

Em 2009, a Glintt GIT passou a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com IAS/IFRS, tal como adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais da Glintt GIT foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as Interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) ou pela anterior Standing Interpretations Committee (SIC) emitidas e vigentes à data da preparação das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato. Apesar de estas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, os resultados finais podem, em última instância, diferir destas estimativas.

2.2. Investimentos financeiros

Os investimentos nas empresas subsidiárias nas quais se detém o controlo, em empresas associadas, nas quais existe influência significativa e os outros investimentos são registados pelo valor do custo, reduzido das perdas de imparidade acumuladas.

As participações financeiras em empresas encontram-se detalhadas na Nota 9.

Os dividendos recebidos das empresas subsidiárias são registados como ganhos financeiros.

2.3. Conversão cambial

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações e da conversão, pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando diferido em capital próprio, se se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa.

2.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são compostos por equipamento administrativo e básico. Os ativos fixos tangíveis são relevados ao custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas. Considera-se como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do ativo ou são reconhecidos como um ativo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado. Todas as outras despesas de manutenção, conservação e reparação são registadas na demonstração dos resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante as suas vidas úteis estimadas como se segue:

	N.º DE ANOS
Equipamento administrativo	3 a 10
Equipamento básico	3

O valor residual de um ativo e a sua vida útil são revistos e ajustados, caso necessário, na data de cada balanço.

Quando a quantia registada de um ativo é superior ao seu valor recuperável, esta é ajustada imediatamente para o seu valor recuperável.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do período.

2.5. Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis da subsidiária/associada na data de aquisição.

O *goodwill* é apurado na data de aquisição numa base provisória e os justos valores dos ativos e passivos adquiridos e do custo de aquisição podem ser alterados até ao fim do exercício seguinte à data da aquisição.

O *goodwill* é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é relevado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do *goodwill* referente à mesma.

2.6. Imparidade de ativos

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos que são sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram relevados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia relevada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre justo valor do ativo, menos os custos de realização, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados pelo menor grupo identificável de ativos que geram influxos de caixa derivados do uso continuado e que sejam, em larga medida, independentes dos influxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (unidades geradoras de fluxos de caixa).

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se concluir que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com exceção das perdas de imparidade do goodwill). Esta análise é efetuada sempre que existem indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido.

A reversão de perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como outros ganhos e perdas operacionais. Contudo, a reversão de perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (liquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.7. Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas para imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade das contas a receber são estabelecidas quando há evidência objetiva de que a entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor da perda por imparidade é a diferença entre o valor apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efetiva. O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração dos resultados.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses e descobertos bancários.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Empréstimos”.

2.9. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão.

Quando a empresa adquire ações próprias, o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuível aos acionistas, e apresentado como ações próprias, até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando tais ações são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos acionistas.

2.10. Empréstimos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.11. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui o imposto corrente. Este é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data do balanço, considerando para os períodos intercalares a taxa anual efetiva de imposto estimado.

2.12. Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) a entidade tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor seja fiavelmente estimável. As provisões são revistas à data do balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

2.13. Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor dos serviços prestados, líquido de impostos e descontos.

2.14. Férias, Subsidio de férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

2.15. Ativos e Passivos contingentes

"Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação."

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.16. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.17. Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

Em 2016, passaram a ser de aplicação obrigatória novas normas e interpretações ou suas alterações, as quais não tiveram impacto significativo nos montantes reportados e divulgações efetuadas nestas demonstrações financeiras.

Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e já endossadas pela União Europeia, com entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2016:

- **Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014)** – Os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:
  - **IFRS 2 Pagamento com Base em Ações – *Definições de condições de aquisição***- As emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição ("vesting conditions") por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).
  - **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – *Contabilização da retribuição contingente*** – As emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requere que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser

apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.

- **IFRS 8 Segmentos Operacionais** – As emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii) apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.
- **IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis – *Modelo de revalorização*** – As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
- **IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas – *Serviços de pessoal-chave da gerência*** – As emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal--chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão.
- **IAS 38 Ativos intangíveis – *Modelo de valorização*** – As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.

» **IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014)**

- As emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.

» **Agricultura – Plantas destinadas à produção: Emendas à IAS 16 e à IAS 41 (Regulamento n.º 2015/2113, de 23 de novembro de 2015)**

- As emendas à IAS 16 e à IAS 41 vêm determinar que as plantas exclusivamente utilizadas para o cultivo de produtos ao longo de vários períodos, designadas de plantas destinadas à produção, passam a ser contabilizadas da mesma forma que os ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.

» **Emendas à IFRS 11 Acordos Conjuntos (Regulamento n.º 2015/2173, de 24 de novembro de 2015)**

- As emendas fornecem novas orientações sobre o tratamento contabilístico das aquisições de interesses em operações conjuntas cujas atividades constituem atividades empresariais, nomeadamente referindo que quando uma entidade adquire um interesse numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial, na aceção da IFRS 3, deve aplicar de forma proporcional à sua parte, todos os princípios de contabilização das concentrações de atividades empresariais definidos na IFRS 3 e noutras IFRS, que não entrem em conflito com a IFRS 11, e deve apresentar as informações nelas exigidas em relação às concentrações de atividades empresariais. Tal aplica-se à aquisição tanto do interesse inicial como de interesses adicionais numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial.

» **Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização: Emendas à IAS 16 e à IAS 38 (Regulamento n.º 2015/2231, de 2 de dezembro de 2015)**

- A emenda à IAS 16 vem clarificar que não é adequada a utilização de um método de depreciação de um ativo fixo tangível baseado nos proveitos gerados por uma atividade. Por outro lado, a emenda à IAS 38 vem clarificar que só em circunstâncias muito limitadas é que é possível ultrapassar a presunção de que um método de amortização de um ativo intangível baseado nos proveitos gerados pela atividade é inadequado.

» **Melhoramentos anuais: ciclo 2012-2014 (Regulamento n.º 2015/2343, de 15 de dezembro de 2015)**

Os melhoramentos incluem emendas a cinco normas internacionais de contabilidade, como segue:

- **IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e unidade operacionais descontinuadas** – As emendas vêm clarificar que se uma entidade reclassificar um ativo ou grupo para alienação diretamente de detido para venda para detido para distribuição aos proprietários, ou diretamente de detido para distribuição aos proprietários para detido para venda, a alteração na classificação passa a ser considerada uma continuação do plano inicial de alienação.
- **IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações** – Vem clarificar que as emendas introduzidas através do documento Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (Emendas à IFRS 7), devem ser aplicadas aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. As entidades devem apresentar as divulgações exigidas por essas emendas retroativamente. Vem ainda clarificar que quando uma entidade transfere um ativo financeiro, pode reter o direito ao serviço (de dívida) ao ativo financeiro em troca de comissões incluídas, por exemplo, num contrato por serviço. A entidade avalia o contrato por serviço para decidir se a entidade mantém um envolvimento continuado em resultado desse contrato para efeito dos requisitos de divulgação.
- **IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro**- As emendas a esta Norma estão diretamente relacionadas com as emendas efetuadas à IFRS 7 anteriormente referidas.

- **IAS 19 Benefícios dos Empregados** – As emendas vêm clarificar que para as moedas (passa a ser independente do país) para as quais não haja um mercado ativo em obrigações de alta qualidade de empresas, devem ser usados os rendimentos de mercado (no fim do período de relato) em obrigações governamentais expressas nessa moeda.
- **IAS 34 Relato Financeiro Intercalar** – As emendas vêm clarificar que as divulgações evidenciadas no parágrafo 16-A da IAS 34 devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada às demonstrações financeiras intercalares, em outras demonstrações que estejam disponíveis aos utentes das demonstrações financeiras nas mesmas condições e na mesma altura que as demonstrações financeiras intercalares. Se os utentes das demonstrações financeiras intercalares não têm acesso à informação incluída por referência cruzada nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar está incompleto.

» **Iniciativa de divulgação: Emendas à IAS 1 (Regulamento n.º 2015/2406, de 18 de dezembro de 2015)**
- As alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras visam melhorar a eficácia da divulgação e incentivar as empresas a aplicarem o seu julgamento profissional na determinação das informações a divulgar nas suas demonstrações financeiras aquando da aplicação da IAS 1.

» **Método da Equivalência Patrimonial no âmbito das Demonstrações Financeiras Separadas: Emendas à IAS 27 (Regulamento n.º 2015/2441, de 19 de dezembro de 2015)**
- As alterações à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas consistem em permitir que as entidades possam utilizar o método da equivalência patrimonial, tal como descrito na IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, para contabilizar os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas suas demonstrações financeiras separadas.

» **• Entidades de Investimento: Aplicar a Exceção à Consolidação - Alterações à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 28 (Regulamento n.º 2016/1073, de 22 de setembro de 2016)**
- Esta alteração vem clarificar uma série de aspetos da IFRS 10, da IFRS 12 e da IAS 28 relacionados com a exceção à consolidação aplicável às entidades de investimento.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2017

» **• IFRS 15: Rédito de Contratos com Clientes (Regulamento n.º 2016/1905, de 22 de setembro de 2016)**
- Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos". Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

» **IFRS 9: Instrumentos Financeiros (Regulamento n.º 2016/2067, de 22 de novembro de 2016)**
- A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A adoção desta norma acarreta, igualmente e em conformidade: (i) alterações das normas (IAS/IFRS) e interpretações (IFRIC/SIC): IAS 1, IAS 2, IAS 8, IAS 10, IAS 12, IAS 20, IAS 21, IAS 23, IAS 28, IAS 32, IAS 33, IAS 36, IAS 37, IAS 39, IFRS 1, IFRS 2, IFRS 3, IFRS 4 Contratos de Seguro, IFRS 5, IFRS 7, IFRS 13, IFRIC 2, IFRIC 5, IFRIC 10, IFRIC 12, IFRIC 16, IFRIC 19, SIC 27; e (ii) revogação da IFRIC 9 Reavaliação de Derivados Embutidos. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

2.18. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através da sua venda, ao invés de o ser do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando:

» A venda é altamente provável;
» O ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições;
» A gestão está comprometida com um plano de venda;
» É expectável que a venda se concretize num prazo de doze meses

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Entidade. A classificação de uma operação como descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda. Em 31 de dezembro de 2016 a Glintt classificou com operações descontinuadas as empresas Glintt Energy, cuja atividade principal dizia respeito exclusivamente ao desenvolvimento da central fotovoltaica que foi alienada durante o exercício de 2016 e as empresas Glintt Polska. Z.o.o. e Solservice Angola, S.A., cujos negócios haviam já sido descontinuados no exercício de 2015.

Ativos não correntes classificados como detidos para venda ou operações descontinuadas são mensurados ao menor custo entre o valor contabilístico ou respetivo justo valor deduzido dos custos a incorrer na venda.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas, erros e reexpressões efetuadas

Foram reexpressas e reclassificadas quantias comparativas, sendo que os efeitos nas demonstrações da posição financeira são apresentados nos quadros abaixos.

Impactos das reexpressões e reclassificações a 1 de janeiro de 2015

(VALORES EM EUROS)

ACTIVO	01 DE JANEIRO 2015 REEXPRESSO	REEXPRESSÃO	01 DE JANEIRO 2015
Não corrente			
Ativos fixos tangiveis	258.734		258.734
Goodwill	7.782.727		7.782.727
Outros ativos intangíveis	1.528.099		1.528.099
Participações financeiras em subsidiárias	96.423.012	(39.141.674)	135.564.686
Outros investimentos financeiros	54.216		54.216
Ativos por impostos diferidos	3.538.038	(948.440)	4.486.478
Contas a receber de clientes e outros devedores	6.000.000		6.000.000
Total do ativo não corrente	**115.584.826**	**(40.090.114)**	**155.674.939**
Corrente			
Inventários	2.090		2.090
Outras contas a receber	7.513.293	(2.039.072)	9.552.365
Acréscimos e diferimentos ativos	5.852.086		5.852.086
Caixa e depósitos bancários	43.039		43.039
Ativos operações descontinuadas	42.129.186	42.129.186	-
Total do ativo corrente	**55.539.694**	**40.090.114**	**15.449.580**
Total do ativo	**171.124.520**	**-**	**171.124.520**
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	86.962.868	-	86.962.868
Prémios de emissão	10.255.221	-	10.255.221
Outras reservas	2.409.087	-	2.409.087
Resultados transitados	3.644.196	-	3.644.196
Resultado retidos no período	1.968.734	-	1.968.734
Total do capital próprio	**105.240.106**	**-**	**105.240.106**
PASSIVO			
Não corrente			
Outras contas a pagar	4.500.000	-	4.500.000
Empréstimos	17.081.706	-	17.081.706
Total do passivo não corrente	**21.581.706**	**-**	**21.581.706**
Corrente			
Outras contas a pagar a fornecedores e outros credores	16.414.049	15.188.488	31.602.537
Empréstimos	9.575.881	-	9.575.881
Acréscimos e diferimentos passivos	3.124.292	-	3.124.292
Passivos operações descontinuadas	15.188.488	15.188.488	-
Total do passivo corrente	**44.302.710**	**30.376.976**	**44.302.710**
Total do passivo	**65.884.416**		**65.884.416**
Total do capital próprio e do passivo	**171.124.520**	**-**	**171.124.520**

Impactos das reexpressões e reclassificações a 31 de dezembro de 2015

(VALORES EM EUROS)

ACTIVO	31 DE DEZEMBRO 2015 REEXPRESSO	REEXPRESSÃO	31 DE DEZEMBRO 2015 PUBLICADO
Não corrente			
Ativos fixos tangiveis	402.657	-	402.657
Goodwill	35.249.175	-	35.249.175
Outros ativos intangíveis	1.516.034	-	1.516.034
Participações financeiras em subsidiárias	69.356.564	(50.000)	69.406.564
Outros investimentos financeiros	72.504	-	72.504
Ativos por impostos diferidos	2.096.926	-	2.096.926
Contas a receber de clientes e outros devedores	10.236.025	-	10.236.025
Total do ativo não corrente	**118.929.885**	**(50.000)**	**118.979.885**
Corrente			
Inventários	7.890	-	7.890
Outras contas a receber	6.741.140	(2.584.319)	9.325.459
Acréscimos e diferimentos ativos	7.573.659	(56.500)	7.630.159
Caixa e depósitos bancários	55.935	-	55.935
Ativos operações descontinuadas	3.032.666	2.690.819	341.847
Total do ativo corrente	**17.411.290**	**50.000**	**17.361.290**
Total do ativo	**136.341.175**	**0**	**136.341.175**
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	86.962.868	-	86.962.868
Prémios de emissão	10.255.221	-	10.255.221
Outras reservas	2.507.524	-	2.507.524
Resultados transitados	5.514.492	-	5.514.492
Resultado retidos no período	(36.988.548)	-	(36.988.548)
Outras variações no capital próprio	-		-
Capital, excluíndo interesses minoritários	**68.251.557**	**-**	**68.251.557**
Total do capital próprio	**68.251.558**	**-**	**68.251.557**
PASSIVO			
Não corrente			
Provisões	5.491.875	-	5.491.875
Outras contas a pagar	4.500.000	-	4.500.000
Empréstimos	16.714.126	-	16.714.126
Total do passivo não corrente	**26.706.001**	**-**	**26.706.001**
Corrente			
Outras contas a pagar a fornecedores e outros credores	25.281.344	-	25.281.344
Empréstimos	9.309.999	-	9.309.999
Acréscimos e diferimentos passivos	6.792.274	-	6.792.274
Total do passivo corrente	**41.383.617**	**-**	**41.383.617**
Total do passivo	**68.089.618**	**-**	**68.089.618**
Total do capital próprio e do passivo	**136.341.175**	**-**	**136.341.175**

As reexpressões efetuadas a 31 de dezembro de 2015, referem-se à reclassificação e mensuração na categoria de Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados com Ativos não correntes detidos para venda, de participações de capital em empresas associadas, impostos diferidos afetos à Glintt Energy e outras contas a receber e pagar, que se encontram mensuradas ao custo.

4. Gestão do risco financeiro

As atividades da empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro.

4.1. Risco de crédito

As principais fontes de risco de crédito são: caixa e equivalentes de caixa e exposição de crédito a clientes.

A nível de bancos e instituições financeiras, a empresa seleciona as contra partes com quem faz negócio atendendo à credibilidade das entidades.

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos a receber de clientes representavam a seguinte estrutura de antiguidade:

	TOTAL SALDO CLIENTES	SALDO SEM IMPARIDADE	SALDO EM IMPARIDADE	VALOR DA IMPARIDADE	SALDO LÍQUIDO CLIENTES
Valores Não Vencidos	1.643.587	1.643.587	-	-	1.643.587
De 1 a 180 dias	664.462	664.462	-	-	664.462
de 181 a 360 dias	15.893	13.236	2.657	2.160	13.733
de 361 a 720 dias	17.577	-	17.577	15.455	2.122
a mais de 720 dias	301.146	(14.637)	315.783	304.510	(3.364)
	2.642.665	**2.306.648**	**336.017**	**322.125**	**2.320.540**

Os valores evidenciados no quadro anterior correspondem aos valores em aberto face às respetivas datas de vencimento.

4.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção da caixa e depósitos bancários a um nível suficiente, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da empresa pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

A liquidez dos passivos financeiros remunerados originará os seguintes fluxos monetários:

	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 5 ANOS
Dívidas a instituições de crédito	11.593.991	12.235.957
ALD	281.365	656.841
	11.875.356	**12.892.798**

4.3. Risco de fluxos de caixa e de justo valor associados à taxa de juro

A exposição da empresa ao risco da taxa de juro, advém de aplicações em instituições financeiras e empréstimos obtidos. As aplicações em instituições financeiras assumem a natureza de curto prazo, pelo que os riscos de fluxos de caixa decorrentes de alterações na taxa de juro não assumem um carácter relevante.

Os empréstimos obtidos estão, de forma direta ou indireta, indexados a uma taxa de juro de referência, facto que expõe a entidade a riscos de cash-flow.

A exposição ao risco é analisada de forma dinâmica, realizando-se testes de sensibilidade a variações da taxa de juro, fundamentalmente à euribor, sendo que alterações na taxa de juro do mercado afetam ganhos ou perdas de instrumentos financeiros.

Baseadas nas simulações efetuadas a 31 de dezembro de 2016, uma subida ou descida de 50 pontos base nas taxas de juro teria um impacto negativo ou positivo nos resultados antes de impostos, mantendo tudo o resto constante, de cerca de 119 mil euros.

5. Estimativas contabilísticas e pressupostos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, os resultados finais podem, em última instância, diferir destas estimativas.

6.Ativos fixos tangíveis

	31-12-2016			31-12-2015		
	CUSTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Edifícios e outras construções	118.532	(6.637)	111.895	118.532	(4.050)	114.482
Equip. Básico	57.848	(54.553)	3.295	57.848	(50.960)	6.888
Equip. administrativo	799.851	(609.916)	189.935	780.715	(499.428)	281.287
	976.231	**(671.106)**	**305.125**	**957.095**	**(554.438)**	**402.657**

	SALDO EM 01-01-16	AQUISIÇÕES	CEDÊNCIA ACTIVOS	ABATES/ ALIENAÇÕES	SALDO EM 31-12-2016
Custo					
Edifícios e outras construções	118.532	-	-	-	118.532
Equip. Básico	57.848	-	-	-	57.848
Equip. administrativo	780.715	21.442	-	(2.306)	799.851
	957.095	**21.442**	**-**	**(2.306)**	**976.231**
Amortizações acumuladas					
Edifícios e outras construções	4.050	2.587	-	-	6.637
Equip. Básico	50.960	3.593	-	-	54.553
Equip. administrativo	499.428	112.333	-	(2.306)	609.916
	554.438	**118.513**	**-**	**(2.306)**	**671.106**

7. *Goodwill*

O valor de *Goodwill* existente à data de 31 de dezembro de 2016 ascende a 35.249.175 euros líquidos e diz respeito a:

EMPRESAS	VALOR
Bytecode	6.310.267
EHC	1.472.460
Eurociber	18.098.386
WEN	9.368.062
	35.249.175

8.Ativos intangíveis

	31-12-2016			31-12-2015		
	CUSTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Intang. desenv. Internam.	2.764.363	(1.088.012)	1.676.352	2.375.556	(859.522)	1.516.034
Propriedade Industrial e outros direitos	260.000	(260.000)	-	260.000	(260.000)	-
Ativos intangíveis em curso	202.706	-	202.706	-	-	-
	3.227.069	**(1.348.012)**	**1.879.058**	**2.635.556**	**(1.119.522)**	**1.516.034**

	SALDO EM 01-01-16	AQUISIÇÕES	CEDÊNCIA ACTIVOS	ABATES/ ALIENAÇÕES	SALDO EM 31-12-2016
Custo					
Intang. desenv. Internam.	2.375.556	388.807	-	-	2.764.363
Propriedade Industrial e outros direitos	260.000	-	-	-	260.000
Ativos intangíveis em curso	-	202.706	-	-	202.706
	2.635.556	**591.513**			**3.227.069**
Depreciações acumuladas					
Intang. desenv. Internam.	859.522	228.490	-	-	1.088.012
Propriedade Industrial e outros direitos	260.000	-	-	-	260.000
	1.119.522	**228.490**	**-**	**-**	**1.348.012**

Na rubrica de intangíveis desenvolvidos internamente, a 31 de dezembro de 2016, encontram-se relevados os projetos relacionados com o desenvolvimento interno de produtos próprios, conforme se descreve abaixo:

	31-12-2016			
	INVESTIMENTO	INVESTIMENTO LÍQUIDO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Glintt Content Management	35.000	35.000	35.000	-
Finance Glintt	70.000	70.000	70.000	-
Glintt Signature	10.625	10.625	10.625	-
Glintt Finance Care	153.460	153.460	38.365	115.095
GX BPM	1.074.165	1.074.165	175.535	898.630
MAC	1.046.088	1.046.088	441.584	604.504
Plataforma de beneficios	58.122	58.122	-	58.122
Appolo	316.903	316.903	316.903	-
	2.764.363	**2.764.363**	**1.088.012**	**1.676.351**

Comparativamente a 31 de dezembro de 2015, o detalhe dos projetos era o seguinte:

	31-12-2016			
	INVESTIMENTO	INVESTIMENTO LÍQUIDO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Glintt Content Management	35.000	35.000	35.000	-
Finance Glintt	70.000	70.000	56.000	14.000
Glintt Signatures	10.625	10.625	10.035	590
Glintt Finance Care	153.460	153.460	-	153.460
GX BPM	877.673	877.673	-	877.673
MAC	861.507	861.507	441.584	419.923
Plataforma de benefícios	50.388	50.388	-	50.388
Appolo	316.903	316.903	316.903	-
	2.375.556	**2.375.556**	**859.522**	**1.516.034**

Foram capitalizados no exercício 388.807 euros, relacionados com diversos projetos de consultoria, conforme a seguir se detalham:

PROJECTOS	INVESTIMENTO 2016
GX BPM	196.492
MAC	184.581
Plataforma de benefícios	7.734
	388.807

GX BPM

O GX é uma solução de BPM completamente diferenciadora que permite o aumento da produtividade, ligando processos, pessoas e documentos.

O GX atua como acelerador de processos e tem como principal foco agilizar e incrementar o uso de soluções BPM como base dos processos empresariais, em resultado da sua facilidade de utilização e rapidez de implementação (fast time to "market").

Através do GX BPM é possível obter resultados rápidos e transversais, permitindo também obter significativas reduções de custos quer através de melhorias processuais, de automatização de tarefas e da eliminação de redundâncias e desperdícios.

Quer isolado, quer integrado num programa mais vasto de BPM o GX BPM é um garante de retorno ao investimento, o qual se traduz positivamente componente de resultados, valor do negócio e satisfação dos diversos stakeholders.

O investimento reconhecido e respetivas previsões de venda são as seguintes:

			RÉDITOS PREVISTOS			
PROJECTO	INVESTIMENTO	TAXA AMORTIZAÇÃO	2017	2018	2019	2020
GX BPM	899.630	20%	671.100	1.638.000	1.163.000	1.163.000

A Administração definiu, baseada na experiencia do setor, uma vida útil finita de 5 anos.

gmac2 – Manutenção Assistida por Computador

O gmac.2 é a resposta da Glintt às solicitações do mercado para uma solução nacional inovadora de EAM. Este produto resulta da evolução da tradicional gestão da manutenção para uma gestão integrada de ativos. A revisão profunda dos processos de gestão e exploração traduziram-se numa solução que facilita e promove tomadas de decisão com base em métricas determinísticas e fiáveis dos indicadores.

- Multi-Organização- Possibilidade de criação de múltiplas Organizações e Instalações dentro de uma organização.
- Multi-Idioma – Suporte de várias línguas na interface com o utilizador e dados da aplicação.
- Multi-Divisa – Capacidade de trabalhar com várias moedas, tendo uma moeda base por Organização.
- Fluxos de Aprovação – Estados de entidades suportados por motor de aprovações.
- Material Requirement Planning – Otimização da gestão de inventário com base nas parametrizações de armazéns, pontos de encomenda, plano de consumo, roturas, etc.
- Monitorização de Ativos – Capacidade de integração online com plataformas de monitorização remota.
- Aplicação Móvel – Aplicação Android e iOS de gestão do trabalho.

A solução tem ainda os seguintes módulos funcionais:

- Ativos – Gestão de Equipamentos, Localizações, Sistemas, Modos de Falha de Equipamentos, Contadores Funcionais, Contadores Físicos, Grupos de Contadores, Transferência de Ativos, Contratos de Garantia, entre outros.
- Materiais – Gestão de Artigos, Ferramentas, Serviços Standard, Inventário, Requisições, Emissões, Devoluções, Transferências de Armazém, entre outros.
- Recursos Humanos – Gestão de Pessoas, Grupos, Mão-de-obra, Profissões, Equipas, Qualificações, Calendários, Turnos, entre outros.
- Compras – Gestão de Fornecedores, Pedidos de Compra, Encomendas, Contratos de Compras, Receção de Material, Conferência de Faturas, Avaliação de Fornecedores, entre outros.
- Trabalhos – Gestão de Ordens de Trabalho, Pedidos de Intervenção, Planos de Manutenção Preventiva, Planos de Inspeções, Rotas, Trabalhos Pré-Preparados, Planos de Lubrificação, Planos de Calibração de Equipamentos, Contratos de Serviços, SLA, Planos de Segurança, Perigos, Precauções, Lockout/TagOut, entre outros.
- Administração – Configurações Gerais da aplicação, parametrizações do sistema, Gestão de Utilizadores e Perfis, Moedas, Taxas de Câmbio, Unidades de Conversão, entre outros.
- Funcionalidades transversais:
  - Gestão de Imagens
  - Comentários
  - Anexos de Entidades
  - Relatórios
  - Notificações

O investimento reconhecido e respetivas previsões de venda são as seguintes:

			RÉDITOS PREVISTOS				
PROJECTO	INVESTIMENTO	TAXA AMORTIZAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021
gmac2	604.504	20%	381.000	510.750	740.125	777.663	874.951

A Administração definiu, baseada na experiencia do setor, uma vida útil finita de 5 anos.

Plataforma de Benefícios MAX

A Plataforma MAX é uma plataforma de benefícios desenvolvida pela Glintt em parceira com a NOS, que disponibiliza aos colaboradores das empresas clientes um conjunto de ofertas que lhes permite maximizar o valor líquido da sua remuneração variável pela poupança fiscal que obtêm (exemplos: ticket infância, cheque estudante, seguros, despesas de saúde, etc.).

Princípios de atuação da Plataforma MAX:

- Disponível a todos os colaboradores das empresas clientes, acessível 24h por dia, 7 dias por semana através da internet, com total segurança no acesso aos dados
- Ofertas competitivas e atrativas resultantes da negociação com fornecedores sob o princípio de volume e larga escala

- Serviço de back-office para apoio e suporte administrativo às empresas clientes e seus colaboradores (exemplos: esclarecimento de dúvidas, faturação, comunicação/ formação aos colaboradores, etc)
- Flexível e adaptável às necessidades específicas das empresas clientes

O investimento reconhecido e respetivas previsões de venda são as seguintes:

			RÉDITOS PREVISTOS		
PROJECTOS	INVESTIMENTO	TAXA AMORTIZAÇÃO	2017	2018	2019
Plataforma de Benefícios	58.122	33%	45.000	51.750	52.785

A Administração definiu, baseada na experiencia do setor, uma vida útil finita de 3 anos.

9. Investimentos em Associadas e Subsidiárias

A Glintt GIT, na elaboração das suas demonstrações financeiras individuais optou por contabilizar os seus investimentos em subsidiárias ao custo, reduzido das perdas de imparidade acumuladas.

EMPRESAS	CUSTO	PAÍS DA SEDE	% CAPITAIS DETIDOS
Glintt BS	43.242.630	Portugal	100%
SolS	3.751.957	Portugal	100%
Consoft	20.000.000	Espanha	100%
RHM	0	Portugal	100%
Glint España	500.000	Espanha	100%
Glintt Inov	2.506.190	Portugal	100%
Glintt Brasil	415.239	Brasil	99%
Glintt MSV, SA	1.000.000	Portugal	100%
Glintt Ireland	30.000	Irlanda	100%
Glintt UK	29.378	Reino Unido	100%
Sensing Evolution, Lda	24.626	Portugal	33%
	71.500.020		

O valor das participações engloba nomeadamente o valor do *goodwill* apurado aquando da aquisição, por diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos da subsidiária na data de aquisição. Os testes de imparidade são detalhados na nota 9 do grupo 4.1.

A Glintt GIT detém 100% do capital da Glintt Polska, e Glintt Energy cujos valores de investimento são de 23.093 euros e 50.000 euros respetivamente. Conforme decisão da gestão para a descontinuidade da atividade na Polónia e da Glintt Energy, de acordo com a IFRS 5 o valor da participação financeira foi reclassificado para a rúbrica de Ativos não correntes detidos para venda.

					2016
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	SALDO INICIAL	ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIA PARA ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	PERDAS POR IMPARIDADE RECONHECIDAS	SALDO FINAL
Glintt BS	43.242.630	-	-	-	43.242.630
SolS	4.103.108	-	-	(351.151)	3.751.957
Consoft	20.000.000	-	-	-	20.000.000
RHM	89.397	182.757	-	(272.154)	-
Glint España	500.000	-	-	-	500.000
Glintt Inov	1.006.190	1.500.000	-	-	2.506.190
Glintt Brasil	415.239	-	-	-	415.239
Glintt MSV, SA	-	1.000.000	-	-	1.000.000
Glintt Ireland	-	30.000	-	-	30.000
Glintt UK	-	29.378	-	-	29.378
Sensing Evolution, Lda	-	24.626	-	-	24.626
	69.356.564	**2.766.761**	**-**	**(623.306)**	**71.500.020**

A participada RHM encontra-se na presente data em processo de liquidação, tendo por isso sido ajustado o valor da participação, através do registo da respetiva perda por imparidade.

10. Outros Investimentos financeiros

A 31 de dezembro de 2016 a rubrica de "Outros investimentos financeiros" era composta por uma participação de 6,96%, no valor de 40.000 euros, na Sociedade Parque Ciência e Tecnologia do Alentejo, S.A., uma participação de 0,01% no valor de 5.000 euros na sociedade LISGARANTE- Sociedade de Garantia Mútua, S.A., e por 45.277 euros que respeitam a um fundo de compensação do trabalho, criado em 2013.

ENTIDADE	SEDE SOCIAL	%	31-12-2016	31-12-2015
Parque Ciência e Tecnologia do Alentejo, S.A.	Évora	6,96%	40.000	40.000
LISGARANTE- SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.	Lisboa	0,01%	5.000	5.000
OUTRAS- Fundo Compensação do Trabalho			45.277	27.504
			90.277	**72.504**

11. Ativos por impostos diferidos

O Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) da Glintt GIT e suas subsidiárias com sede no território nacional é calculado e apurado no âmbito do Regime especial de tributação dos grupos de sociedades.

A 31 de dezembro de 2016 está registado o montante de 3.409.251 euros, o qual apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2016	31-12-2015	
	IMPOSTO DIFERIDO ATIVO	IMPOSTO DIFERIDO ATIVO	ANO LIMITE P/ DEDUÇÃO
Prejuízos fiscais dedutíveis			
2013	0	400.703	2018
2014	449.381	449.439	2026
2015	1.517.303	1.150.320	2027
2016	1.346.103	-	2028
	3.312.787	**2.000.462**	
Beneficios fiscais			
CFEI	96.464	96.464	2018
	96.464	**96.464**	
	3.409.251	**2.096.926**	

Uma vez que é à empresa dominante que cabe o cálculo e liquidação do imposto, o montante do imposto diferido ativo foi transferido das subsidiárias para a empresa mãe.

12. Inventários

	31-12-2016	31-12-2015
Mercadorias	-	7.890
	-	**7.890**
Imparidades	-	-
	-	**7.890**

13. Contas a receber de clientes e outros devedores

	31-12-2016	31-12-2015
Não correntes:		
Clientes de conta corrente	269.216	294.200
Empresas do grupo	9.988.603	9.941.825
	10.257.819	**10.236.025**
Correntes:		
Clientes de conta corrente	2.642.665	3.555.465
Clientes de conta corrente- Grupo	152.783	222.110
Perdas por imparidade	(322.125)	(250.426)
	2.473.323	**3.527.149**
Empresas do grupo	1.508.089	2.072.251
Impostos	454.725	1.090.182
Outros devedores	19.538	51.558
	1.982.352	**3.213.991**
	4.455.675	**6.741.140**

A rubrica clientes de conta corrente inclui as faturas dos clientes que foram cedidas à empresa de factoring, no valor de 668 mil euros, e cujo adiantamento se encontra refletido em empréstimos (ver Nota 20).

A rúbrica Empresas do grupo, foi expurgada do efeito dos saldos devedores com as empresas alienadas e unidades descontinuadas, sendo que de acordo com a IFRS 5 foram transferidos os seus respetivos valores para a rúbrica de ativos não correntes detidos para venda. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os valores reexpressos e reclassificados foram respetivamente 1.814.982 euros e 2.903.073 euros, conforme detalhe da nota 16.

14. Caixa e equivalentes de caixa

	31-12-2016	31-12-2015
Depósitos bancários de curto prazo	445.430	55.935
	445.430	**55.935**

15. Acréscimos e diferimentos ativos

	31-12-2016	31-12-2015
Acréscimos de rendimentos		
Projetos em curso	712.492	2.770.239
Faturas a emitir- Empresas do Grupo	2.852.955	4.123.690
Juros	5.000	169.291
	3.570.447	**7.063.220**
Gastos a reconhecer		
Projetos em curso	336.646	343.225
Serviços especializados	61.720	106.505
Seguros	82.410	18.869
Outros	14.183	41.840
	494.960	**510.439**
	4.065.408	**7.573.659**

16. Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados

No exercício de 2016, de acordo com a IFRS 5 a empresa procedeu à reclassificação dos ativos e passivos relacionados com as unidades descontinuadas, tendo sido reexpressado o valor de 2015 considerado as unidades descontinuadas (Glintt Polska e Glintt Energy) como de seguida se apresenta:

	31-12-2016	31-12-2015
Ativos não correntes detidos para venda		
Participações financeiras		
Glintt Energy	50.000	50.000
Glintt Polska	23.093	23.093
	73.093	**73.093**
Outras contas a receber		
Glintt Energy	1.471.118	2.584.319
Glintt Polska	343.864	318.754
	1.814.982	**2.903.073**
Acréscimos e diferimentos		
Glintt Energy	55.316	56.500
	55.316	**56.500**
	1.943.391	**3.032.666**

17. Capital social

A estrutura do capital social não sofreu alterações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 86.962.868 ações com o valor nominal de 1 Euro cada:

	Nº DE AÇÕES	CAPITAL SOCIAL	PRÉMIO DE EMISSÃO	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2015	**86.962.868**	**86.962.868**	**10.255.221**	**97.218.089**
Aumento capital em especie	-	-	-	-
Redução de capital para cobrir prejuizos	-	-	-	-
Alienações de ações próprias	-	-	-	-
Renominalização do nº de ações	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	**86.962.868**	**86.962.868**	**10.255.221**	**97.218.089**

O capital da Empresa em 31 de dezembro de 2016 encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo as participações qualificadas comunicadas as seguintes:

	Nº DE AÇÕES	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Associação Nacional das Farmácias			
Diretamente	-	-	-
Através da Farminveste 3- Gestão de Participações SGPS, Lda (a)	66.075.974	75,9818%	75,9818%
Através do Dr. António Nuno de Jesus Ribeiro de Barros, membro do Conselho de Administração da Farminveste- SGPS, S.A., sociedade dominante da Farminveste 3- Gestão de Participações, SGPS, Lda. e dominada pela Associação Nacional das Farmácias	1.000	0,0011%	0,0011%
Total Imputável	**66.076.974**	**75,9829%**	**75,9829%**
José Ribeiro Gomes			
Diretamente	2.600.000	2,98%	2,98%
Total Imputável	**2.600.000**	**2,98%**	**2,98%**

18. Reservas e resultados acumulados

	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS RETIDOS	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2015	**1.943.238**	**564.286**	**(31.474.056)**	**(28.966.532)**
Reservas de fusão	-	-	-	-
Resultado retido no exercício	-	-	4.287.707	4.287.707
Em 31 de dezembro de 2016	**1.943.238**	**564.286**	**(27.186.352)**	**(24.678.828)**

19. Contas a pagar a fornecedores e outros credores

	31-12-2016	31-12-2015
Não correntes		
Empresas do Grupo- Outras contas a pagar	4.500.000	4.500.000
	4.500.000	**4.500.000**
Correntes		
Empresas do Grupo- Outras contas a pagar	20.776.724	22.027.113
Fornecedores	2.575.321	1.788.014
Estado e outros entes públicos	579.071	939.842
Pessoal	28.328	103.446
Outros credores	995.006	422.929
	24.954.450	**25.281.344**
	29.454.450	**29.781.344**

20.Empréstimos

	31-12-2016	31-12-2015
Não corrente		
Dívidas a instituições de crédito	12.162.562	16.625.148
Credores por locação financeira	73.395	88.978
	12.235.957	**16.714.126**
Corrente		
Dívidas a instituições de crédito	11.551.086	9.039.606
Adiantamento de factoring	27.075	254.707
Credores por locação financeira	15.830	15.686
	11.593.991	**9.309.999**
	23.829.948	**26.024.125**

O montante em dívida para com os bancos teve o movimento que se segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Saldo inicial	25.664.754	26.190.088
Reforços	24.556.168	24.105.718
Amortizações	(26.507.276)	(24.631.051)
Saldo final	**23.713.648**	**25.664.754**

21.Acréscimos e diferimentos passivos

	31-12-2016	31-12-2015
Acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	1.468.565	1.365.139
Serviços especializados	236.384	376.528
Projetos em curso	482.724	662.850
Juros bancários	456.612	89.493
Faturas a receber- Empresas do Grupo	-	(5.664)
Publicidade	37.132	46.141
Outros	160.144	1.365.165
	2.841.561	**3.899.652**
Rendimentos a reconhecer		
Projetos em curso	582.984	2.818.109
Empresas grupo	39.799	60.683
Outros	3.167	13.830
	625.950	**2.892.622**
	3.467.511	**6.792.274**

22. Rédito das Vendas e dos Serviços Prestados

	31-12-2016	31-12-2015
Venda de bens		
Mercado interno	454.950	509.505
Mercado comunitário	48.759	702.045
Mercado extracomunitário	-	17.500
	503.710	**1.229.050**
Prestação de serviços		
Mercado interno	7.544.480	9.880.294
Mercado comunitário	3.124.695	2.165.136
Mercado extracomunitário	303.134	214.460
	10.972.309	**12.259.890**
Total vendas e prestação de serviços	**11.476.019**	**13.488.940**

23. Custo das Vendas

	31-12-2016	31-12-2015
Saldo inicial	7.890	2.090
Compras	71.693	39.083
Regularizações	-	(9)
Movimentos de Acréscimos	397.248	825.364
Saldo final	-	7.890
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	**476.831**	**858.656**

24. Subcontratos

	31-12-2016	31-12-2015
Serviços profissionais	119.477	415.606
Serviços de suporte e manutenção	25.628	141.997
Outros subcontratos	1.840.532	2.044.770
	1.985.637	**2.602.37**

25. Fornecimentos e serviços externos

	31-12-2016	31-12-2015
Trabalhos especializados	2.520.272	1.403.840
Deslocações e estadas	547.831	861.262
Rendas e alugueres	872.498	758.385
Pulicidade e propaganda	178.129	133.328
Energia e fluídos	136.691	102.443
Conservação e reparação	116.990	70.945
Outros fornecimentos e serviços externos	75.149	139.426
Comunicação	59.154	59.706
Seguros	58.724	57.567
Transportes e representação	38.772	67.841
Contencioso e notariado	34.636	176.397
Despesas bancárias	32.789	21.157
	4.671.635	**3.852.297**

A rubrica de Rendas e alugueres inclui o registo dos leasings operacionais.

26. Custos com o pessoal

	31-12-2016	31-12-2015
Remunerações do pessoal	7.398.538	7.963.800
Encargos sobre remunerações	1.669.366	1.726.069
Remunerações dos orgãos sociais	534.074	452.872
Custos Reestruturação	139.591	296.595
Outros gastos com pessoal	218.376	302.439
	9.959.945	**10.741.775**

A empresa tinha ao seu serviço, a 31 de dezembro de 2016, 228 colaboradores.

27. Outros ganhos e perdas líquidos

	31-12-2016	31-12-2015
Proveitos suplementares	2.879.689	3.003.762
Trabalhos para a própria empresa	335.121	404.752
Correções relativas a exercícios anteriores	(167.945)	266.609
Impostos	(655)	-
Outros ganhos/perdas líquidas	297.481	(597.991)
	3.343.691	**3.077.132**

28. Depreciações e amortizações

	31-12-2016	31-12-2015
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento administrativo	112.333	108.850
Edifícios e outras construções	2.587	485
Equipamento básico	3.593	4.099
Ativos intangíveis		
Intangíveis desenvolvidos Internamente	228.490	635.183
Propriedade Industrial e outros direitos	-	190.667
	347.003	**939.284**

29. Imparidades

A empresa efetua anualmente testes de imparidade, para se assegurar que o valor dos ativos registados corresponde ao seu valor recuperável líquido.

Após a elaboração dos referidos testes, foram identificadas as seguintes imparidades a registar:

	31-12-2016	31-12-2015
Clientes	(80.343)	(38.881)
	(80.343)	**(38.881)**

30. Provisões

	SALDO 1 JANEIRO 2016	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO 31 DEZEMBRO 2016
Reestruturação				
Farmaplus	-	294.000	-	294.000
Filial Polska [a]	579.000	-	(39.028)	539.972
Filial Solservice [a]	650.000	101.872	(5.786)	746.086
	1.229.000	**395.872**	**(44.815)**	**1.580.058**
Outros riscos e encargos				
Filial Glintt Angola	4.000.000	-	(1.533.475)	2.466.525
Garantia claus. 11 nº1 contrato venda HCCM	262.875	-	-	262.875
	4.262.875	**-**	**(1.533.475)**	**2.729.400**
	5.491.875	**395.872**	**(1.578.290)**	**4.309.458**

[a] A contrapartida destes movimentos de provisões na demonstração de resultados encontra-se refletida na rúbrica de perdas com operação descontinuadas, de acordo com a IFRS 5 (Nota 33)

31. Resultados financeiros

	31-12-2016	31-12-2015
Dividendos obtidos	6.900.000	4.005.596
Outros ganhos/perdas financeiras	(70.338)	(209.145)
Juros suportados	(1.236.369)	(1.360.833)
	5.593.293	**2.435.618**

32. Impostos sobre resultados

A empresa apresenta um resultado antes de impostos de 4.448.263 Euros, tendo sido apurado um valor negativo de imposto de 550 675 Euros, que se decompõe conforme segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Imposto a pagar	45.632	208.172
IDA	(979.625)	(909.297)
IRC ex. anteriores	383.318	-
	(550.675)	**(701.125)**

No que respeita aos Impostos diferidos ativos, os movimentos ocorridos foram os seguintes:

	31-12-2016	31-12-2015
Saldo inicial	2.096.926	3.538.038
Reforço	1.326.627	1.009.297
Regularizações	366.983	(2.350.409)
Redução	(381.285)	(100.000)
Saldo final	**3.409.251**	**2.096.926**

Reconciliação entre a taxa nominal e a efetiva

Reconciliação entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa nominal

A taxa média efetiva de imposto difere da taxa nominal, nomeadamente devido a:

	31-12-2016	31-12-2015
Resultado antes de impostos	3.858.930	(4.031.576)
Taxa nominal de imposto	**21,00%**	**21,00%**
Imposto esperado	810.375	(846.631)
Diferença taxa imposto	-	-
Diferenças permanentes (a)	(1.452.958)	185.174
Diferenças temporárias	124.865	(73.236)
Impacto operações descontinuadas com efeito fiscal	(78.590)	(274.605)
Ajustamentos à colecta:		
- Derrama sobre Lucro Tributável	-	-
- Tributações autónomas	45.632	208.172
- Beneficios fiscais	-	100.000
- IRC exercicios anteriores	-	-
	(550.675)	**(701.125)**
Taxa efectiva de imposto	**-14,27%**	**17,39%**
O imposto sobre o rendimento do período tem a seguinte composição:		
Imposto corrente	428.950	208.172
Imposto diferido	(979.625)	(909.297)
IRC ex. anteriores	-	-
	(550.675)	**(701.125)**
(a) Este valor respeita essencialmente a :		
ALD	-	-
Amortizações, provisões e imparidades	(23.179)	4.595.296
Correcções relativas a exercícios anteriores	172.638	9.477
Insuficiencia/Excesso de estimativa para impostos	(287.857)	20.542
Multas, coimas, juros compensatórios	2.113	365
Dividendos	(6.900.000)	(4.005.596)
Outros	117.438	261.698
	(6.918.847)	**881.782**
Impacto fiscal	**(1.452.958)**	**185.174**

33. Resultados operações descontinuadas

Os resultados das operações descontinuadas evidências na demonstração dos resultados têm a seguintes decomposição

	31-12-2016	31-12-2015
Perdas com operações descontinuadas		
Fornecimentos e serviços externos		
Reestruturação	64.840	743.089
Gastos com pessoal		
Gastos com reestruturação	-	564.552
Outros ganhos e perdas líquidas		
Alienação participação financeira Glintt BPO, TES e Netpeople	-	22.031.536
Perdas por imparidade		
Imparidade Goodwill SolS	-	8.827.045
Provisões		
Gastos Filiais SolService e Polónia	57.058	1.229.000
Garantia claus. 11.nº1 contrato venda	-	262.875
	121.898	**33.658.097**

34. Resultados por ação

Básico

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no lucro atribuível aos acionistas ordinários, dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período, excluindo ações ordinárias compradas e detidas como ações próprias.

	31-12-2016	31-12-2015
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas ordinários	4.287.707	(36.988.548)
Nº médio ponderado de ações ordinárias	86.962.868	86.962.868
Resultado por ação - básico - euros	**0,049**	**(0,425)**

Diluído

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

35. Compromissos

- Em dezembro de 2012, a empresa contraiu um empréstimo de 19,5 milhões de euros junto do Novo Banco (Antigo BES). Este foi concedido com a finalidade de amortizar totalmente os restantes empréstimos que a empresa detinha com o Novo Banco e o restante para apoio ao investimento. Por garantia deste financiamento, foram dadas de penhor as ações da Consoft, empresa espanhola adquirida em 2011 pela Glintt. Na presente data, o empréstimo em questão encontra-se liquidado mediante formalização, a 17 de Março de 2017 de novo empréstimo de MLP junto da mesma instituição, tendo sido liberto o penhor sobre as ações da Consoft a partir daquela data. A operação formal de libertação de penhor encontra-se em curso na presente data, tendo o Novo Banco assumido compromisso de concluir a libertação em 30 dias a contar daquela data.
- Durante o exercício de 2015, com a venda das áreas não core à sociedade HCCM constitui-se uma garantia bancária no valor de 1.051.000 euros, a qual foi reduzida em 2016, e nos termos do contrato, para 788.625 euros.

Os compromissos financeiros que não figuram no balanço, nomeadamente garantias bancárias prestadas a favor de terceiros, são as que a seguir se detalham:

	31-12-2016	31-12-2015
HCCM Outsourcing Investment SA	788.625	1.051.500
Petróleos de Portugal- Petrogal, S.A.	32.230	-
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas IP	12.511	12.511
Millennium Challenge Account- Cabo Verde	4.000	-
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL	3.740	-
AT- Autoridade Tributária e Aduaneira	-	10.572
Total garantias prestadas	**841.105**	**1.074.583**

36. Entidades relacionadas

Durante os exercícios de 2016 e 2015 foram efetuadas transações com entidades relacionadas, que envolveram as seguintes entidades e montantes:

				31-12-2016
ENTIDADES RELACIONADAS	RÉDITOS	GASTOS	SALDOS DEVEDORES	SALDOS CREDORES
Alliance Healthcare, S.A.	429.677	-	125.617	-
ANF	55.275	-	(5.047)	-
Farminveste IPG	134.611	(355.821)	(71.134)	(408.122)
Finanfarma-Soc.Factoring, S.A.	24.466	-	-	-
hmR	44.226	-	-	-
Infosaúde- Instituto Formação	-	(4.253)	-	(4.748)
Infosaúde-Inst.Form.e Inov.	-	-	(9.260)	-
Farminveste 4- Serviços,S.A.	640.202	(1.584.306)	219.542	(629.022)
Proconfar S.A.	2.827	-	-	-
	1.331.285	**(1.944.379)**	**259.719**	**(1.041.892)**

			31-12-2015	
ENTIDADES RELACIONADAS	RÉDITOS	GASTOS	SALDOS DEVEDORES	SALDOS CREDORES
HMR	137.049	-	5.621	-
Alliance Healthcare, S.A.	194.537	-	27.177	-
ANF-Associação Nacional	32.378	-	-	-
Farminveste-Investimentos,	251.514	71.219	35.037	31.783
FINANFARMA-Soc.Factoring, S.A.	173.124	-	32.447	-
Farminveste 4- Serviços,S.A.	-	371.252	-	78.087
Alloga Portugal, Lda	34.152	-	17.099	-
Almus, Lda	153	-	-	-
Proconfar S.A.	3.162	-	2.823	-
	826.068	**442.470**	**120.204**	**109.869**

37. Remuneração dos Órgãos de Gestão

No exercício de 2016, as remunerações pagas a Administradores e Diretores foram as seguintes:

	REMUNERAÇÕES FIXAS		REMUNERAÇÕES VARIÁVEIS		INDEMNIZAÇÃO	
	31-12-2016	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2015
Administradores executivos	623.156	780.416	-	205.191	-	161.205
Diretores	527.748	580.473	107.749	50.567	105.292	12.672
Administradores não executivos	84.969	64.250	-	-	-	-
	1.235.873	**1.425.138**	**107.749**	**255.758**	**105.292**	**173.877**

38. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

39. Eventos após a data de balanço

Após a data de balanço, não se verificaram eventos que possam ter impacto material nas Demonstrações Financeiras da Glintt GIT, com exceção do processo global de reestruturação da dívida que se encontra descrito no grupo 4.1.

O Contabilista Certificado

A Administração

5 ANEXOS

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A.** (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 160.787.963 euros e um total de capital próprio de 73.979.986 euros, incluindo um resultado líquido de 383.273 euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Matrícula/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE · HEAD OFFICE
Avenida da Liberdade, n.º 245, 8.º A, B e C
1250-143 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197 · F: +351 217 273 129
www.orasroc.pt · E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO · CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175 · F: +351 244 822 178

DELEGAÇÃO NORTE · NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

ÊNFASE

Conforme divulgado na nota 7 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, a informação financeira de 2015 foi reexpressa, na sequência da reestruturação do Grupo que implicou a alienação, em 2016, da totalidade dos ativos detidos pela sociedade **Glintt Energy, S.A.,** expurgando do perímetro de consolidação as suas operações, fluxos de caixa, ativos e passivos. Deste modo, os comparativos relativos a 2015 constantes das demonstrações financeiras de 2016, não são iguais aos publicados no Relatório e Contas de 2015.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Goodwill e ativos intangíveis com vida útil indefinida reconhecidos no âmbito de concentrações de atividades empresariais

Riscos

O valor de recuperação do Goodwill e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida reconhecidos no âmbito de concentrações de atividades empresariais incluídos na demonstração da posição financeira consolidada a 31 de dezembro de 2016, no montante de 113.947.195 euros são uma matéria relevante de auditoria uma vez que representa 71% do ativo total do Grupo. Conforme referido das 2.3.3 e 2.7 do anexo, estes ativos estão sujeitos a testes de imparidade anualmente ou sempre que exista indicação de que possam estar em imparidade. Estes testes estão associados a estimativas com elevado grau de incerteza.

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos de auditoria efetuados incluíram a realização, entre outros:

- Procedemos a uma análise crítica ao nível dos testes de imparidade efetuados ao goodwill e aos ativos intangíveis com vida útil indefinida reconhecidos no âmbito de concentrações de atividades empresariais, verificando a consistência do cálculo da estimativa;
- Efetuámos *benchmark* relativamente aos principais pressupostos utilizados no modelo de imparidade;
- Avaliámos a razoabilidade das divulgações relacionadas, apresentadas nas notas n.º 9 e 10 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, nas quais o Conselho de Administração apresenta o detalhe das estimativas efetuadas e pressupostos utilizados nos testes efetuados com referência a 31 de dezembro de 2016.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Riscos

Os Ativos e passivos por impostos diferidos, cujas políticas contabilísticas e detalhe associados se apresentam nas notas 2.14, 13 e 24 do anexo são reconhecidos em função de diferenças temporárias entre a ótica contabilística e a fiscal, envolvendo julgamentos diversos, e em que o risco de distorção material se relaciona com o apuramento das adequadas bases de cálculo, determinação das taxas de imposto aplicáveis e na expetativa existente relativamente à obtenção de lucro tributável em períodos futuros, no que concerne aos ativos por impostos diferidos.

Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos de auditoria efetuados incluíram a realização, entre outros:

- Testes e recálculos da base de apuramento de diferenças temporárias, bem como verificação das taxas aplicáveis;
- Análise da estimativa do imposto sobre o rendimento;
- Análise da razoabilidade das estimativas efetuadas quanto à recuperabilidade de prejuízos fiscais dedutíveis.

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

SALDOS DE ABERTURA

Riscos

Tendo sido contratados pela primeira vez para a realização da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria às demonstrações financeiras Consolidadas do Grupo Glintt, a validação dos saldos de abertura é considerada uma matéria relevante de auditoria.

Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos de auditoria efetuados incluíram a realização, entre outros:

- Para efeito desta validação promovemos reuniões com os anteriores auditores do grupo, tendo sido consultados alguns dos papéis de trabalho mais relevantes;
- Consultámos informação relativa ao processo de consolidação do exercício anterior, o Relatório e Contas de 2015 e pedimos esclarecimentos sobre as políticas contabilísticas adotadas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização,, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

SOBRE O RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores de **Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A.** pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 20 de abril de 2017;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos quaisquer outros serviços à Entidade.

Lisboa, 20 de abril de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração individual da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 133.600.629 euros e um total de capital próprio de 72.539.261 euros, incluindo um resultado líquido de 4.287.707 euros), a demonstração individual dos resultados, a demonstração individual do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASE

Conforme divulgado na nota 3 das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, a informação financeira de 2015 foi reexpressa, na sequência da reestruturação do Grupo que implicou a alienação, em 2016, da

Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Matrícula/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE · HEAD OFFICE
Avenida da Liberdade, n.º 245, 8.º A, B e C
1250-143 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197 · F: +351 217 273 129
www.orasroc.pt · E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO · CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175 · F: +351 244 822 178

DELEGAÇÃO NORTE · NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132

totalidade dos ativos detidos pela sociedade **Glintt Energy, S.A.**, expurgando do perímetro de consolidação as suas operações, fluxos de caixa, ativos e passivos. Deste modo, os comparativos relativos a 2015 constantes das demonstrações financeiras de 2016, não são iguais aos publicados no Relatório e Contas de 2015.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Participações financeiras em subsidiárias e Goodwill

Risco

O valor de recuperação das Participações financeiras em subsidiárias e do Goodwill incluídos na demonstração da posição financeira consolidada a 31 de dezembro de 2016, no montante de 106.749.195 euros são uma matéria relevante de auditoria uma vez que representa 80% do ativo total da Entidade. As notas 2.2, 2.5, 7 e 9 do anexo detalham as políticas contabilísticas aplicáveis a estes ativos, que por remissão do previsto no que concerne às demonstrações financeiras consolidadas estão sujeitos a testes de imparidade anualmente ou sempre que exista indicação de que possam estar em imparidade. Estes testes estão associados a estimativas com elevado grau de incerteza.

Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos de auditoria efetuados incluíram a realização, entre outros:

- Procedemos a uma análise crítica ao nível dos testes de imparidade efetuados ao goodwill, verificando a consistência do cálculo da estimativa;
- Efetuámos *benchmark* relativamente aos principais pressupostos utilizados no modelo de imparidade.

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Riscos

Os Ativos por impostos diferidos, cujas políticas contabilísticas e detalhe associados se apresentam nas notas 2.11 e 11 do anexo são reconhecidos em função de diferenças temporárias entre a ótica contabilística e a fiscal, envolvendo julgamentos diversos, e em que o risco de distorção material se relaciona com o apuramento das adequadas bases de cálculo, determinação das taxas de imposto aplicáveis e na expetativa existente relativamente à obtenção de lucro tributável em períodos futuros.

Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos de auditoria efetuados incluíram a realização, entre outros:

- Testes e recálculos da base de apuramento de diferenças temporárias, bem como verificação das taxas aplicáveis;
- Análise da estimativa do imposto sobre o rendimento;
- Análise da razoabilidade das estimativas efetuadas quanto à recuperabilidade de prejuízos fiscais dedutíveis.

SALDOS DE ABERTURA

Riscos

Tendo sido contratados pela primeira vez para a realização da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria às demonstrações financeiras Consolidadas do Grupo Glintt, a validação dos saldos de abertura é considerada uma matéria relevante de auditoria.

Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos de auditoria efetuados incluíram a realização, entre outros:

- Para efeito desta validação promovemos reuniões com os anteriores auditores do grupo, tendo sido consultados alguns dos papéis de trabalho mais relevantes;
- Consultámos informação relativa ao processo de consolidação do exercício anterior, o Relatório e Contas de 2015 e pedimos esclarecimentos sobre as políticas contabilísticas adotadas.

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE O RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude. - Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 20 de abril de 2017.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos quaisquer outros serviços à Entidade.

Lisboa, 20 de abril de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
(CONTAS CONSOLIDADAS)

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários, vimos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, emitidos sob a responsabilidade do Conselho de Administração da "GLINTT – Global Intelligent Technologies, S.A.".

O Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo procedido às verificações adequadas e recebido da Administração e dos Serviços os esclarecimentos e informações que entendeu convenientes.

Em final de exercício, o Conselho Fiscal analisou com especial atenção o tratamento contabilístico de situações de natureza patrimonial de maior impacto, nomeadamente os que se encontram expressos no Balanço na rúbricas "Goodwill", "Ativos Intangíveis" e "Outras contas a receber de clientes e outros devedores" tendo recebido respostas satisfatórias da Administração e do Revisor Oficial de Contas.

No desenvolvimento das nossas funções, examinámos o Relatório de Gestão, bem como a Demonstração da Posição Financeira Consolidada ("Balanço") em 31 de dezembro de 2016, a Demonstração dos Resultados Consolidados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados, e correspondentes Notas anexas, para o exercício findo naquela data.

O resultado consolidado líquido do exercício de 2016 ascendeu a Euro. 383.273.

Conforme divulgado nas Notas, os valores do "Goodwill" são objeto de testes de imparidade, numa base anual, apoiados por estudo específico elaborado por entidade independente, o qual foi atualizado no exercício em análise de acordo com os pressupostos definidos pela Administração, não tendo sido reconhecida qualquer perda por imparidade.

O nosso Parecer está também suportado do ponto de vista técnico pela "Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas", documento emitido pelo Revisor Oficial de Contas em 20 de abril de 2017.

Nestas circunstâncias, somos de Parecer favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Exercício de 2016 e do Relatório de Gestão, incluindo a proposta de aplicação dos resultados, nos termos em que foram apresentados pelo Conselho de Administração.

Expressamos ao Conselho de Administração e aos Serviços o nosso apreço pela colaboração recebida no exercício das nossas funções.

Sintra, 20 de abril de 2017

Luís Manuel Pereira da Silva
(Presidente)

João Gaspar Lopes Ribeiro
(Vogal)

João Carlos Tovar Jalles
(Vogal)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
(CONTAS INDIVIDUAIS)

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários, vimos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, emitidos sob a responsabilidade do Conselho de Administração da "GLINTT – Global Intelligent Technologies, S.A.".

O Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo procedido às verificações adequadas e recebido da Administração e dos Serviços os esclarecimentos e informações que entendeu convenientes.

Em final de exercício, o Conselho Fiscal analisou com especial atenção o tratamento contabilístico de situações de natureza patrimonial de maior impacto, nomeadamente os que se encontram expressos no Balanço na rúbricas "Participações Financeiras em Subsidiárias", tendo recebido respostas satisfatórias da Administração e do Revisor Oficial de Contas.

No desenvolvimento das nossas funções, examinámos o Relatório de Gestão, bem como a Demonstração Individual da Posição Financeira ("Balanço") em 31 de dezembro de 2016, a Demonstração Individual dos Resultados, a Demonstração Individual do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e correspondentes Notas anexas, para o exercício findo naquela data.

O resultado líquido do exercício de 2016 ascendeu a Eur 4.287.707.

O nosso Parecer está também suportado do ponto de vista técnico pela "Certificação Legal e Relatório de Auditoria", documento emitido pelo Revisor Oficial de Contas em 20 de abril de 2017.

Nestas circunstâncias, somos de Parecer favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2016 e do Relatório de Gestão, incluindo a proposta de aplicação dos resultados, nos termos em que foram apresentados pelo Conselho de Administração.

Expressamos ao Conselho de Administração e aos Serviços o nosso apreço pela colaboração recebida no exercício das nossas funções.

Sintra, 20 de abril de 2017

Luís Manuel Pereira da Silva
(Presidente)

João Gaspar Lopes Ribeiro
(Vogal)

João Carlos Tovar Jalles
(Vogal)

DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

Senhores Acionistas,

De acordo com o disposto no n.º 1, alínea c) do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho fiscal da "GLINTT- Global Intelligent Technologies, S.A" declaram que, tanto quanto é do conhecimento, a informação constante do relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e os demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da emitente GLINTT e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da emitente GLINTT e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Sintra, 10 de Abril de 2017

Luís Manuel Pereira da Silva
(Presidente)

João Gaspar Lopes Ribeiro
(Vogal)

João Carlos Tovar Jalles
(Vogal)

Avelino Azevedo Antão
(Suplente)

FICHA TÉCNICA

Propriedade

Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A.

Sociedade Aberta

Beloura Office Park, Ed. 10, Qta. da Beloura,

2710-693 Sintra, Portugal

Capital Social: 86.962.868 €

Matrícula na C.R.C. de Sintra

Pessoa Coletiva nº 503.541.320

Concepção, Design e Paginação

Madde Comunicação